



**ALINE GODOIS DE CASTRO TAVARES**

*A organização da Zona:  
notas etnográficas sobre relações de poder na zona de prostituição  
Jardim Itatinga, Campinas-SP*

Campinas

2014





Universidade Estadual de Campinas  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

## **ALINE GODOIS DE CASTRO TAVARES**

*A organização da Zona:  
notas etnográficas sobre relações de poder na zona de prostituição  
Jardim Itatinga, Campinas – SP*

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adriana Piscitelli**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como requisito para obtenção do título de Mestra em Antropologia Social.

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação, defendida pela aluna Aline Godois de Castro Tavares, orientada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adriana Piscitelli e aprovada no dia 28/03/2014.

---

Campinas  
2014

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

T197o Tavares, Aline, 1982-  
A Organização da Zona : notas etnográficas sobre relações de poder na zona de prostituição Jardim Itatinga, Campinas - SP / Aline Godois de Castro Tavares. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Adriana Gracia Piscitelli.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Prostituição - Campinas (SP). 2. Segregação - Campinas (SP). 3. Movimentos sociais. I. Piscitelli, Adriana Gracia. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** Zone organization : ethnographic notes of power relationship on the prostitution zone Jardim Itatinga, Campinas-SP.

**Palavras-chave em inglês:**

Prostitution - Campinas (SP)

Segregation - Campinas (SP)

Social movements

**Área de concentração:** Antropologia Social

**Titulação:** Mestra em Antropologia Social

**Banca examinadora:**

Adriana Gracia Piscitelli [Orientador]

Bela Feldman

José Miguel Nieto Olivar

**Data de defesa:** 28-03-2014

**Programa de Pós-Graduação:** Antropologia Social



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 28 de março de 2014, considerou a candidata ALINE GODOIS DE CASTRO TAVARES aprovada.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Profª. Dra. Adriana Gracia Piscitelli

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Adriana Gracia Piscitelli", written over a horizontal line.

Profª. Dra. Bela Feldman

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Bela Feldman", written over a horizontal line.

Prof. Dr. José Miguel Nieto Olivar

A handwritten signature in black ink, appearing to read "José Miguel Nieto Olivar", written over a horizontal line.



## Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar alguns elementos constituintes do ordenamento político e econômico do bairro Jardim Itatinga, considerado a maior *Zona* de Prostituição da América Latina. Este bairro é resultado de uma operação bem orquestrada envolvendo polícia e prefeitura na metade da década de 1960 para confinar a prostituição da cidade de Campinas. A "*Zona*" é um produto do confinamento, mas é também uma "noção", um espaço "criativo" de múltiplas sociabilidades e relações inscritas num território que tem como pano de fundo o comércio sexual.

O confinamento, que pretendia "confinar para regular", serviu para criar, expandir e complexificar a dinâmica do trabalho sexual, ampliando consideravelmente a gama de serviços e mercados existentes ali. Também potencializou uma apropriação da prostituição como uma prática legítima que busca romper os limites físicos e simbólicos impostos à *Zona*.

Dentro dessa abordagem, me preocupo com as diversas relações de poder inscritas naquele território, especificamente àquelas relacionadas às diversas atividades econômicas existentes ali. Assim, procuro perceber algumas relações de poder envolvidas no trabalho sexual – e da rede de serviços que a acompanha –; a sua relação com a criminalidade ("pessoal do bang") e os espaços de agência das trabalhadoras sexuais dentro de contextos de conflito.

Também procuro entender como a *Zona* é representada para fora de seus limites físicos por mulheres que participam de uma Associação que busca o reconhecimento dos direitos da Profissionais do Sexo (Associação Mulheres Guerreiras). Argumento que há uma recusa em aderir à "zonas simbólicas confinamento" de modo que essas mulheres levam para o espaço público toda a corporalidade e aprendizados vivenciados na *Zona*.

**Palavras-chave:** Prostituição, Segregação, Movimentos Sociais



## Abstract

This work aims to analyze some elements of the political and economic order of *Jardim Itatinga* neighborhood, considered the largest prostitution area in Latin America. This neighborhood is the result of a well-orchestrated operation involving police and the local government in the mid-1960s aiming to confine prostitution in the city of *Campinas, São Paulo*. The "Zone" is a product of containment, but also a "concept": a creative space with multiple sociability and relationships entered in a territory that has the sex trade as backdrop.

Containment, which intended "confine to regulate", served to create, expand and complexify the dynamics of sex work, considerably distending the range of existing services and markets there. Also potentiated an appropriation of prostitution as a legitimate practice that seeks to break the physical and symbolic limits imposed on the *Zone*.

Within this approach, I worry about the various power relations entered within that territory, specifically those related to several economic activities therein. Therefore, I try to realize some power relations involved in sex work (and the accompanying network services) their relationship with crime (also called "the *bang*") and the space agency of sex workers within conflict contexts.

I also seek to understand how the *Zone* is represented out of their physical limits by women participating in an association that seeks recognition of Sex Workers rights (Warrior Women Association). I argue that there is a refusal to adhere to the "symbolic containment zones", so that these women bring to the public space all corporeality and learning experienced in the area.

**Key words:** Prostitution, Segregation, Social Movements



## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPÍTULO 1 – Trabalhando na Zona</b> .....	11
1.1 Abrindo Janelas.....	11
1.2 Do Confinamento à Apropriação.....	19
1.3 <i>Casa, Boate e Bar</i> - O trabalho sexual no Jardim Itatinga.....	26
1.4 <i>Cafetina também é puta</i> .....	31
1.5 O Caderno de Controle.....	40
1.6 Mudando Paisagens.....	42
<b>CAPÍTULO 2- Mercados e Poderes</b> .....	45
2.1 Uma Situação Social na <i>Zona</i> .....	45
2.2 O <i>Bang</i> .....	55
2.3 Há Dominação, mas também há espaços.....	67
<b>CAPÍTULO 3 – A Zona no Movimento de Prostituta</b> .....	79
3.1 Ativismo Feminista e Prostituição.....	79
3.2 A Puta Militância.....	95
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	113
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	117
<b>ANEXOS</b> .....	125



*Dedico este trabalho aos meus pais, à minha filha Maria Flor e a todas as putas e vadias, profissionais ou não.*



## **Agradecimentos**

Esse texto é um fragmento do trabalho que desenvolvo como educadora social junto à mulheres profissionais do sexo em Campinas desde 2006 e, por isso, contou com a ajuda de inúmeras pessoas que contribuíram tanto direta quanto indiretamente nesse processo, todas igualmente importantes.

O meu agradecimento a todas essas pessoas não cabe no espaço dessas notas e talvez não caiba no espaço de uma vida inteira. A amizade, o carinho, a troca, a solidariedade são aquilo que fazem essa “vida louca” valer a pena. Os livros nos informam, mas são essas outras relações que nos educam, que nos formam, que transformam conhecimentos e que dão sentido ao nosso estar no mundo.

Assim, agradeço do início ao fim à Adriana Piscitelli. Quando, em 2005, ela me acolheu como sua assistente no projeto “Gênero e Corporalidades<sup>1</sup>”, apresentou-me o complexo universo do Mercado do Sexo e sua potencialidade como campo de pesquisa e campo político.

Também me apresentou sua forma encantadora de mesclar uma imensa generosidade com uma extrema competência acadêmica. Sempre precisa, pontual, dedicada e prestativa. Por isso, digo com sinceridade que, além de agradecida, eu me sinto honrada por ter sido sua orientanda. Muito obrigada, mesmo, por tudo!

Se Adriana me inseriu no debate feminista sobre o tema da prostituição, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNICAMP (ITCP/UNICAMP) me apresentou a Educação Popular como uma possibilidade de diálogo entre essas teorias e práticas educativas em contextos populares. Entrei na ITCP em 2006 para atuar em uma equipe que acompanharia um grupo de mulheres profissionais do sexo de Campinas que tinham como objetivo constituir uma associação política da categoria.

Permaneci nessa instituição por sete anos, vivenciando a educação como uma fonte poderosa para a (trans)formação de mundos. As pessoas com quem ali convivi se tornaram

---

<sup>1</sup> “Gênero e Corporalidades”. Projeto Temático Fapesp, Unicamp, 2004-2009.

então partes constitutivas desse trabalho. Agradeço à Leticia Canela, Diana Helene, Taciana Dorácio, Alessandro Oliveira e à Mariana Machite pela intensa troca, companheirismo e descobertas ao longo do projeto “corpo”<sup>2</sup>.

Agradeço ao Marcelo Pupo, Wilson Mazzala, Lucas Spinelli e o Theo Martins pelo intenso conhecimento trocado sobre o universo da Reforma Agrária e também pela paciência com meu temperamento muitas vezes explosivo no trato dos problemas presentes no processo educativo. Foram esses amigos que, juntamente com os grupos de mulheres dos assentamentos “Elizabeth Teixeira” e Assentamento 12 de outubro de Mogi-Mirim, que me mostraram as belezas e a importância do projeto da Reforma Agrária para a formação de mundos mais justos e solidários. Um grande abraço a esses amigos queridos.

Tatiana Dimov foi companheira de trabalho e de casa, com quem compartilhei a coordenação de projetos e também um pedacinho da vida. Tati sempre esteve disposta a me mostrar como organização e seriedade são sinônimos de respeito às pessoas com quem trabalhamos e convivemos.

Agradeço também à Maira Silva, menina quilombola e companheira de trabalho. Garota que chegou com 17 anos na nossa equipe e que tinha uma imensa vontade e energia dentro da sua mala. Maira sempre revigorava nossos ânimos com sua capacidade de ver as belezas e sutilezas do dia a dia, mesmo quando a realidade vivenciada só nos remetia a tristeza e pessimismo.

Maria Emília e Fabio Accardo, além das belas risadas, ajudaram-me a entender a importância das crianças como “sujeitos sociais” dentro do trabalho educativo e a importância desses pequenos dentro de qualquer projeto com pretensões de intervenção social. As “cirandas infantis” não são apenas espaços de cuidado, mas também um importante espaço de conexão entre esses pequenos e as demais atividades com as quais aquela comunidade está conectada.

Ainda dentro da ITCP-Unicamp, agradeço ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Economia Solidária e Relações de Gênero (GEPES de Gênero). Foi ali que aprendi uma forma de atuar como pesquisadora e militante feminista, prática que pretendo carregar por

---

<sup>2</sup> Tal projeto trabalhava com o acompanhamento de dois grupos: a Associação Mulheres Guerreiras e uma cooperativa de customização de roupas formada por pessoas participantes do movimento ONG-AIDS. Esse projeto foi desenvolvido entre 2006 e 2008.

muitos anos. Por ter sido um espaço de extrema relevância em minha trajetória, as pessoas com quem ali convivi também são muito mais do que colegas de trabalho, são amigas queridas, companheiras, com as quais divido as angústias e felicidades nesse mundo de incertezas. Ioli Wirth, Bruna Vasconcelos, Lais Fraga, Cassiana Rodrigues, Camila Spinelli, Julia Scaglione, Mariana Cestari, obrigada pelo aprendizado e pela amizade ao longo desses anos!

Também agradeço ao Ricardo Silveira, à Patricia Tavares e ao Bruno Rampone por esses anos de trabalho, de companheirismo e divertimento.

Agradeço ao coletivo das Vadias por me ajudar a enfrentar outros desafios dentro da militância feminista, e que, através da utilização de abordagens ousadas, constantemente coloca a prova algumas convicções e certezas. Agradeço com carinho a Pilar Guimarães, Helena Fonseca, Bruna Zanoli, Tamires, Biscoito, Nara Barreto, Juliana Jodas e Ana Maria pelo acolhimento e pelas nossas ótimas reuniões regadas à cerveja, risadas, e um intenso processo criativo.

Agradeço às minhas amigas-irmãs, que por quase metade da minha vida estiveram aí, junto “para o que der e vier”: Mariana Sombrio, Gisela Geraldi, Livia Botin, Carolina Souza, Marina Berriel, Carla Mamizuka, Paulo “Guedes”, Renata Torres, Tessy Priscila, Glycia Emrich, Tatiana Benoni. Elas já viram essa pesquisa começar e terminar algumas vezes, já participaram das frustrações e felicidades que esse processo me trouxe, estiveram próximos em quase todos os momentos que marcaram os meus últimos 15 anos. Agradeço profundamente, por tudo.

Também aos recém-chegados amigos, que apesar do pouco tempo, vieram para ficar. Assim ofereço um grande abraço para Sandra Costa, Ana Luiza Oliveira, amigas queridas, e tias adoradas de minha filha. À Gabriela Tirelli, também revisora deste texto. Ao Carlos Eduardo, colega de casa, cuja ajuda com a parte bibliográfica foi fundamental. Ao “samba das minas”, que preencheu de alegria e motivação o ano de 2013, e onde, entre uma batucada e outra, dividíamos nossos pensamentos sobre o mundo, sobre música e sobre ser mulher.

Agradeço com carinho o grupo de estudo coordenado por Adriana Piscitelli que, com competência e simplicidade, ajudaram a construir essa pesquisa. Ali pude colocar a

prova o meu olhar muito determinado para o campo das relações objetivas, podendo perceber a diversidade de outras relações sociais que constituem o campo estudado. Assim, agradeço à Natália Corazza, Andreia Skackauskas, Renata da Silva, Patricia Carvalho e Bruna Bumachar. Em especial à Carolina Branco agradeço a disposição para participar como suplente desta banca de mestrado.

Também agradeço à equipe do Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp – PAGU. Agradeço a Jadison, Karina e Luciana pela disponibilidade e pelo incrível bom humor constante, o que fazia com que as idas ao núcleo fossem sempre momentos de boas conversas. Agradeço à Regina Facchini e Iara Beleli pelas orientações ao longo do projeto “Diversidade Sexual, Poder e Diferenciação”<sup>3</sup> e pelos deliciosos cafés que compartilhamos. Também agradeço ao estagiários Ana Paula e Jk pelas risadas na salinha do núcleo.

Um agradecimento especial aos participantes da banca de qualificação. Ao pesquisador José Miguel Olivar, amigo bastante querido. São inúmeras as suas contribuições para esse trabalho: agradeço as rígidas correções e comentários ao texto, pelo exemplo motivador da sua paixão pela academia e pela militância, pelos deliciosos momentos de discussão, debates e desabafos.

À professora Ângela Araújo tenho agradecimentos guardados desde a época em que foi orientadora do GEPES de Gênero, em 2006. Obrigada pela sua disponibilidade em contribuir com aquele espaço de forma séria, sabendo lidar com os momentos de desorganização dessa estrutura autogestionada. Esteve sempre disposta a ajudar com o presente trabalho, orientando, indicando leituras e até mesmo ouvindo as histórias que apareciam no campo. Sua contribuição na banca de qualificação foi imprescindível para o melhoramento deste trabalho. Muito obrigada!

Agradeço à Bela Feldman e a José Miguel (novamente) pelo aceite em participar da Banca avaliadora deste trabalho, assim como pela intensa paciência com o processo de definição de uma data possível para todos.

Finalmente, agradeço àqueles que, sem a presença, esse trabalho não seria possível. Agradeço aos meus irmãos, Marcelo e Murilo, pelo carinho intenso que, mesmo na

---

<sup>3</sup> Projeto de implementação da Área de Pesquisa de Diversidade Sexual, Poder e Diferença no Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp.

distância, continua forte e reconfortante. Agradeço ao meu pai, Sinomar Godois, que sempre me apoiou de todas as formas possíveis para que buscasse meus objetivos, mesmo quando estes frustravam as expectativas construídas para sua filha caçula. Também agradeço à minha mãe, Valquíria Maria, que além de todo o amor e acolhimento ao longo da vida, foi quem tornou a vida viável nessa fase final de redação, possibilitando que esse texto fosse concluído. Sem vocês este trabalho não teria sido possível!

Agradeço às profissionais do sexo que a cada dia constroem a sua luta e preenchem de significados o dia a dia da Associação Mulheres Guerreira. Um agradecimento especial à Betânia, cuja força e determinação são uma fonte inesgotável de motivação. Betânia transforma qualquer espaço de onde participe. Um muito obrigada a essa amiga guerreira.

Por fim, agradeço as duas figurinhas do meu dia a dia que acompanharam e sofreram de perto as angústias de uma mestranda. Agradeço a Rodrigo, sinônimo absoluto do que é ser um companheiro: companheiro nas dificuldades de uma vida, companheiro neste trabalho, companheiro no samba, companheiro na criação de uma filha, companheiro nas conquistas, enfim, companheiro em um amor. Sem seu trabalho de diagramação e de formatação este trabalho também não teria sido concluído. Obrigada por isso. Obrigada por tudo.

À minha pequena Flor, que preencheu de alegria e alívio esses últimos meses. Com uma incrível maturidade, muito superior àquela esperada para os seus seis anos, soube levar com bastante bom humor a relação cada vez mais paranóica da sua mãe com o computador. Às vezes deixava uma cartinha no canto da casa, às vezes gravava uma música e a colocava para tocar em algum lugar onde eu pudesse ouvir. Suas músicas versavam sobre a saudade e a sua vontade que eu abandonasse o computador e me dedicasse um pouco a alguma brincadeira. Essas cobranças eram recebidas com deliciosas risadas, e diante de tamanha artimanha, eu não tinha outra opção que não atender a seus pedidos.



## **Lista de Ilustrações**

- Mapa 1.1 Mapa de Campinas (Região de Barão Geraldo e Jardim Itatinga)
- Mapa 1.2 Detalhamento do Bairro Jardim Itatinga
- Imagem 2.1 Protesto Rodovia Santos Dumont (outubro de 2013)
- Imagem 3.1 Apresentação Mulheres Guerreiras no Curso “Economia Feminista e Economia Solidária”. Junho de 2013



## Lista de Abreviaturas e Siglas

AMB	Articulação de Mulheres Brasileiras
CEPROMM	Centro de Estudos e Promoção da Mulher Marginalizada
CIS-Guanabara	Centro Cultural de Inclusão e Integração Social da UNICAMP
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIC I	Habitacional Monsenhor Luiz Fernando Abreu do Distrito Industrial de Campinas Conjunto
GEPES de Gênero	Grupo de Estudos e Pesquisa em Economia Solidária e Relações de Gênero da ITCP-UNICAMP
GMEL	Grupo Feminista Mulher, Ética e Libertação
ITCP/UNICAMP	Incubadora Tecnológica de Coopertativas Populares da UNICAMP
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
PCC	Primeiro Comando da Capital
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PLP	Projeto Promotoras Legais Populares
PMM	Pastoral da Mulher Marginalizada
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
RBP	Rede Brasileira de Prostitutas
REF	Rede de Economia e Feminismo
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SOF

Sempre Viva Organização Feminista

## Introdução

Este trabalho analisa as dinâmicas de interação e relações de poder no bairro Jardim Itatinga, considerado a maior *zona de prostituição* da América Latina. A *Zona*, como é chamada, está localizada na periferia da cidade de Campinas e ocupa lugar de destaque no circuito do comércio sexual nacional. Estima-se que haja uma circulação de 2.000 profissionais do sexo por mês no local, funcionando mais de 200 estabelecimentos de comércio sexual e vários outros serviços que atendem às demandas do trabalho sexual: cabeleireiros, academias, padarias, lojas, lanchonetes, *trailers*.

Nesse exercício, um primeiro passo necessário foi adentrar - tanto fisicamente quanto teoricamente - nas delimitações impressas pelo termo *zona*.

Enquanto conceito, “zona” possui uma multiplicidade de significados, sendo que a maioria tem no seu cerne diferenciações e classificações. Assim, para a geografia física, a definição de zonas climáticas estabelece padrões para distinguir determinadas áreas em função de suas características climáticas. Segundo a geografia urbana, o termo zona pode ser entendido como divisão técnico-administrativa que tem na sua essência a intenção de implementar regulações diferenciadas para cada região, vistas, por sua vez, também como partes diferenciadas (Souza, 2006, p. 251).

Em outros usos, o termo zona pode vir seguido de complementos: zona portuária, zona comercial, zona urbana. Nesses casos, as definições podem remeter tanto ao espaço onde se realizam determinadas atividades, quanto à sua territorialidade<sup>4</sup>.

No entanto, o termo zona adquire singularidade quando se remete aos territórios de prostituição. Assim, no Brasil, quando falamos “zona”, não são necessários complementos: entende-se automaticamente que estamos nos referindo a uma zona de prostituição.

Esse conceito ganha densidade como valor. Passa a ser um nome próprio – “A *Zona*” – e aparece de forma quase tautológica nas falas das minhas interlocutoras: “a *Zona*

---

<sup>4</sup> Territorialidade pode ser definida pela disputa por determinado *território* (Silva, 2011) que, por sua vez, segundo Silva & Ornat (2011), “*é constituído na delimitação e apropriação do espaço, que é possível diante da criação de um campo de força que passa por intensas relações de poder; relações de sociabilidade, de afetividade, de aspectos identitários e culturais de determinados grupos sociais*”.

não é cidade, a *Zona* é *Zona*, é outra coisa”; “na *Zona* não se brinca”; “aqui é a *Zona*, amiga”; “quem não corre reto na *Zona* acaba passando”.

Sua utilização no contexto estudado muitas vezes assume sentidos transcendentais, buscando definir condutas, valores e significados a um emaranhado de relações produzidas naquele território prostitucional.

A utilização do conceito como categoria êmica foi abordada por Simões (2011) e Moraes (1995) nos seus estudos sobre a Vila Mimosa<sup>5</sup> no Rio de Janeiro. As autoras destacaram a relação entre as concepções de zonas e sua estreita relação com o estigma que envolve a prostituição.

O conceito de estigma presente nessas duas obras, e que também aparece em grande parte da produção bibliográfica sobre prostituição, está baseado na definição proposta por Goffman (1975). Para este autor, o estigma provém de uma capacidade que a sociedade possui de categorizar indivíduos, reduzindo-os a uma totalidade de atributos considerados naturais e comuns aos membros dessas categorias (p. 12). Essa categorização, na sua essência, gera uma série de estereótipos que não condizem com a realidade dos atributos dos indivíduos, sendo o termo estigma utilizado “*em referência a um atributo profundamente depreciativo*” (Goffman, 1975, p. 13). O sujeito estigmatizado é marcado, significando uma identidade social deteriorada para a convivência com os demais. O estigma, entretanto, não é apenas algo externo ao sujeito estigmatizado. Ele dialoga também com o estigma de várias formas, dentre elas o escape, a negação ou a resignação.

Moraes (1985) identifica o estigma que suas interlocutoras atribuem ao termo *Zona*, utilizado quando desejam firmar a sua própria exclusão daquele espaço. Segundo a autora, existem duas representações distintas daquele território: “a vila” ou “vila mimosa”, com potência integradora, demarcando pertencimento a redes diversas além da atividade prostitucional, e a “zona”, dotada de significado pejorativo. Assim as *mulheres da zona* são sempre as *outras*, gerando um processo de “desidentificação” com aquele espaço e aquela atividade (p. 120).

---

<sup>5</sup> Vila Mimosa é uma *Zona* de prostituição da cidade do Rio de Janeiro. Também é chamada de Mangue, pois era esse nome que tinha antes de ser removida, no ano de 1995, para o local onde se encontra atualmente, próxima à Praça da Bandeira.

Também Simões (2010) mostra o esforço de parte da “elite” de comerciantes e donos(as) de casas de prostituição para efetivar o que a autora chama de “mudança do conceito de zona”, que consiste em afastá-la de noções estigmatizantes, construindo uma imagem da zona como espaço de lazer, segurança e organização. Nesse sentido, existiria a pretensão de deixar de ser *zona* e se tornar *Vila Mimosa* (p. 118).

As noções de zona empregadas nas falas de minhas interlocutoras, entretanto, embora também marcadas por uma pretensão de diferenciação, não remetiam a sentimentos de exterioridade ou negação. Ao contrário, comunicavam um sentido de pertencimento e conhecimento compartilhado que, embora muitas vezes utilizado para aconselhar cautela – “*zona é quente*”, “*na zona não se deve*” – também demonstram a importância de um determinado saber sobre aquele espaço.

Tais questões criaram um paradoxo que me perseguiu durante a pesquisa: como pode ser tão recorrente a utilização de uma concepção de *zona* totalizadora, com pretensões de demarcar comportamentos possíveis e desejáveis, se suas relações são fortemente marcadas por intensa instabilidade, que tomam formas momentâneas e contextuais?

A frequente utilização deste conceito como um “nome próprio” em meu campo me fez percorrer um caminho infrutífero no início da pesquisa, buscando entender esse espaço como uma totalidade estável e coesa. Nesse sentido, incidi no erro descrito por Wagner (2010), comum entre pesquisadores, que acreditam que a nova situação com a qual estão lidando “*é uma entidade concreta – uma ‘coisa’ que tem regras, ‘funciona’ de certa maneira e pode ser aprendida*” (p. 36).

Também foi recorrente – embora não intencional – a tentativa de entender a estabilidade desse conceito a partir do diálogo entre estigma e prática do confinamento, entendido como força externa e coercitiva que determinasse irredutivelmente as estruturas locais e a subjetividade daqueles que ali pertencem.

Evidentemente que a prática de confinamento da prostituição aplicada pelo Estado e a constituição de uma imagem negativa da mulher prostituta (Rago, 1991; Engel, 1989; Mazzariol, 1977) são fundamentais para se entender algumas estruturas e relações da *Zona*. O Jardim Itatinga é claramente um produto desses elementos. No entanto, após 46 anos de estabelecimento, seu funcionamento e as sociabilidades encontradas ali não podem se

resumir à sua interface com a exclusão. Trata-se de entender a zona não apenas como produto, mas também como criadora, pois nas palavras de Wagner: “*Se nossa cultura é criativa, então as ‘culturas’ que estudamos, assim como outros casos desse fenômeno, também têm de sê-lo*” (p. 46).

Olivar (2010) descreve com precisão essa relação entre exclusão e criação. Segundo o autor:

A zona é um universo de possibilidades paralelo, mas também é a confirmação urbanística do estigma. Ali a ordem jurídica é suspensa. Por isso as “zonas” não são nunca lugares exclusivamente de comércio sexual. Essas “zonas” são territórios inacabados de intensa sociabilidade. Espaços em que o conjunto social hegemônico vai segregando aquilo que não quer ter presente no seu cotidiano, mas que precisa “tolerar”, ter por perto. Ou (espaços) em que aqueles corpos e experiências que fugiram dos extensivos processos de limpeza e “modernização” social vão se fazer fortes, afirmar-se, tecer-se em redes”. (Olivar, 2010, p. 294)  
[Grifos meus]

Sem querer resolver o paradoxo, mas buscando incorporá-lo à análise, acredito que o sentido transcendente assumido pelo termo *zona* pode ser entendido por essa sua face *inacabada*: pela sua capacidade aguçada de se desfazer e se regenerar; por aglutinar uma diversidade de práticas, que em algumas outras regiões podem ser vistas como contraditórias, mas que ali em muitos momentos se tornam parte; por ter focos de poder dispersos e altamente voláteis; enfim, pela sua potencialidade *criativa* (Wagner, 2010).

Assim, uma interpretação possível para as afirmações “*zona é zona*”, ou “*na zona a coisa é quente*” pode ser a sua capacidade de se transformar rapidamente em cenários diversos, com fronteiras alargadas, sem se constituir em antagonismos. Uma noite de festa pode se transformar em um conflito armado, e, minutos depois, voltar novamente a ser uma festa; uma manhã com senhoras varrendo a calçada divide espaço para caixas de som estridentes e luzes fluorescentes; um carinho repentino indesejável de um cliente desejável pode se transformar em uma briga de tapa.

Tais práticas são possíveis, pois, embora a *Zona* seja um espaço onde a parcela hegemônica da sociedade confina aquelas práticas que considera ilegítimas, elas não deixam de conviver com outras tantas práticas consideradas legítimas para esse mesmo esquema de inteligibilidade. Mais além, as fronteiras entre os campos legítimo/ilegítimo são constantemente ressignificadas nesse espaço, sendo que esses novos sentidos, em alguns momentos, transbordam as fronteiras da *Zona* e ocupam o cenário público. É a *Zona* construindo uma identidade política.

Esses são os momentos em que a *Zona* se torna uma figura política; são raros, mas quando acontecem, trazem elementos que perturbam a ordem das definições entre legitimidade e ilegitimidade. É a *Zona* se colocando como produtora de saber dentro desse jogo de poder.

Desse modo, diante das infinitas possibilidades de análise dentre esse universo, escolhi como objeto privilegiado do meu olhar alguns elementos da disputa entre os campos da legitimidade e ilegitimidade no espaço da *Zona*, e as relações de poder existentes neste jogo.

Para a realização desse estudo, utilizei uma vasta gama de materiais. O conjunto mais significativo que compõe o trabalho é sem dúvida a etnografia realizada no bairro ao longo dos anos 2012 e 2013. Logo no início da pesquisa, dirigi-me às duas principais lideranças dessa entidade, apresentei o projeto de estudo e me propus a desenvolver junto à associação algumas atividades de apoio: atualização do estatuto, realização de um filme sobre a história da Associação<sup>6</sup> e ajuda para organizar um encontro em referência ao Dia Internacional da Prostituta<sup>7</sup>.

Esse encontro foi importante para estabelecer uma parceria entre o Coletivo das Vadias de Campinas<sup>8</sup>, organização da qual faço parte desde 2011, e a Associação Mulheres

---

<sup>6</sup> Projeto desenvolvido em parceria com a pesquisadora Diana Helene (IPPUR/UFRJ). Ainda em andamento. Previsão de conclusão: agosto de 2014.

<sup>7</sup> Encontro “Profissionais do Sexo: Unidas pelo Respeito”. 29 de junho de 2012. Organização: Coletivo das Vadias de Campinas e Associação Mulheres Guerreiras. Local: UNICAMP e Jardim Itatinga. Campinas, SP. Vídeo disponível em <http://cameraweb.ccuec.unicamp.br/video/2N8K3D1M8381/>.

<sup>8</sup> Coletivo das Vadias de Campinas é um grupo criado em 2011 a partir da realização da Marcha das Vadias nesse mesmo ano em Campinas. Ele é composto por mulheres com idades entre 20 a 34 anos, todas com passagem por Universidades Públicas de São Paulo.

Guerreiras. Após esse contato, foram realizados outros eventos conjuntos, como o encontro “Autonomia no Combate à violência Contra as Mulheres”<sup>9</sup> e reuniões preparatórias do ato do Dia Internacional de Combate à Violência contra as Mulheres<sup>10</sup>.

Para a organização e articulação desses encontros, realizei visitas mensais, quinzenais e às vezes semanais ao bairro Jardim Itatinga, onde vivenciei o interior de algumas casas de prostituição, alguns bares e lanchonetes. Nesses momentos, pude experimentar um pouco do dia a dia daquele espaço nas suas faces mais cotidianas: conversas entre trabalhadoras nos portão; brigas de namorados; bate-papo com amigas sobre trabalho, amor e filhos; negociações entre clientes e trabalhadoras, e entre essas e suas cafetinas. Também presenciei episódios excepcionais, como o “estado de sítio” imposto pela polícia no mês de outubro de 2013, fato que relato com mais detalhe no Capítulo 2.

Também auxiliei a Associação como secretária em alguns momentos, escrevendo projetos, articulando e fazendo atas de encontro entre parceiros. Esses são os principais momentos que preenchem as análises do terceiro capítulo.

No período da pesquisa, realizei cinco entrevistas em profundidade, sendo quatro com trabalhadoras sexuais que trabalham ou já trabalharam no Jardim Itatinga. Essas quatro entrevistadas são mulheres que possuem idade entre 35 a 60 anos. Ana é a que trabalha há menos tempo no bairro: apenas sete anos. As demais trabalham há mais de duas décadas. Todas, mesmo Ângela, que não está mais *na ativa*, consideram o bairro como um local importante em sua sociabilidade, onde moram, trabalham ou vão para se divertir.

Além dessas entrevistas, entraram na pesquisa conversas estabelecidas eventualmente com algumas trabalhadoras. Porém não tive contato com aquelas mulheres que vão esporadicamente ao bairro para realizar programas e possuem vínculos passageiros

---

<sup>9</sup> Encontro “Autonomia no Combate à Violência Contra as Mulheres”, 10 de novembro de 2012. Organização: Coletivo das Vadias de Campinas, CIS-Guanabara/UNICAMP. Vídeo disponível em: <https://marchavadiascampinas.milharal.org/midias/videos/>

<sup>10</sup> Ato “Mulheres na Praça”, 23 de novembro de 2013, Campinas-SP. Esse evento foi precedido de cinco reuniões preparatórias ocorridas entre março e novembro de 2013.

com a *Zona*. Sobre essas mulheres, tenho apenas histórias e impressões das minhas interlocutoras, que muitas vezes as criticam porque “*não dão a cara à tapa*”<sup>11</sup>.

Também acrescentei a esse estudo fragmentos de meu diário de campo dos anos de 2006 a 2008, período no qual trabalhei em um projeto que ofereceu oficinas para o grupo de mulheres do centro da cidade que desejavam formar a Associação Mulheres Guerreiras. Este projeto foi desenvolvido pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNICAMP (ITCP/UNICAMP) e teve duração de dois anos.

Também aparecem fragmentos de uma etnografia realizada ao longo de seis anos em círculos do ativismo feminista nos municípios de Campinas e São Paulo. Em função da minha participação no Grupo de Estudo e Pesquisa em Economia Solidária e Relações de Gênero (GEPES de Gênero) da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNICAMP (ITCP/UNICAMP), circulei por diversos espaços feministas ligados à Marcha Mundial das Mulheres, especialmente aqueles ligados à REF – Rede Economia e Feminismo. Nestes espaços, embora o tema da prostituição não fosse prioritário, aparecia com certa frequência.

Essa diversidade de vivências e materiais que compõem a pesquisa trouxe um problema fundamental para a escrita deste texto: qual terminologia utilizar em referência às mulheres que prestam serviços sexuais? Nos espaços onde circulei existe uma multiplicidade de termos: prostitutas, mulheres prostituídas, profissionais do sexo, trabalhadoras sexuais, puta, entre outros.

Cada termo possui um significado político específico, e se situar entre eles é bastante trabalhoso. Neste estudo, utilizo preferencialmente o termo “trabalhadora do sexo” ou “trabalhadora sexual”, tendo em vista que centro minha análise nas relações dentro do trabalho sexual e entre “comércios” na *Zona*. Faço ressalvas no último capítulo, no qual utilizo com mais frequência a terminologia “prostituta” para me referenciar a um debate nacional feito pela Rede Brasileira de Prostitutas, que tem esse termo como bandeira.

Para realizar as análises, em um primeiro momento, procuro entender o funcionamento do trabalho sexual no Jardim Itatinga. Apesar de ser constituído por diversas outras atividades econômicas, o trabalho sexual é a principal atividade daquele

---

<sup>11</sup> Diário de Campo, junho de 2012.

território, a partir da qual todas as outras se relacionam. Há uma vivência extrema de elementos marginalizados, em especial os referentes a uma sexualidade feminina marginal, que no espaço da *Zona* são apropriados e reafirmados como um direito, como uma possibilidade. Essa vivência, apesar de muitas vezes circunscrita pelo confinamento, é lida como uma forma de poder sobre aquele território.

Essas análises estão presentes no **Capítulo 1**, que também aborda as disputas que permeiam a relação entre cafetinas e prostitutas, e como estas negociam seus sentidos de legitimidade. “Ser” cafetina e “ser” prostituta são definições de fronteiras fluidas e porosas, sendo comum o trânsito de uma trabalhadora entre uma e outra ocupação. Nesses casos, os sentidos do que é legítimo para as trabalhadoras e o que é legítimo para as cafetinas são constantemente deslocados de acordo com o lugar de fala. O conflito entre essas personagens é agravado quando há o pertencimento de uma delas a outras relações de poder importantes na *Zona*, em especial aquelas presentes em alguns mercados ilícitos.

No **Capítulo 2** foco justamente nas relações entre o comércio sexual e alguns mercados ilícitos, em especial os mercados da droga e de bens políticos. Analiso a presença de marcadores sociais no território da *Zona* que estabelecem distinções entre as categorias “bandidos” e “trabalhadores”. Esses marcadores, embora atravessem o corpo social como um todo, nos contornos da *zona* adquirem significados próprios. Assim, argumento que a distinção entre “bandidos” e “trabalhadores” se caracteriza menos em decorrência das práticas ilícitas empregadas – roubo de carro, tráfico, assassinato – e mais devido ao pertencimento desses personagens às redes de poder específicas que regulam essas atividades.

Essas redes de poder que envolvem preferencialmente o comércio de drogas, o roubo de carros e, eventualmente, assassinatos, está intimamente vinculada a outro mercado (fundamental para se entender o poder dos demais): o mercado de bens políticos. Ele é responsável por fazer a mediação entre esses comércios e aquilo que Telles (2010) chama de “gestão de ilegalismos”. O mercado de bens políticos é responsável em grande medida por conferir diferenciações de poder a sujeitos participantes dessas redes.

Essas redes são poderosas e potencialmente perigosas. Elas possuem uma estrutura bastante instável, mas com grande poder para normatizar aquele território. Via de regra, as

mulheres – trabalhadoras e cafetinas – estão na ponta menos privilegiada dessa estrutura de poder e, por isso, acionam formas específicas de resistência. Uma dessas estratégias é a utilização de apoios políticos para reivindicarem que o Estado as legitime, buscando assim evitar ao menos as violências institucionais. Esse é o recurso utilizado especialmente por mulheres que têm o bairro como um lugar de permanência, como um lugar consolidado em suas vivências e que possuem pretensões de continuarem a trabalhar ali.

No **Capítulo 3** abordo em especial a atuação da Associação Mulheres Guerreiras e seu local de fala a partir da *Zona*. Essa entidade denomina-se uma associação de profissionais do sexo de Campinas e tem como objetivo a “luta pelos direitos das trabalhadoras sexuais e pelo reconhecimento de sua profissão”<sup>12</sup>. Teve seu estatuto elaborado em 2007, sendo formalizada em 2008, embora a sua história seja constituída por várias estórias de mobilização de mulheres prostitutas de Campinas desde fins da década de 90<sup>13</sup>. Até 2010, a Associação trabalhava essencialmente com mulheres da área central de Campinas e, com exceção de uma única ocasião<sup>14</sup>, não realizou atividades no Jardim Itatinga. Após essa data, um grupo reduzido de trabalhadoras levou a Associação para dentro da *Zona*<sup>15</sup>, o que analiso como uma mudança que trouxe novos elementos para a construção do sujeito político da profissional do sexo. Assim, na luta política de mulheres prostitutas, começa a aparecer com maior intensidade o sujeito puta. Há também o investimento em elementos discursivos e simbólicos que ampliam o debate trabalhista, aproximando-o de noções que remetem ao campo do debate sobre sexualidade.

---

<sup>12</sup> Estatuto Social da Associação Mulheres Guerreiras, novembro de 2007.

<sup>13</sup> Diário de Campo, setembro de 2012.

<sup>14</sup> Evento comemorativo do Dia Internacional da Prostituta, junho de 2007. Nesse evento, foi convidado um grupo teatral que passou nas casas distribuindo rosas e cantando uma música para as trabalhadoras sexuais.

<sup>15</sup> A Associação, ainda hoje, possui o direito de usar uma sala na sede municipal da Central Única dos Trabalhadores (CUT), localizada em um bairro central da cidade de Campinas. Entretanto, as atividades da Associação se concentram no território do Itatinga.



# Capítulo 1

## Trabalhando na Zona

### 1.1 Abrindo Janelas

*“Quem não compreende um olhar, tampouco  
Compreenderá uma longa explicação”*

(Mário Quintana)

*“O olhar refuta mundos lacrados e se propõem a mergulhar nas contradições da existência”*

(Castro e Maia, 2013)

Quatro e meia da tarde. Parto para o bairro Jardim Itatinga, saindo do Terminal de ônibus Barão Geraldo. No meio do caminho, uma parada no Terminal Central de Campinas. Calor, suor, aperto. Tudo agravado pela quantidade imensa de passageiros que, com certeza, atingia o limite de 75 pessoas permitidas para aquela condução, todas elas mulheres. Ao longo do trajeto, considerando a troca de passageiros, não mais que cinco homens fizeram a viagem.

Barão Geraldo é um distrito de alto poder aquisitivo<sup>16</sup>, intensa atividade comercial e uma das regiões com maior crescimento do número dos loteamentos residenciais fechados definidos como de *“alto padrão”*<sup>17</sup> em Campinas. Muitas das mulheres que estão no ônibus

---

<sup>16</sup> Segundo o censo de 2010, o Distrito de Barão Geraldo configura o binômio riqueza/baixa densidade populacional, característico da distribuição desigual de renda. É uma das regiões onde se encontra a maior quantidade de residências, em números absolutos, com três ou quatro banheiros e maiores faixas salariais recebidas pelos moradores.

<sup>17</sup> Embora muito utilizado por produções acadêmicas sobre cidades e também pelo segmento publicitário de vendas imobiliárias, não existe uma definição clara sobre o significado da expressão *“alto padrão”*. Trata-se de um critério subjetivo para caracterizar residências ou áreas residenciais de elevado valor imobiliário,

trabalham na região e estão voltando para suas casas: “Eu tenho hora para pegar meu filho na escola, não posso ficar esperando ela chegar para eu sair”. Reclama uma das mulheres para sua amiga, referindo-se a alguém que suponho ser sua chefe. Olho no relógio e são quase cinco horas da tarde, horário no qual eu normalmente estaria a caminho da escola de minha filha, cuja aula termina às cinco e meia. Fiquei pensando na adequação da rotina do trabalho remunerado das mulheres à rotina do trabalho de cuidado descrito por inúmeras produções feministas<sup>18</sup> (Hirata e Kergoat, 2007; Kergoat, 2003; Carrasco, 2003). Observo a existência de outro pico no trânsito, começando horas antes do congestionamento dos carros individuais: o “rush de mulheres” dentro do transporte coletivo.

Desço desse ônibus e sigo para enfrentar a fila da próxima condução, que segue para o Jardim Itatinga, bairro localizado na divisa entre a parcela sul e sudoeste da cidade; no seu conjunto, a região mais populosa de Campinas<sup>19</sup>.

O Itatinga possui uma localização privilegiada em termos de acessibilidade rodoviária. Encontra-se cercado pelas duas principais rodovias do Estado, Anhanguera e Bandeirantes, e por uma das principais vias de integração regional, a Rodovia Santos Dumont. Segundo Helene (2012), a sua localização exata no entroncamento das Rodovias Bandeirantes e Santos Dumont (Mapa 1.1) favorece que o Jardim Itatinga fique isolado dos demais bairros, “ilhando” assim a prostituição (Helene, 2012, p. 12).

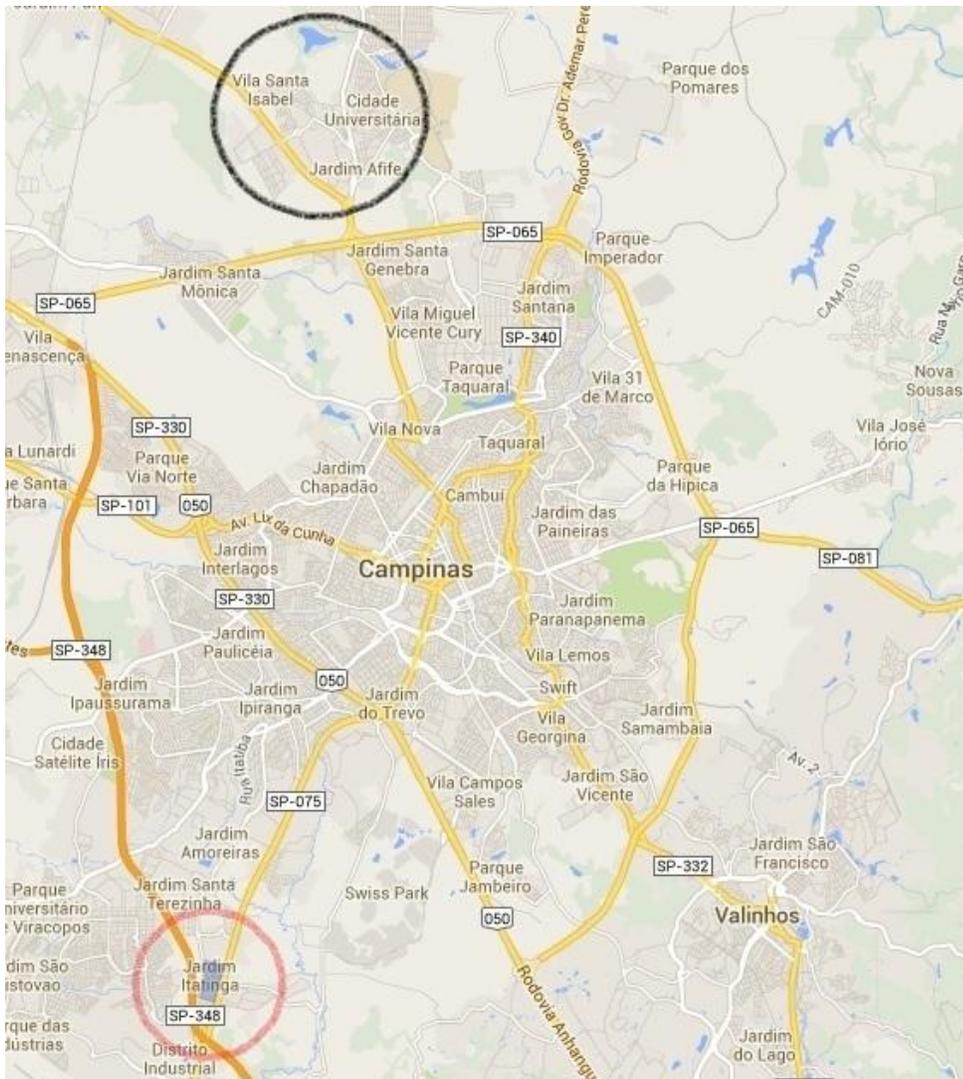
---

localização privilegiada no meio urbano, proximidade de meios de transporte eficientes (metrô, rodovias); noções subjetivas de bairros nobres, que variam de região para região. No entanto, vários estudos vêm mostrando a tendência urbana de Campinas e Região voltadas para a construção de residências de alto valor aquisitivo em condomínios fechados em áreas dispersas da cidade, incluindo áreas rurais no distrito de Barão Geraldo (Cunha e Oliveira, 2001; Fonseca, 2013a).

<sup>18</sup> Para uma leitura sobre a trajetória da inserção do conceito de gênero nos estudos sobre o trabalho e a importância do conceito de “divisão sexual do trabalho” para a modificação nesse campo e seu desenvolvimento, ver Araujo (2005, pp. 85-96).

<sup>19</sup> A macrorregião sul, que engloba as regiões sul e sudoeste da cidade, é definida por Cano e Brandão (2002) como eixo da pobreza, onde se concentram a população de menor renda, as favelas e as ocupações. De acordo com os autores, 54,2% da população favelada e 72,9% das ocupações de terrenos urbanos concentram-se nessas regiões.

**Mapa 1.1 - Município de Campinas (Barão Geraldo e Jardim Itatinga)**



Fonte: Google Maps.

Apesar do fluxo intenso de pessoas que se deslocam diariamente pelo chamado eixo “Santos Dumont”<sup>20</sup>, este segundo ônibus utilizado se encontra vazio, e apenas se levantavam as pessoas que saltariam nas paradas. É a primeira vez que pego a condução

<sup>20</sup> O Eixo “Santos Dumont” é um dos principais vetores de deslocamento do transporte público nas regiões sul e sudoeste da cidade de Campinas. Tem início do centro da cidade e corta toda a região da macrorregião sul, servindo de divisa entre a região sul e sudoeste.

para chegar ao bairro nesse horário e tal situação me instiga. As filas se formam antes do embarque, pois, como a frequência dos ônibus em horários de pico é muito alta,<sup>21</sup> a maioria dos passageiros prefere esperar um pouco o próximo ônibus e ir sentada pelo longo trajeto.

Apesar do conforto de ir melhor acomodada, tal situação traz outro tipo de inconveniência: deixa em evidência todas as pessoas que descerão na *Zona* de prostituição mais famosa do interior paulista. Recordo-me dos relatos de algumas entrevistadas queixando-se da dificuldade que enfrentam em determinados horários para tomar ônibus em direção àquela região. Os motoristas, após o período comercial, muitas vezes alegando perigo, se recusam a parar nos pontos de acesso ao bairro.

Tal incômodo me foi relatado tanto por trabalhadoras sexuais quanto por uma entrevistada residente em um bairro em frente ao Jardim Itatinga, Jardim San Diego. Ela me informa que em seu bairro há muito preconceito com as mulheres que trabalham no Jardim Itatinga; diz que sempre são utilizados termos como “aquelas mulheres”, e que as pessoas do bairro evitam contato com aquela região<sup>22</sup>.

O clima de desconfiança é evidente, e eu já o experimentara em outra ocasião, dirigindo meu próprio carro. Buscando saídas alternativas para evitar o congestionamento característico do bairro, eu me perdi nas imediações do local. Já era tarde e pedi informação a um rapaz que passava pela rua. Ele me indicou um trajeto que, à primeira vista, parecia estranho e complicado, por isso optei voltar ao Itatinga e seguir o caminho que conheço. Neste momento, ele me fez o alerta: “*moça, lá é a zona, é perigoso. Cheia de traficante, ladrão e prostituta. Não passa por lá não*”<sup>23</sup>.

A desconfiança parece vir seguida da vigilância. No ônibus, fica claro que todos observam quando levanto e sinalizo a parada no primeiro ponto de acesso ao Itatinga. São três pontos de parada que dão acesso ao bairro, quase exclusivamente utilizados para a entrada na *zona*, uma vez que não há travessias de pedestre desses locais para o outro lado da rodovia Santos Dumont (existem linhas próprias destinadas à região leste da rodovia) (Mapa 1.2).

---

<sup>21</sup> Existem cinco linhas de ônibus que passam pelas imediações do Jardim Itatinga. Duas ligam o bairro ao Terminal Central, sendo que uma dessas tem a frequência de 40 ônibus por hora nos horários de pico.

<sup>22</sup> Diário de Campo, setembro de 2012.

<sup>23</sup> Diário de Campo, 3 de setembro de 2013.

**Mapa 1.2 Detalhamento Bairro Jardim Itatinga**



Fonte: Google Maps.

Todos me olham. O esvaziamento do ônibus impede que eu me camufle na multidão e desça sem ser notada. Salto no primeiro ponto de acesso ao bairro para poder percorrer meu trajeto.

Fico impressionada com a transição brusca da paisagem entre as mediações do bairro e o seu interior. Na via local onde desço, paralela à rodovia Santos Dumont, há apenas construções cinza, grandes, de arquitetura fechada e hostil: galpões industriais,

pequenos escritórios, terrenos com contêineres e posto de gasolina<sup>24</sup>. Totalmente diferente das luzes, do colorido e da música intensa que encontramos quando adentramos as ruas do bairro.

Seis horas da tarde. Olhando para as ruas que cortam o bairro Itatinga, percebo que o movimento está mais intenso do que no mês anterior. Já é meio de dezembro e a *zona* parece estar em festa. A divisão de gênero também é clara no trânsito local: as ruas repletas de carros, todos com homens, e as calçadas repletas de pessoas oferecendo serviços sexuais, todas elas mulheres<sup>25</sup>. O movimento é grande, e por isso opto por continuar nessa via acinzentada e adentrar o bairro apenas quando estiver mais próxima de meu destino.

“*Na zona não se chega, se entra*”, diz Simões (2010) sobre a Vila Mimosa. Uma vez lá dentro, todos os olhares se voltam para a pessoa que adentra, “*seja para conquistá-lo, seja para seduzi-lo*” (p. 31). Assim também é a entrada no Jardim Itatinga. Ali não se chega “sem querer”: o confinamento bem planejado faz com que só entre lá quem realmente o deseja fazer.

Muitos carros, muita música, muitas mulheres nas ruas e alguns clientes sentados nas mesas dos bares. Essa cena é própria do horário de transição entre o período comercial e o noturno, quando, segundo uma informante, a prática de “dar atenção ao cliente” intensifica-se<sup>26</sup>. Os clientes que frequentam a zona durante o dia geralmente consomem menos bebida e sua permanência é restrita à realização do *programa*<sup>27</sup>. No período da noite, os ares de boemia se intensificam, e é comum que os clientes permaneçam por mais tempo

---

<sup>24</sup> O posto de gasolina, nesse trajeto, é um dos poucos espaços que fogem do cinza da paisagem. Lá há uma lanchonete bastante movimentada e, recentemente, foi aberto um salão de beleza cuja fachada lilás começa a mostrar um pouco do colorido que encontramos quando adentramos o bairro.

<sup>25</sup> Como mostrarei adiante, o trabalho sexual no Jardim Itatinga é majoritariamente oferecido por mulheres *cis*. Existem travestis e algumas mulheres trans que realizam programas, mas elas ocupam lugares delimitados dentro do território do bairro. O termo *cis* é uma terminologia utilizada para designar aqueles sujeitos que possuem um alinhamento entre o “sexo atribuído ao nascer + sentimento interno/subjetivo de sexo + gênero designado ao nascer+ o sentimento interno/subjetivo de gênero”. (Hailey, 2011).

<sup>26</sup> Entrevista Ana, 13 de agosto de 2013.

<sup>27</sup> *Programa* é um termo êmico utilizado para se referir ao momento acordado entre clientes e trabalhadoras sexuais onde serão realizados serviços sexuais. Tais serviços são combinados previamente. “Programa completo” geralmente diz respeito ao serviço sexual que inclui sexo anal (Diário de campo, agosto 2012). No Jardim Itatinga, o tempo padrão do *programa* são 30 minutos. Caso o cliente queira mais tempo, deve pagar novamente.

dentro dos bares bebendo, aproveitando o ambiente e flertando com as garotas. Assim, existe um investimento maior na relação de conquista e de sedução pré-*programa*.

Esse investimento, por sua vez, é recompensado por uma alta porcentagem ganha na bebida que o cliente consome:

Não ganham de um jeito mas estão ganhando de outro. Que nem uma dose de Whisky, que é R\$ 20,00, R\$ 5,00 é da garota. Que nem uma dose de energético, o Whisky é vinte e o energético é vinte. Com uma dose de whisky com energético a garota vai ganhar dez reais. Mas não é só no copo dela. Se entrou cinco homens, e com ela seis, e todos os cinco pediram doses, é ela que ganha se ela estiver sozinha na mesa com os clientes<sup>28</sup>.

O olhar ali me é negado. Vou percorrendo todo o trajeto com os olhos direcionados para baixo e, quando é necessário desviá-los por algum motivo, é importante não fitar alguém diretamente nos olhos. Em certa ocasião, ao olhar por descuido para um cliente que transitava de carro, ele foi até onde eu estava e perguntou para uma garota que eu visitava qual era o valor de meu programa<sup>29</sup>. Em outro episódio, quando eu participava de uma reunião com a Associação Mulheres Guerreiras, olhei distraidamente para um rapaz que passava andando pela rua. Ele também observava aquele conglomerado de pessoas estranhas à *Zona*. Quando nossos olhos se encontraram e eu não desviei meu olhar, ele parou e me olhou fixamente de forma pouco amistosa. Direcionei o olhar de volta à reunião, mas ainda sim percebi o olhar fixo do homem por mais algum tempo. Além disso, voltou a passar pelo menos mais três vezes pelo local, sempre me fitando. Havia percebido que provavelmente ele não fosse cliente, uma vez que estes se locomovem quase que exclusivamente de carros pelo bairro. Uma mulher então me avisou que o rapaz trabalhava para o tráfico de drogas no bairro.

Os olhos têm um papel privilegiado na comunicação e na dinâmica de oferta/procura de serviços naquele espaço. Todo o convite do programa passa por um intenso olhar que acompanha o cliente. Tal convite pode vir acompanhado de alguma outra

---

<sup>28</sup> Entrevista Ana, 13 de Agosto de 2012.

<sup>29</sup> Diário de campo, setembro de 2013.

gesticulação corporal, com mexidas de quadril, sorrisos, um deslizar das mãos pelo corpo. Mas tais seduções nunca substituem a conexão visual entre as mulheres e seus possíveis clientes.

O sujeito que olha também adota uma postura ativa no espaço em que está. E naquele espaço ainda não há lugar ativo para figuras como eu, representada ali pela ideia de *apoiadora*<sup>30</sup>. O olhar é um privilégio daqueles que compartilham de alguma forma os significados daquele espaço e que participam de suas redes sociais.

Além disso, o ato de olhar não é algo solitário. Ele promove a interação entre o observador e observado: quando somos olhados, também nos olhamos. A elaboração que fazemos de nós mesmos, por alguns instantes, dialoga de alguma maneira com o olhar do outro. Por isso Sartre define com astúcia que “o inferno são os outros”<sup>31</sup> (Sartre, 2007: 125).

Também para Wagner (2010), do contato entre a comunidade estudada e o antropólogo – “*forasteiro excêntrico, intrometido, de aparência curiosa e estranhamente ingênuo vivendo entre ela*” - nascem problemas comuns: ambos se tornam autoconscientes de seus atos, e surge também a necessidade de controle (p. 36)<sup>32</sup>. Esse controle expressado pela repulsa à minha presença só termina quando me encontro no meu destino final. Agora tutelada por um “nativo”, posso terminar minha “etnografia do chão”<sup>33</sup> e começar a olhar

---

<sup>30</sup> *Apoiadora* é um termo muito recente utilizado ali para designar pessoas voluntárias que desenvolvem alguma atividade de apoio no bairro, especialmente à Associação Mulheres Guerreiras. Essa categoria começa a ganhar pequenos espaços ali à medida que se intensifica o número de pessoas que começa a realizar atividades mais permanentes por ali. Atualmente eu atuo realizando o secretariado da Associação.

<sup>31</sup> No seu romance “Entre quatro paredes”, Sartre descreve um inferno hipotético em que três pessoas são colocadas em uma sala, sendo obrigadas a um convívio intenso. Elas têm a sua consciência superaguçada, e seus dramas passam pela ausência da possibilidade de fuga dos olhares, tendo em vista que ser visto é parte constitutiva na construção do ser (Sartre, 2007).

<sup>32</sup> Para a comunidade, esse controle pode ser entendido pela capacidade de controlar aquele forasteiro; para o antropólogo, consiste em administrar suas competências individuais.

<sup>33</sup> Esse termo me foi “emprestado” por Silmara Prates, que, de forma muito pertinente, explicou-me as potencialidades e as limitações que a prática de “andar olhando para o chão” pode abrigar. Silmara trabalhou por algum tempo em um projeto da Prefeitura Municipal de Campinas junto com uma ONG presente no bairro, e, assim como eu, também era impelida a sempre desviar o seu olhar quando caminhava pelo Jardim Itatinga.

pelas *janelas* que me vão sendo abertas. O controle da comunidade, até então sobre a minha presença, transforma-se nas escolhas das paisagens às quais terei acesso<sup>34</sup>.

Às vezes observo essas paisagens por frestas de portas de alguma casa, às vezes são conversas descompromissadas enquanto espero alguma reunião. Por essas janelas vou tentando entender as relações naquele bairro, sua organização política e os pontos de conexão entre as múltiplas correlações de forças existentes ali. Presto especial atenção às formas como as trabalhadoras sexuais atuam e se locomovem dentre as várias microrrelações de poder que tecem a vida social da *zona*.

## 1.2 Do Confinamento à Apropriação

A constituição do Jardim Itatinga é resultante de uma política bem orquestrada, implementada por governo e polícia na metade da década de 60 para retirar da *cidade legal*<sup>35</sup> toda a prostituição e a estrutura que a circunda, transferindo-a para uma área distante de perímetro urbano.

Os contornos da *cidade legal* possuem fortes relações com o movimento do mercado imobiliário. Regina Mazzariol (1976) demonstra como a valorização de terrenos em decorrência do grande crescimento populacional de Campinas entre 1940 e 1970<sup>36</sup> favoreceu a articulação dos poderes públicos e da mídia local em torno da ação intitulada “operação limpeza”, executada a partir da década 1960. Esta ação, apoiada por um discurso de “ameaça à família”, teve como objetivo retirar a prostituição de algumas regiões da

---

<sup>34</sup> É importante destacar que as interlocutoras com quem mantive relações de campo mais profundas são todas mulheres que trabalham há mais de vinte anos no bairro.

<sup>35</sup> *Cidade legal* é um termo recorrente em estudos urbanísticos e diz respeito à parcela da cidade que está em acordo com as leis de urbanização e habitação, bem como em consonância com o plano diretor. É utilizado em muitos contextos como oposição à noção de “cidade real” que, na sua utilização usual, inclui áreas de ocupações, moradias irregulares, periferização da cidade e zonas marcadas por trabalhos ilegais e ilícitos. Antes de ser uma definição que busca mapear a legalidade ou irregularidade das áreas urbanas, ela se preocupa com o plano simbólico associado à regularização fundiária, ou seja, a disputa pelos “usos da cidade” e a estipulação daquilo que se entende como “centro” e “periferia” (Maricato, 1996).

<sup>36</sup> Segundo Mazzariol, de 1940 a 1970, a população do município de Campinas passou de 98.500 habitantes para 335.000 habitantes, sendo que o maior aumento se deu entre as décadas de 1950 e 1960 (1976, p. 71).

cidade de Campinas, transferindo-a para uma área de confinamento longínqua e inofensiva ao olhar da família “média” do período.

Os alvos principais foram os estabelecimentos de prostituição localizados no bairro Taquaral, região em que se começava a perceber relevante valorização. A polícia então empreendeu um processo de autuação desses estabelecimentos e das mulheres que faziam o *trottoir*<sup>37</sup> da cidade. Ao ameaçá-las com a prisão, fazia um “acordo” de transferência para outra região, escolhida pela prefeitura para essa finalidade. O não aceite do “convite” de transferência acarretava na instauração de um inquérito por exploração de lenocínio ou por vadiagem.

O delito da “vadiagem” era utilizado especificamente para as mulheres prostitutas, tendo em vista que, como na legislação brasileira prostituição não é crime, esse era o mecanismo legal para a polícia criminalizar tal atividade<sup>38</sup>. Entretanto, a exploração da atividade da prostituta é punida pelo Código Penal Brasileiro. Assim, o cidadão que mantém local destinado a encontros para fins de prostituição, que tira proveito de prostituição alheia ou que impede que a prostituta abandone as suas atividades estará incidindo nas penas previstas para o lenocínio. São exemplos desses crimes o rufianismo, a casa de prostituição e a indução à prostituição, legislados pelos Artigos 228, 229 e 230 do Código Penal.

Conjuntamente com a coerção legal, para a efetivação da “operação limpeza”, a polícia designou corretores para contatarem agências imobiliárias e localizarem um loteamento afastado da cidade, que tivesse aproximadamente 30 lotes não vendidos ou

---

<sup>37</sup> *Trottoir*, em francês, significa calçada. No Brasil, é uma das denominações dadas ao caminhar das prostitutas à espera de seus clientes. Ele é o termo comumente utilizado nos documentos analisados por Mazzariol (1976).

<sup>38</sup> O delito da “*Vadiagem*” está presente desde o primeiro Código Penal da República Brasileira, em 1890, onde o Art. 399 definia *Vadiagem* como “Deixar de exercer profissão, ofício ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meio de subsistência e domicílio certo em que habite; prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes: pena – de prisão celular por quinze a trinta dias” (Pierangelli 1980, p. 316). No Código Penal de 1941 esse delito permaneceu, sendo então descrito pelo artigo 59 das Leis de Contravenções Penais: “*Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover a própria subsistência mediante ocupação ilícita*”. O delito da vadiagem é descrita por vários historiadores como um dos principais mecanismo de repressão do Estado à camadas populares e setores considerados “marginalizados” (Chalhoub, 2008). Em Campinas é recorrente o relato de que entre as décadas dos anos 80 e 90 esse era o argumento para a constante detenção de mulheres que trabalhavam no Centro da cidade. Entrevista Ângela, 9 novembro de 2012; Diário de Campo, 2006.

passíveis de transferência. Outro requisito era que ali não houvesse residências. Foi encontrado então o Jardim Itatinga, loteamento constituído uma década antes, despovoado e localizado em área rural próxima ao Aeroporto de Viracopos.

Consta que os primeiros estabelecimentos de prostituição se instalaram no Itatinga em 1967, sendo que em 1972 já se contavam aproximadamente 50 *casas* de prostituição, que são estabelecimentos destinados ao trabalho sexual cuja estrutura física se assemelha com uma casa, contendo um número maior de suítes onde as trabalhadoras realizam o *programa*<sup>39</sup>

A polícia, através da delegacia de costumes, participou ativamente no estabelecimento do bairro, fichando e controlando a entrada e saída das prostitutas, além de exigir que realizassem exames médicos e psicológicos periódicos.

Mazzariol, retomando Mary Douglas (2010), argumenta que tal operação explicitou “tanto no nível simbólico, como no instrumental, um processo de reorganização social de categorias efetuadas pelo espaço físico”, pois, à medida que se classifica um objeto como “sujeira”, pressupõe-se que ele está “fora do seu lugar” e que, portanto, existe um determinado sistema de ordenação e classificação de objetos e lugares (1976, p. 12).

A noção da prostituição como sujeira conecta-se perfeitamente à prática do zoneamento, cuja formulação tem por fundamento a ideia de que distinguir e separar são as melhores formas de administração do meio urbano. Segundo Souza (2006), o urbanismo modernista perseguia a separação funcional como uma “*verdadeira obsessão, considerando-a chave mestra da ‘ordenação’*” (p. 257). Essa ordenação quase sempre representa a segregação.

Assim, o confinamento da prostituição, além representar uma forma de isolar e controlar o meretrício, também delimita os contornos da *cidade legal* (identificada como espaço da “família” e da “ordem”) e determina, entre outras coisas, tipos de comportamentos sexuais femininos aceitos nessa parcela da cidade. Se, por um lado, há uma reificação de valores conservadores sobre o corpo e o comportamento feminino na cidade oficialmente aceita, em outra, na área confinada, há um laboratório de novas práticas

---

<sup>39</sup> *Casa* de prostituição, como veremos adiante, ainda são os estabelecimentos mais numerosos do bairro, que possui também as *boates* ou *casas fechadas*, e os *bares*.

e corporalidades ligadas ao corpo feminino na prostituição, que vão preenchendo de significados os contornos da *zona*.

Pasini (2000), analisando a prostituição na Rua Augusta, em São Paulo, mostra como a garota de programa “ocupa” o *ponto*, dando especial atenção à força da corporalidade nessas demarcações.

A autora, entendendo o corpo como um espaço social, produto e produtor de sentidos sociais, destaca como o corpo da *garota de programa*<sup>40</sup> confere significados ao espaço físico e simbólico do *ponto* de várias formas: vestimentas, *performance* desempenhada, gestos e posturas, demarcações entre práticas possíveis com clientes e não clientes (Pasini, 2000, 2005). Tais análises fazem sentido no contexto do Itatinga, no qual os corpos *apropriam-se*<sup>41</sup> de forma ampla do espaço, demarcando suas regras, ocupando as ruas, agindo na construção daquele lugar como um território destinado a um tipo de sociabilidade que promete prazer sexual.

As *roupas de trabalho*<sup>42</sup> fornecem os elementos mais palpáveis dessa apropriação. Às vezes são roupas comuns, encontradas em lojas convencionais de vestuário: calças *jeans*, blusas justas, vestidos e shorts curtos. Podem ser uma reprodução dessas peças tradicionais de vestuário, mas com alguma “extravagância”: biquínis pequenos, blusas “tomara-que-caia” em tamanhos menores (de forma que os seios fiquem a mostra), uma saia que mostre as partes íntimas ou a combinação de peças de roupas extremamente chamativas<sup>43</sup>. Todas parecem ter uma numeração menor que o padrão da moda exigiria para aqueles corpos, fazendo com que se deixe sempre à mostra partes íntimas do corpo.

Mas o que chama mais atenção são aquelas roupas difíceis de descrever, devido às suas especificidades. São peças feitas especialmente para o trabalho sexual, tendo em vista que jamais as encontrei em outras lojas. Essas roupas também não reproduzem as peças fetichizadas encontradas em *sex shop*, elas pertencem à corporalidade da *zona*: vestido de

---

<sup>40</sup> Termo utilizado pela autora.

<sup>41</sup> Apropriação, no sentido utilizado, diferencia-se da noção de propriedade. Ambos significam relação de poder, mas enquanto a noção de propriedade está mais próxima da ideia de dominação por posse, a noção de apropriação está ligada a um poder vinculado a processos subjetivos carregados de marcas do “vivido” e do valor de uso dos territórios e suas manifestações culturais peculiares (Lefebvre, 1991).

<sup>42</sup> Termo utilizado para se referir às roupas utilizadas no trabalho sexual. Porém, como tento mostrar, no território da *zona*, elas também são usadas para além do espaço restrito do *ponto* de prostituição.

<sup>43</sup> Como calça de *lycra* justa de oncinha com um top de *strass*.

malha com bolas grandes vazadas pelo corpo, blusa com um buraco para mostrar os seios, vestido de telinha sem a utilização de peça íntima por baixo.

As prostitutas as adquirem de mascates que transitam pelo bairro e também, de acordo com uma informante, de outras profissionais que viajam para outros países. Acredito que os modelos sejam confeccionados especificamente para uso no trabalho sexual, indicando que as ramificações da indústria do sexo são mais extensas do que uma breve observação pode demonstrar.

Essas são suas roupas de trabalho. Mas trabalho na *Zona* não está restrito apenas à realização do programa e à espacialidade do *ponto*; inclui outras sociabilidades estabelecidas ali. Vestidas assim, elas não apenas abordam os clientes, mas também transitam em lugares diversos do bairro: vão ao salão, à padaria, ao posto de saúde, ao restaurante e fazem visitas a colegas de outros pontos. A utilização e a exibição do corpo no trabalho sexual são defendidas como direitos concedidos pela *Zona*, e também são percebidas como demonstração de poder e apropriação daquele espaço. Quando precisam alterar essa rotina por algum evento específico, o fazem como uma concessão.

Como exemplo, podemos citar a conflituosa relação entre o Centro de Estudos e Promoção da Mulher Marginalizada (CEPROMM) e uma *casa* de prostituição de travestis localizada na sua frente. O CEPROMM é uma ONG ligada à Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM)<sup>44</sup> e realiza atividades pedagógicas com crianças em *situação de vulnerabilidade social*<sup>45</sup>. Suas coordenadoras solicitaram então à proprietária da *casa* de prostituição que, em “respeito às crianças”, ela não permitisse que “*suas meninas*”<sup>46</sup> ficassem sem roupa no horário de funcionamento da creche.

---

<sup>44</sup>A Pastoral da Mulher Marginalizada é uma frente da Igreja Católica atuante desde 1963 com o objetivo de “ser presença solidária, profética e evangélica junto a Mulher em situação de prostituição”. In: [http://www.pmm.org.br/?page\\_id=2](http://www.pmm.org.br/?page_id=2). Em Campinas a PMM atua desde 1976 no bairro do Jardim Itatinga, tendo sua sede inaugurada em 1985. O CEPROMM foi criada em 1993 como nome jurídico. Sobre a Pastoral da Mulher Marginalizada e sua relação com o debate da prostituição, ler a recente tese defendida de Andreia Skackauskas (2014)

<sup>45</sup> Conceito utilizado por órgãos ligados à assistência social para designar crianças envolvidas em situações de exploração sexual, negligência familiar, adicção às drogas, abandono familiar, agressões ou violência sexual. O CEPROMM possui convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Campinas e atende crianças de várias regiões da cidade. Entrevista Fernanda, setembro de 2013.

<sup>46</sup> Termo utilizado principalmente para designar as mulheres que trabalham em determinada *casa*. Neste caso, refere-se às travestis e transexuais que trabalham naquela casa.

Simone, travesti proprietária dessa casa, atendeu a esse pedido “em respeito às crianças”. Entretanto, sempre que há algum desentendimento com as “irmãs<sup>47</sup>”, ela rompe o acordo, e, nesses dias, as travestis podem fazer o *ponto* com a roupa que desejarem. Em um dia em que uma funcionária reclamou do som alto que vinha do *trailer* em que as travestis fazem *ponto*, ela disse: “*eu já faço muito em não deixar minhas meninas ficarem sem roupa ali. Se elas [coordenadoras do CEPROMM] quiserem, que saiam daqui*”.

Em outro episódio, quando as trabalhadoras sexuais e comerciantes fizeram uma manifestação na Rodovia Santos Dumont protestando contra uma intervenção violenta da polícia militar que paralisou a *Zona* por um fim de semana, uma das militantes da Associação Mulheres Guerreiras me contou sobre a forma de intervenção das profissionais:

Falei para as meninas: ‘se não quiserem se mostrar, tampa a cara e mostra o cu, pois é com ele que a gente trabalha’. E assim coloquei o meu biquíni de trabalho e fui para o meio da pista gritar, aqui é o nosso lugar e esse é o nosso trabalho.<sup>48</sup>

Nesse episódio podemos observar as corporalidades marginalizadas presentes no Jardim Itatinga transbordarem as fronteiras da *Zona* e começar a ser afirmada como uma identidade política. Vale lembrar que a Rodovia Santos Dumont, a pesar de fazer fronteira com o bairro, não pertence às territorialidades da *Zona*. A importância dessa Rodovia para a *cidade legal* faz com que com que a ocupação desse espaço pelas prostitutas e, principalmente, em especial com elementos de uma “sexualidade confinada”, é uma importante forma de enfrentamento.<sup>49</sup>

Segundo Pasini (2000), “há uma ‘socialização’ do corpo no contexto específico de cada ponto de prostituição, em que uma ‘aprendizagem’ é incorporada” (p. 128). Essa “aprendizagem”, conforme argumento aqui, não pode ser apagada quando se circula por outros espaços sociais. Ao contrário, muitas vezes há uma recusa em esconder as marcas do vivido de seus corpos e em aderir ao que Olivar (2010) chamou de *zonas simbólicas de*

---

<sup>47</sup> Forma como se referem às duas freiras que são coordenadoras do CEPROMM.

<sup>48</sup> Carla, Diário de Campo, outubro de 2013. Havia aproximadamente 50 participantes nesse ato, predominantemente trabalhadoras sexuais que paralisaram a rodovia por aproximadamente 30 minutos. Muitas delas foram vestidas com suas *roupas de trabalho* e com o rosto a mostra. Algumas poucas usaram capacetes e bonés.

<sup>49</sup> Tal tema será melhor analisado no capítulo 3.

*tolerância*<sup>50</sup>. Ao contrário, reafirma-se a zona justamente através daqueles elementos que a excluíram, que não são desejáveis.

Pasini (2000) destaca também o extenso debate existente na bibliografia sobre as separações efetuadas por mulheres que trabalham na prostituição entre as diversas esferas sociais. Assim, se para uma extensa gama de autores existe uma rígida separação entre as vidas das mulheres nos espaços de prostituição e fora deles (Morales, 1996; Gaspar, 1985; Ariente, 1989), temos outros autores que argumentam que ela não está descolada de outras atividades que essa mulher desempenha no seu dia-a-dia (Souza, 1998).

As fronteiras que separam a vivência na *Zona* dos demais espaços de sociabilidade das minhas interlocutoras pareceram bastante borradas, especificamente em relação à família. Minhas interlocutoras participam de um grupo específico de mulheres que já trabalham no bairro há pelo menos sete anos – algumas por mais de vinte. É comum a ida de filhos e familiares até o espaço de trabalho delas.

Carla possui três filhas, todas filhas de relacionamentos afetivos estáveis que adquiriu na *Zona*<sup>51</sup>. Tanto suas filhas quanto sua família circulam pelo bairro. A mais velha, por exemplo, vai sempre ao bairro, pois faz as unhas com a mesma manicure da mãe, de quem Carla é cliente há vários anos. Também em algumas épocas, Carla leva sua irmã para trabalhar no salão de beleza que havia montado. Esse salão agregava tanto o espaço onde se prestava serviços de cabeleireiro quanto uma suíte no fundo onde Carla realizava *programas*.

Luzia também criou seus filhos dentro da *Zona* e me diz que, quando sai dali, faz questão de mostrar de onde vem. Certo dia, foi chamada para ir até seu antigo bairro, pois estava comprando uma casa para seu filho. “*Fiz questão de ir com o meu macacão branco – aquele todo colado e meio transparente – para mostrar da onde eu venho e porque*

---

<sup>50</sup> Olivar (2010) destaca a construção de uma imagem do “ser prostituta” pelo movimento organizado de prostitutas do Rio Grande do Sul através de um enfoque trabalhista, que, segundo o autor, muitas vezes promoveu a “*fabricação de uma prostituta relativamente dessexualizada, produtiva/familiarista*” (p. 306). Tais formulações pouco contribuíram para desestabilizar noções de sexualidade e prazer que sustentam o estigma que envolve a prostituta, contribuindo assim para a criação de “zonas simbólicas de tolerância”. Abordarei com mais atenção esse tópico no capítulo 3.

<sup>51</sup> Sua filha mais velha nasceu de uma relação afetiva de longa data estabelecida com seu primeiro cliente; o pai da segunda é filho de uma moradora antiga do bairro; a menor é filha de um rapaz que oferece serviços de pedreiro na região.

*consegui comprar uma casa para meu filho*”. O orgulho emerge também no relato de uma reunião de pais ocorrida na escola de seu filho. Uma outra mãe a teria interpelado: “*Mas você é tão inteligente, porque foi cair nessa vida?*”. Ao que respondeu: “*É justamente por eu ser inteligente que caí nessa vida*”<sup>52</sup>.

Tais posturas podem ser lidas como uma resposta ao estigma que enfrentam e, por isso, uma necessidade de “afirmação” contra a exclusão sofrida, mostrando o “sucesso” de suas escolhas. Mas, por outro lado, podem ser lidas como uma vivência da *zona* enquanto espaço *apropriado*, uma permanência da *corporalidade* construída no contexto do trabalho e das demais relações sociais estabelecidas ali.

### **1.3 Casa, Boate e Bar – O Trabalho Sexual no Jardim Itatinga**

Segundo dados do Centro de Saúde do Bairro, circulam pelo Jardim Itatinga aproximadamente 2.000 trabalhadoras sexuais, dividindo-se em turnos diurnos e noturnos. Essas trabalhadoras são na sua grande maioria mulheres cis, mas existe um número considerável de mulheres trans e travestis que se concentram em uma rua específica do bairro. Existe no Jardim Itatinga uma separação entre os locais de prostituição de mulheres cis e o espaço das mulheres trans e travestis. De forma geral, as travestis só podem fazer *ponto* em uma determinada rua do bairro, com exceção de apenas uma casa localizada em outra rua. Apesar de um grau elevado de sociabilidade entre mulheres cis e travestis, a relação é marcada por tensionamentos, com certa hostilidade por parte das mulheres cis. A denominação “viado” é muito recorrente, e claramente marcada por intenções de depreciação.

Os clientes são numerosos e circulam pelo bairro em todos os períodos do dia<sup>53</sup>. O congestionamento de carros é intenso a partir das dez horas da manhã, aumentando consideravelmente no período do almoço e após as oito horas da noite.

---

<sup>52</sup> Encontro “Profissionais do Sexo: Unidas pelo Respeito”. 29 de junho de 2012, UNICAMP.

<sup>53</sup> Não existem dados sobre o número de clientes que circulam pelo bairro diariamente. Entretanto, podemos imaginar um número considerável se levarmos em conta que as mulheres entrevistadas realizam uma média

A circulação de clientes pelo bairro é sempre feita de carro, sendo incomum encontrar pessoas andando pelas ruas, aí inclusas as trabalhadoras, que normalmente reúnem-se em pequenos grupos nas portas dos estabelecimentos. Essa característica é bastante significativa, principalmente no período diurno, e faz com que a minha circulação pelas ruas do bairro chame bastante atenção.

Andando a pé, deparamo-nos com uma figura muito presente na paisagem da *zona*: os mascates. São vendedores ambulantes que circulam pelas ruas levando consigo malas coloridas com rodinhas e carrinhos que contêm mercadorias diversas para serem vendidas para as mulheres e travestis que ali circulam. Trata-se de uma personagem histórica naquela região, sendo descrita por Mazzariol (1976) como figura constante desde a criação do bairro.

Há um número muito grande desses vendedores no Jardim Itatinga. A função é exercida por homens e mulheres, no geral com mais de 40 anos, que percorrem as ruas vendendo roupas, cosméticos, lingerie, tapetes, entre outros, e promovem o encontro de diversas trabalhadoras ao seu redor, olhando roupas, experimentando e conversando. Eles são os principais responsáveis pelo abastecimento de mercadorias das trabalhadoras que ali residem.

A linguagem do bairro especifica três tipos de estabelecimentos onde se realiza o trabalho sexual: *casa*, *boate* e *bar*. Somados, correspondem a um número aproximado de 200 estabelecimentos. A maioria é de “*casas de prostituição*”, que no cotidiano são chamadas simplesmente de *casa*. Esses foram os espaços pelos quais mais circulei, pois eram os locais de referência das minhas interlocutoras.

No geral, este termo designa estabelecimentos que se assemelham a casas residenciais, mas que contêm um pequeno bar na entrada – na sala de entrada ou na varanda – e quartos dormitórios onde as trabalhadoras realizam os programas. É comum algumas delas residirem nesses quartos a semana toda, ou parte dela. Também é comum o fundo da casa abrigar uma “área social”, incentivando a permanência dos clientes no recinto, favorecendo sua consumação.

---

de quatro programas diários com clientes diferentes.

As *casas* possuem papel importante na história daquele bairro (Mazzariol, 1977), e esse nome, além de fazer referência à estrutura do imóvel, também mantém relações com as formas de se organizar o trabalho no interior do estabelecimento, rodeada por um discurso de espaço doméstico. As cafetinas responsáveis por esses estabelecimentos, também chamadas de *donas de casa*, muitas vezes são descritas como uma figura paradoxal, que “cuida”, mas também “explora”; que protege, mas também agride.

Por boate entendem-se as “casas fechadas” – termo sinônimo para tal estabelecimento. São, na maioria das vezes, os locais “mais caros”, em que existe um ambiente amplo e fechado, dançante, com iluminação eletrônica. Paga-se uma consumação mínima para entrar e, no interior, acontecem shows de *strip tease* e outras atrações, como a “festa do biquíni” ou o festival “gata molhada”. O termo “fechada” faz alusão tanto à discrição desses ambientes – que possuem garagem própria e fachadas totalmente blindadas, impossibilitando a observação de seu interior – quanto às condições de trabalho das trabalhadoras. Segundo Ângela:

Ninguém daqui trabalhou lá não. Quem falar está mentindo. Eles buscam tudo de fora. Eu conheci a primeira dona daquilo lá. Elas ficam todas lá dentro. Não saem para nada. Ele tem tudo lá para elas: salão, academia.<sup>54</sup>

De forma geral, as mulheres que ali trabalham não participam das demais redes de sociabilidade do bairro, e nos circuitos que frequentei, pouco se fala sobre o funcionamento dessas *casas fechadas*<sup>55</sup>.

Assim como as *casas*, possuem quartos no seu interior para os programas, que devem ser realizados com as mulheres que trabalham no estabelecimento. Algumas trabalhadoras também residem nesses locais.

Apesar de o valor do programa ser superior à média dos realizados nas *casas*, trabalhar nesses espaços parece não simbolizar ascensão social nem econômica dentro do cenário do trabalho sexual. Quando pergunto se existe um critério específico para se

---

<sup>54</sup> Entrevista, 9 de outubro de 2012.

<sup>55</sup> Conforme mostrarei no próximo tópico, parece existir uma relação estreita entre os donos desses estabelecimentos e o tráfico de drogas. Eles são parte ativa dos “acordos” existente entre traficantes e policiais. Esse espaço de trabalho parece não ser muito valorizado nas falas das minhas interlocutoras.

trabalhar nas casas fechadas, Carla, uma entrevistada que já trabalhou em diversos locais de prostituição na cidade de Campinas, incluindo outras *boates fechadas* no bairro Cambuí, me responde:

É chiquezinho entre aspas né, porque tem gente que fala assim: ‘As mulheres são top de linha né’, mas nada que uma maquiagem não resolva. Eu nunca usei maquiagem e eu entro em qualquer lugar para trabalhar. Eu ligo e digo, estou indo. Eles perguntam: ‘quantos anos você tem’ e eu minto a idade, chego lá e sou recebida e entro para trabalhar.<sup>56</sup>

A média do programa nas *boates* do Itatinga é de R\$ 120,00, em contraponto com R\$ 60,00 nas *casas*. No entanto, se faz menos programas, e o controle sobre o horário de permanência no interior da boate é bastante rígido, geralmente estendendo-se das nove horas da noite até as seis horas da manhã.

A vantagem aparente desses estabelecimentos, segundo Carla, é a discricção – uma vez que elas não estão visíveis na rua – e a garantia de uma clientela fixa<sup>57</sup>.

Já os *bares* são locais que servem de ponto de parada para aqueles transeuntes ou frequentadores do bairro que tem como prioridade o consumo de bebidas ou o jogo de bilhar. São estabelecimentos pequenos, sem apelo visual significativo (como *banners* ou letreiros luminosos). Servem também como ponto de encontro entre clientes e trabalhadoras sexuais, que depois de algum tempo consumindo no recinto se direcionam para alguma *Casa* para a realização do programa. Alguns bares possuem quartos no seu interior.

Entre os anos de 2011 e 2013 houve um aumento significativo no número de estabelecimentos chamados de *bares*, mas que possuem algumas especificidades. Os novos *bares* são mais requintados, sendo uma mistura de *boate* com *casa de prostituição*.

O tipo de relação entre os estabelecimentos e as trabalhadoras é bastante diversificado, existindo uma variedade de acordos possíveis, bem como diferentes graus de autonomia da trabalhadora em negociar seus horários de trabalho.

---

<sup>56</sup> Entrevista, 15 de agosto de 2012.

<sup>57</sup> Entrevista, 9 de outubro de 2012.

Nas *casas*, a trabalhadora negocia o valor do seu programa e paga para a *dona* uma “comissão” pela utilização do quarto. Nos casos em que a trabalhadora reside na *casa*, o valor da comissão é de R\$ 20,00 sobre cada programa realizado, e para aquelas que não moram no local, a comissão é de R\$ 10,00<sup>58</sup>.

As próprias trabalhadoras negociam o valor do programa, podendo aumentá-lo ou diminuí-lo de acordo com sua disposição ou necessidade, além de negociar quais serviços serão prestados. Caso o cliente queira realizar o programa em local distinto, ou levar a trabalhadora para outro lugar, ele paga uma taxa de aproximadamente R\$ 80,00 para o estabelecimento. As garotas também recebem comissões relacionadas ao consumo de bebida alcoólica, algo em torno de 25% do valor dos destilados. Esse método, segundo Carla, cria simbiose entre a(o) dona(o) e a trabalhadora, porque “se um ganha, o outro também ganha”<sup>59</sup>.

O *ponto* na rua, também chamado de *fazer a rua*<sup>60</sup>, modalidade pouco frequente no bairro, concentra-se em apenas uma rua, sendo desenvolvida principalmente por travestis. Salvo exceções, aquelas que *fazem a rua*, ficam livres para levar o cliente para fora dos estabelecimentos, podendo fazer o programa no carro ou em alguma outra *casa*, de preferência perto dali. É descrita como uma atividade mais perigosa, uma vez que a trabalhadora fica sem proteção da casa contra os clientes<sup>61</sup>.

Uma modalidade intermediária entre este tipo de *ponto* e o *ponto em casa* é a utilização de bares como local de encontro para a realização de programas. Ela é realizada principalmente por mulheres trabalhadoras sexuais que não trabalham regularmente no bairro, mas que eventualmente se deslocam até ele ou para se divertirem, ou para fazerem programas extras. Nesse caso, elas não ganham comissão de bebidas e podem realizar o programa tanto dentro desse bar – caso haja espaço apropriado – ou no quarto de alguma outra *casa* (nunca na rua).

---

<sup>58</sup> Existem alguns estabelecimentos que cobram uma diária de R\$ 30,00 para as mulheres que moram ali, além de uma comissão de R\$ 10,00 pela utilização dos quartos em casa programa realizado.

<sup>59</sup> Entrevista Carla, 15 de agosto de 2012. Apesar de o termo “simbiose” ser meu, utilizo-o para sintetizar noções que foram recorrentes no campo e que extrapolam a relação cafetina-trabalhadora. Tal tema será aprofundado no capítulo 2.

<sup>60</sup> Diário de Campo, 05 novembro de 2012.

<sup>61</sup> Diário de campo. Setembro de 2012

Por fim, um último tipo de relação de trabalho existente, e que diferenciamos para facilitar nossa análise, é a das trabalhadoras que moram nas *casas* ou nas *boates*. No geral, tal relação é sempre temporária, uma vez que essa é considerada uma situação pouco ideal dentro da lógica do trabalho sexual, em que “*só mora lá quem não tem mais nada.*”<sup>62</sup>

Todas as minhas interlocutoras moraram por algum período no bairro e, assim que possível, se esforçaram para procurar residência fora do espaço de trabalho:

Quem tem condições de morar fora da casa é melhor. Porque aí a gente faz o ponto com o horário da gente. [...] Eu alugava quarto<sup>63</sup> e pagava por mês para ter a minha vida independente [...] o quarto era só para eu dormir e guardar as minhas coisas. Foi quando eu arruei, feito uma águia. Aluguei o quarto e pagava por mês. Reinava no Itatinga e reinava na região central. De dia eu estava aqui, e de noite eu estava lá”<sup>64</sup>

A importância de se residir fora do bairro foi levantada por todas as entrevistadas e parece ter bastante relação com a existência de uma tensão permanente entre *Dona de casa* e trabalhadora, numa disputa que envolve, de um lado, os discursos sobre o anseio das cafetinas para “controlar” as profissionais e, por outro, uma “rebeldia” considerada como “descompromisso” das trabalhadoras com suas *casas*.

#### 1.4 “Cafetina também é puta”

[Carla] Aline, você quer ter uma casa na zona?

[Eu] Não!

[Carla] Pois é! Só quer ter casa na zona quem também é puta. A cafetina também é puta!<sup>65</sup>

---

<sup>62</sup> Entrevista Ângela, 09 de outubro 2012.

<sup>63</sup> Existem quartos semelhantes a pensionatos para se alugar no Jardim Itatinga. Esses cômodos ficam na parte não asfaltada do bairro, servindo apenas de residência dormitório para as trabalhadoras. Não são utilizados para fazerem programa.

<sup>64</sup> Entrevista Ângela, 09 de outubro de 2012.

<sup>65</sup> Diário de Campo, outubro de 2013.

Utiliza-se o termo *cafetina* como sinônimo de *donas de casa*. Porém, nunca se utiliza o termo *cafetão* para os homens que realizam a mesma atividade. Ângela, trabalhadora sexual há 32 anos na cidade de Campinas, nos explica essa distinção:

Cafetinas são donas de casa, bem. É diferente. Agora [por outro lado], o cafetão quer meter com a mulher e ainda colocar a menina para ganhar dinheiro para ele! Para! A cafetina não, a menina mora na casa dela, depende da casa dela. Ela não vai transar com a menina e pegar o dinheiro. O dinheiro do quarto e da bebida é que é delas.<sup>66</sup>

Pergunto sobre os *donos de casa*, e Ângela continua:

É assim também, como as cafetinas. Agora, cafetão é uma desgraça. Ele quer viver nas costas da profissional. Vá para a puta que pariu! Vai trabalhar, vagabundo!<sup>67</sup>

Segundo uma informante, a grande maioria dos proprietários de *casas e boates* no Itatinga é de mulheres que antes eram “putas” e hoje são cafetinas. Os poucos homens que assumem o negócio foram casados com essas trabalhadoras e, quando viúvos, continuam tocando o negócio: “Se tiver duas casas que não sejam assim, é muito<sup>68</sup>”.

A cafetinagem como uma “promoção” na trajetória da trabalhadora sexual já foi analisada por algumas autoras (Simões, 2010, Pasini, 2005, Moraes), sendo vista como uma das possibilidades para aquelas que envelhecem na profissão (Olivar, 2010)

Esse trânsito, entretanto, não pode ser entendido como uma via de “mão única”. Foram recorrentes no meu campo histórias de mulheres trabalhadoras sexuais que se arriscaram no campo da cafetinagem e retornam às suas atividades como prostitutas, ou intercalam simultaneamente as funções de cafetina com o trabalho sexual.

---

<sup>66</sup> Entrevista Ângela, 9 de outubro 2012.

<sup>67</sup> Idem.

<sup>68</sup> Diário de Campo, 20 de junho de 2012.

Esses fluxos podem ser explicados por diversos motivos, incluindo dificuldades econômicas de manter o empreendimento, até a elementos específicas das micro-relações de poder do bairro.

Ângela nos conta que já foi *dona de casa*, mas teve que desistir do negócio porque sua sócia havia se envolvido diretamente com o tráfico de drogas e com outras atividades ilícitas. O medo de ser presa por esses crimes a fez abandonar sua parte no negócio e voltar a fazer *programas*.<sup>69</sup>

A trajetória profissional de Carla no comércio sexual nos demonstra um pouco dessa porosidade característica das fronteiras que separam o “estar” cafetina e o “estar” prostituta. Carla se autodenomina como *puta* e define as várias atividades que já realizou ali no bairro como atividades de *puta*. Ela chegou ao Jardim Itatinga em 1992, por intermédio de uma amiga que já trabalhava no bairro e a convidou. Ao longo dos seus 19 anos em Campinas, transitou por algumas *casas* da zona, trabalhou em outros espaços de prostituição no centro da cidade, chegando inclusive a ocupar um cargo como educadora social da ONG CEPROMM, com a função de intermediar o diálogo dessa entidade com as demais profissionais do sexo.

Carla deixou de trabalhar nesta instituição, pois se sentiu explorada pela entidade, uma vez que, nas suas palavras, descobriu que “as irmãs” escreviam vários projetos usando o seu nome e sobre os quais tinha pouco poder de intervenção. O caso mais marcante foi um projeto solicitando à uma organização Holandesa verbas para financiar seu curso superior. Carla queria se formar em direito, mas as “irmãs” não considerava que esse curso fosse relevante para o trabalho da entidade, então escreveram um projeto pedindo financiamento para o curso de Assistência Social. Carla, quando deixou de trabalhar nessa entidade, iniciou um processo requerendo seus direitos trabalhistas, que, segundo ela, não foram devidamente pagos<sup>70</sup>.

Também abandonou o trabalho sexual devido às exigências de alguns relacionamentos amorosos e por outras possibilidades de trabalho que não estavam relacionadas ao comércio sexual. Trabalhou alguns anos em uma rede de postos de

---

<sup>69</sup> Entrevista Ângela, 9 de outubro 2012.

<sup>70</sup> Diário de Campo. Junho de 2012

gasolina, mas foi demitida quando a esposa de seu patrão descobriu que ela havia trabalhado como prostituta.

Em 2010, iniciou a empreitada de *montar* uma *casa de prostituição* juntamente com sua companheira. Pode-se montar uma *casa* de prostituição no Itatinga de duas formas: comprando o imóvel ou alugando-o. Existe um grande mercado imobiliário de venda e aluguel no Jardim Itatinga, com imóveis variando entre R\$ 150.000,00 a R\$ 500.000,00 para a venda, e entre R\$ 1.300,00 até R\$ 5.000,00 para aluguel. O aluguel, por sua vez, pode ser feito via imobiliária, ou diretamente com o proprietário, prática que Carla evita uma vez que grande parte dos proprietários que negociam diretamente o imóvel são “bandidos”<sup>71</sup>

Essa primeira tentativa de abrir uma *casa* não deu certo. Ela atribui o insucesso de seu empreendimento, entre outras coisas, ao fato de não funcionar “à moda antiga”. Recusava-se a “prender” as meninas na *casa* e por isso, segundo seu depoimento, elas nunca iam trabalhar e, certa vez, tentaram roubá-la. Carla conta de três *meninas* que trabalhavam em sua casa e que sugeriram para sua companheira, que era quem gerenciava a casa, que ela não marcasse os programas que elas realizavam, e assim dividiram entre elas o dinheiro que deveriam pagar pela utilização do quarto<sup>72</sup>.

“À moda antiga” é um termo que ouvi em mais de uma ocasião no campo, e diz respeito a uma forma de cafetinagem que utiliza práticas de “castigo” aplicadas na forma de cobrança de multas, agressões físicas ou proibição de uma determinada trabalhadora em fazer programas no bairro. Joice, por exemplo, uma travesti que criou grandes dívidas no bairro e empregava constantemente pequenos golpes - como pegar dinheiro emprestado e ir pagando através de depósito bancário com envelopes vazios- foi proibida por sua cafetina de voltar a trabalhar no Itatinga. Essa ordem que foi sumariamente cumprida.<sup>73</sup>

A eficiência dessa forma de coerção é tão mais efetiva quanto mais a (o) dona (o) de *casa* estiver inserida (o) nas redes de poder dos mercados ilícitos.

No início de 2013, Carla procurou uma opção para que pudesse voltar a realizar programas, mas sem estar submetida à tutela de alguma cafetina. Por isso, alugou um

---

<sup>71</sup> Analisarei no capítulo 2 os marcadores entre “bandidos” e “trabalhadores” dentro dos limites da *zona*.

<sup>72</sup> Diário de Campo, novembro de 2012.

<sup>73</sup> Diário de campo. Setembro de 2013

*quarto* em uma *casa* de prostituição, onde paga um aluguel de R\$ 200,00 semanais. Entretanto, segundo ela, a *dona* queria *cafetiná-la*, cobrando a sua permanência no estabelecimento. Carla entendia que a sua vinculação com a *casa* era o pagamento do aluguel, e por isso passava até semanas sem aparecer. Em um determinado dia, ela voltou para a *casa* e a *dona* havia colocado outra mulher no seu quarto.

Essa investida durou apenas dois meses. Carla então sugeriu a uma amiga a formação de sociedade. O negócio consistia em alugar uma casa que estava disponível e dividir a administração dos quartos. Assim, alugaram uma casa com seis suítes, e cada sócia ficava responsável por três quartos, “trazendo” mulheres para trabalhar na *casa* e usufruindo de sua renda. Ambas também trabalhariam fazendo programa naquele estabelecimento, aumentando assim a renda. Entretanto, o negócio não deu certo porque a sócia da Carla também exigia sua maior presença no estabelecimento, incompatível com o momento familiar que Carla enfrentava.<sup>74</sup>

Depois de dois meses, Carla alugou uma sala onde montou um salão de beleza. Essa sala possuía na frente um espaço onde prestaria serviços de cabeleireira e, no fundo, uma suíte onde continuaria a prestar serviços sexuais. Fazia *ponto* na porta com uma placa atrás anunciando os serviços de cabeleireira. Assim, se alguém se interessasse pelo programa, ela a levava ao quarto do fundo, se alguém quisesse cortar ou pintar o cabelo, o levava para a sala da frente<sup>75</sup>.

Muito recentemente ela desistiu desse negócio devido às frequentes brigas com seus vizinhos de fundo, uma família que trabalha há 16 anos no bairro executando serviços que atendem às trabalhadoras sexuais. A mais velha da família trabalha como faxineira nas *casas*. Sua filha cuida dos filhos das trabalhadoras, cobrando R\$ 30,00 por dia por cada criança que fica sob sua supervisão

Segundo Carla, ao perceberem que ela estava trabalhando também como prostituta, eles solicitaram que o proprietário do imóvel passasse a cobrar um valor maior do aluguel, tendo em vista que estabelecimentos destinados diretamente para o comércio sexual

---

<sup>74</sup> A companheira de Carla, além de ajudar na administração dos negócios, também exercia uma função ativa no cuidado de suas filhas. Nesse momento, elas haviam se separado, e Carla teve que assumir também a parcela do cuidado de suas filhas que sua companheira antes executava.

<sup>75</sup> Diário de Campo, agosto de 2013.

possuem um valor de mercado maior.<sup>76</sup> Além disso, a atividade de Cabeleireira também não estava sendo lucrativa.

Carla tem o trabalho sexual como sua carreira, e agora, próxima dos quarenta anos de idade, quer se estabelecer definitivamente como uma comerciante daquele bairro. Por isso, diante de um cálculo não muito preciso que mistura as oportunidades existentes, sua atuação política<sup>77</sup> e os recursos de poder que tem em mãos, ela vai encontrando formas criativas de se inserir nos meandros da relação *cafetina/prostituta*.

Assim, muito recentemente, Carla vem tentando uma nova experiência na administração de uma *casa* de prostituição. Segundo ela, antes existia a *cafetina-puta*, que era a mulher que já havia trabalhado como *puta*, mudou de estrato social e vive da administração de uma *casa*. Agora criou um novo termo, a *puta-cafetina*: mulher prostituta que ainda está na ativa, mas que administra uma *casa* e, em vez de ganhar a comissão do quarto de cada programa realizado por outras profissionais, ela o aluga por uma diária fixa.

A forma que encontrou para não ter que *cafetinar* as demais trabalhadoras - tentar regular e controlar seu trabalho - foi cobrar uma diária das *meninas* por dia em vez de cobrar comissão pelo quarto: “*não importa a quantidade de programa que ela fizer, o dinheiro que vai entrar na minha mão são os trinta reais da diária. O quarto é delas e elas podem trancar e irem embora, ou usar do modo que quiserem*”<sup>78</sup>.

Dessa forma, Carla pretende burlar uma tensão permanente nas relações entre *cafetina* e trabalhadora sexual envolvendo “a vontade das *donas* de *cafetinar*” contra “a falta de compromisso das *meninas* com o trabalho”.

Essa “falta de compromisso das *meninas*” pode ser representada por várias situações envolvendo as dinâmicas das profissionais do sexo naquela região e, no meu entendimento, constituem um dos seus principais focos de poder.

Uma das características principais destacadas na dinâmica das trabalhadoras sexuais é a intensa circulação entre as *casas*. Essa possibilidade é uma das principais vantagens destacadas por elas sobre seu próprio trabalho.

---

<sup>76</sup> Diário de Campo, outubro de 2013.

<sup>77</sup> Carla participa da Associação Mulheres Guerreiras e é uma grande defensora dos direitos das trabalhadoras sexuais.

<sup>78</sup> Diário de Campo, 05 de fevereiro de 2014.

Ana é uma mulher de aproximadamente 40 anos que trabalha no bairro há sete, desde que ficou viúva. Ela nos conta que tem horários de chegar e sair e que, se em algum dia precisar “faltar”, ela avisa o “patrão” e fica tudo bem. Mas que, se por algum motivo, não estiver satisfeita com o lugar, pode tranquilamente sair dali e ir trabalhar em outra *casa*<sup>79</sup>.

Esse comportamento muitas vezes é visto como um descompromisso das *meninas* com seu espaço de trabalho, sendo acusadas de que, ao menor sinal de problemas, vão embora ou trocam de local do exercício das atividades. Em certa ocasião, uma cafetina que possui uma *casa* no centro de Campinas defendia a organização das *Donas de casa* para enfrentarem os problemas decorrentes das constantes intervenções policiais em seus estabelecimentos, que têm raiz na criminalização de suas atividades. Segundo essa informante, tal ação deveria partir das *donas de casa*, uma vez que para as *meninas* “não estão nem aí. Se o bar fecha ou está ruim, elas atravessam a rua e vão trabalhar em outro lugar”<sup>80</sup>.

Outra prática envolvida na noção de “descompromisso das meninas” é na sua relação com a *casa* e na negativa de se adequarem a horários de trabalho pré-estabelecidos pela dona *de casa*:

Carla, em 2012, quando ainda era uma *Cafetina-puta*, nos falava sobre “folga” das trabalhadoras sexuais:

No Jardim Itatinga você tem essa liberdade de ir e vir. Eu sempre fui assim, o meu horário de trabalho no Jardim Itatinga era das dez da manhã até as cinco da tarde. Fim de semana, quinta, sexta e sábado eu ficava até as dez horas [da noite]. Mais do que isso eu não ficava, pois eu só ficava em casa aberta, e a casa que eu ficava não funcionava de noite. Só ficava porque a gente ficava insistindo [...] eu aprendi a trabalhar desse jeito, e eu customizei os donos da casa, não foram eles que me customizaram. [...] A única questão que a gente enfrenta mesmo é a questão das folgas, que as meninas são folgadas. Elas são folgadas. Elas reclamam, mas elas são folgadas. Eu procurava entender que era o meu trabalho. Das dez até as cinco da tarde eu só parava para almoçar. Era o meu trabalho!

---

<sup>79</sup>

<sup>80</sup> Diário de campo, novembro de 2013.

Então eu não ficava andando, indo ali no boteco passeando, indo nas outras casas perguntando para as meninas quantos programas elas já tinham feito. Elas fazem isso. [...] ela vai lá, dá uma volta ali. Entendeu? E na casa onde eu trabalhava, a gente não tinha nem horário de almoço. Ela chama para almoçar, a gente almoça, engole, escovava os dentes e vai para a rua. Mas ela não obriga, ela não manda a gente ir fazer programa. A gente é que sabe que tem que ir fazer, e a gente vai lá e faz. E depois vai embora. Agora, as mulheres, elas fazem isso, entendeu? Digo isso não porque eu hoje sou cafetina e já tive mulher na minha casa, mas por que eu já trabalhei com mulher assim, né. Eu já briguei com garota na casa, porque ela era abusada. A gente brigava entre a gente<sup>81</sup>.

Acredito que tal característica pode ser entendida se pensarmos que o espaço da prostituição pode ser entendido como espaço de sociabilidade e de divertimento tanto para os fregueses quanto para as trabalhadoras.

Ângela nos conta que hoje, com seus 45 anos, não realiza mais programas com frequência, mas que às vezes vai até o Itatinga se divertir e, caso surja a oportunidade, aproveita para “fazer um dinheiro”.

Também é recorrente encontrar mulheres que trabalham em outras cidades – às vezes em outras ocupações que não o trabalho sexual – e vêm passar uma temporada trabalhando com o comércio sexual. Essas mulheres também transitam por outras cidades da região de Campinas, aproveitando, por exemplo, festas regionais importantes<sup>82</sup> para “fazer dinheiro”, mas também se divertem<sup>83</sup>.

Entretanto, existem situações em que essa liberdade de circulação é restringida, principalmente nos estabelecimentos que aderem à um tipo de relação intitulado “à moda antiga”.

---

<sup>81</sup> Entrevista Carla, agosto de 2012.

<sup>82</sup> A “Festa do Peão de Boiadeiro” em Jaguariúna é uma das mais citadas pelas minhas interlocutoras.

<sup>83</sup> Limeira é uma cidade recorrente no campo como um lugar aonde as trabalhadoras vão para “fazer dinheiro”. Sandra nos conta que já na década de 1990 ia até a cidade trabalhar e se divertir.

O poder de regular e dominar a trabalhadora sexual está diretamente relacionado ao poder da *dona de casa* dentro da *zona*, que cresce consideravelmente quando há o envolvimento da cafetina com as algumas redes criminais presentes na *zona*<sup>84</sup>.

Tive a oportunidade de ter contato com uma casa cuja *dona* possuía relações próximas com o tráfico de drogas e onde existiam fortes práticas de coerção e de agressões físicas contra as mulheres que ali trabalhavam.

Sempre que possível, em uma conversa rápida, alguma trabalhadora dali me relatava a prática da multa para aquelas trabalhadoras que não cumpriam com o “horário de trabalho” ou desobedeciam algumas das regras da casa e as surras de mangueira que recebiam caso não pagassem as multas. A multa é uma penalidade aplicada através do pagamento de uma determinada quantia de dinheiro quando a trabalhadora deixa de ir trabalhar, uma vez que a *dona* do estabelecimento ganha com a comissão do quarto. Nesse caso específico, a *dona* recebe a diária da casa das meninas que moram ali, além da comissão sobre os programas que ela realiza<sup>85</sup>.

Nessa *casa*, o trabalho é altamente regulado, havendo horário fixo para se começar a trabalhar e para voltar para casa. Caso a profissional não levante no horário determinado, ela é multada. Algumas informantes já me relataram que, mesmo estando doentes, são coagidas a irem para a rua trabalhar.

Essas práticas, definidas como “à moda antiga”, também contêm elementos que misturam concepções de familiaridade e domesticidade, intercalando práticas e discursos sobre família com ações que buscam controle do trabalho das profissionais do sexo.

Esse é o caso da *casa* de Simone. Sua *gerente*, Camila, é chamada pelas travestis que ali trabalham de *avó* e é responsável tanto pela dinâmica de cobrar “multas” quanto pelo “cuidado” das meninas. Esse cuidado envolve uma série de relações de solidariedade e proteção, cobrindo desde a doação de dinheiro para aquelas companheiras que estão em uma situação financeira difícil<sup>86</sup> até o acompanhamento das *meninas* a hospitais ou órgãos

---

<sup>84</sup> No próximo capítulo vou explorar em mais detalhes a relação entre redes criminais e a relações de poder no território da *zona*.

<sup>85</sup> Diário de campo, 2012 e 2013.

<sup>86</sup> Ela doa passe de ônibus para uma colega profissional do sexo que não está mais na “ativa” e deseja estudar. Também já atuou ativamente no cuidado voluntário de várias outras travestis idosas que apresentava algum problema sério de saúde.

responsáveis por encaminhar casos de algum tipo de violação de direitos. Ela doa passe de ônibus para uma colega profissional do sexo que não está mais na “ativa” e deseja estudar. Também já atuou ativamente no cuidado voluntário de várias outras travestis idosas que apresentava algum problema sério de saúde.

Por isso Ângela nos fala que não existem cafetões no Jardim Itatinga, apenas “*cafetinas que gostam muito de dinheiro*” e que às vezes exploram e “judiam” das trabalhadoras, mas que às vezes as defendem da polícia e de “zoeiras” dos clientes.<sup>87</sup>

### 1.5 O caderno de controle

A avó me mostra o caderno no qual está o controle financeiro da *casa*. Um caderno grande, pautado, com uma capa de plástico, muito parecido com um caderno de colégio. Lá estão anotados manualmente o nome de todas as trabalhadoras, as diárias pagas, aquelas que não foram pagas totalmente e as dívidas que elas têm com a casa.

Esses cadernos são objetos constantes no interior das *casas* de prostituição, demonstrando aspectos “artesanais” da administração destas atividades que persistem mesmo com uma significativa circulação de dinheiro. Reforçam diversas reminiscências históricas no *modus operandi* da prostituição. O caderno também é um símbolo do controle financeiro da *casa* e sua organização também demonstra a organização daquela *casa*. Por isso a avó me mostra orgulhosa o seu controle, pautado, organizado e sem rasuras.

Mais além, o caderno é produto – e produtor – de uma prática estruturante do comércio local: o *fiado*. O *fiado* é generalizado no bairro. Consiste na prática de comprar mercadorias e serviços e postergar seu pagamento. Tudo pode ser comprado e pago depois, a valores muito acima que em outras regiões. Embora alguns bares já possuam as máquinas de cartão de crédito ou débito para os clientes, na maioria das lanchonetes e restaurantes que atendem as trabalhadoras não existe esse recurso. A compra de mercadorias e o serviço *fiado* são responsáveis pelo grande acúmulo de dívidas entre frequentadores do bairro e

---

<sup>87</sup> Entrevista Ângela, 9 de outubro 2012.

representam um elemento importante para se entender tensionamentos na relação entre cafetina e trabalhadora.

Certo dia, Bruna, uma travesti de aproximadamente 25 anos, contou-me como ficou deslumbrada quando chegou à *zona*: “eu ganhava, ganhava e gastava, gastava. Fiquei com uma dívida que não sei nem de onde veio”. Nessa mesma explicação, Bruna relata que, quando se chega, ganha-se tanto dinheiro que se perde a conta de quanto tem, e por isso as trabalhadoras usualmente gastam mais do que arrecadam.

Os próprios programas muitas vezes são trocados por outras mercadorias, fazendo com que as trabalhadoras nesses casos não consigam o dinheiro para pagarem a comissão do quarto. Certo dia, dentro de uma *casa*, presenciei uma trabalhadora negociar com a *dona* a possibilidade de pagar depois a comissão do quarto, uma vez que iria receber do mascate um vestido como pagamento do serviço sexual. A *dona* aceitou a oferta, no entanto me alertou que tal prática iria gerar problemas para aquela mulher<sup>88</sup>.

Outra forma comum de contração de dívida envolve o consumo privado da própria profissional no estabelecimento onde reside, quando deve pagar por comida e por bebida – vendidas a um preço muito maior que dos estabelecimentos fora do bairro.

A prática de comprar dos mascates é outro elemento que favorece a criação de dívidas. Os produtos são vendidos a um preço muito maior do que aquele encontrado no centro da cidade<sup>89</sup> e podem ser comprados a prazo. Algumas *donas de casa* também realizam a prática de venderem roupas para as trabalhadoras dentro de sua casa por um preço muito mais alto, aproveitando-se da dificuldade que sair do bairro para o centro representa para quem ali reside.

No caso das travestis, um dos principais motivos de endividamento é o próprio processo de transformação corporal<sup>90</sup>. Simone, por exemplo, disponibiliza seu próprio médico para a implantação dos silicones nas garotas de sua casa. Depois de montada e

---

<sup>88</sup> Diário de Campo, julho de 2012

<sup>89</sup> Certa vez, pude conversar com uma trabalhadora que havia comprado um vestido de telinha de crochê de um mascate no Itatinga por R\$ 30,00. Andando pelo Centro de Campinas, encontrei o mesmo vestido pelo valor de R\$ 10,00.

<sup>90</sup> Segundo Pelúcio (2005) “*Ser travesti é um processo, e nunca se encerra*” (p. 98). É um processo continuado e sem fim que passa por várias etapas, desde assumir a orientação sexual para os familiares, passando pela utilização de roupas femininas, até a modificação corporal através das cirurgias para transformar os seu corpo num corpo que possua características associadas a um corpo feminino.

trabalhando, a travesti deve pagar o investimento da *dona da casa*, e enquanto isso não acontece, ela exerce maior poder de regulação na rotina dessa trabalhadora.

## 1.6 Mudando paisagens

Outra questão de destaque é a enorme transformação física do bairro ocorrida nos últimos anos. Desde o começo dessa etnografia, em especial entre os anos de 2012 e 2014, pude observar uma imensa metamorfose na paisagem daquele bairro. Na minha “etnografia do chão”, o que mais encontrei foram materiais de construção, que iam me apontando para as modificações no cenário de casas simples, dando lugar a um desfiladeiro de bares mais requintados.

Via de regra, são *casas* ou bares de prostituição antigos que são compradas por outros empresários – homens – que diferem daquele descrito anteriormente como os “maridos das *putas*”. São empresários que não possuíam relações com anteriores com o comércio sexual, mas que viram naquele território uma boa lucratividade.

Assim, as *cafetinas* com experiência de *puta* estão dando espaço para empresários de *putas*. De forma geral, eles também estão envolvidos com outras práticas ilícitas e com o comércio de drogas. Progressivamente constituem aquilo que minhas interlocutoras chamam de “os grandes”<sup>91</sup> do bairro. Nas palavras de Ângela, “*são outro reino*”, com o qual não se deve mexer. Afinal, “*quem não é visto não é lembrado*”<sup>92</sup>.

Tais mudanças não são apenas transformações econômicas. Alteram também a “paisagem” das relações de Gênero e de poder existentes na *zona*. Se as *cafetinas-putas* tinham uma relação de dominação inscrita no controle do dia a dia do trabalho sexual no interior das *casas*, a relação de dominação dessa nova figura de empresários constitui um “outro reino”, cujas relações de poder extrapolam as relações inscritas no cotidiano das

---

<sup>91</sup> Diário de Campo, agosto de março de 2013. “Os grandes” é um termo utilizado para designar dois tipos de relações: econômicas e políticas. Esse termo remete tanto às maiores e mais requintadas casas, quanto à importância desses empresários nas redes de poder local, em especial no lugar central que ocupam na mediação entre as práticas ilícitas e a intervenção policial, garantido pela prática da propina.

<sup>92</sup> Diário de campo, setembro de 2012.

*casas de prostituição*. Eles estão diretamente vinculados a outras redes econômicas criminalizadas que aumentam consideravelmente seus poderes de intervenção naquele território, como veremos no capítulo 2.



## CAPÍTULO 2

### Mercados e Poderes

#### 2.1 Uma situação social na Zona<sup>93</sup>

*Fui até o Itatinga ajudar a colher depoimentos sobre os abusos policiais ocorridos no último fim de semana no bairro. Tais depoimentos seriam utilizados pelo gabinete do vereador “Carlão do PT”<sup>94</sup> para preparar uma denúncia ao Ministério Público de São Paulo contra a Polícia Militar do Estado. Esse documento também incluiu relatos de incidentes violentos envolvendo a polícia em outras duas situações recentes na cidade de Campinas: a agressão a um homem e seu filho no bairro DIC<sup>95</sup> e as constantes coerções e ameaças proferidas aos moradores da ocupação Joana D’Arc<sup>96</sup> (Ver Anexo I).*

*Fiquei aguardando no salão de Carla, encarregada do gabinete do vereador, para fazermos um giro pelo bairro e conversar com as pessoas que haviam se disponibilizado a prestar depoimento. Pela porta, comecei a ver um movimento muito intenso e estranho de viaturas e motos da Polícia Militar passando constantemente pela rua.*

---

<sup>93</sup> Termo inspirado no texto “Análise de uma situação social na Zululândia Moderna”, de Max Gluckman. A proposta desta obra é o estudo de dada realidade a partir de uma situação social. Tal método possibilita, na sua visão, entender sociedades em processo de transformações – em detrimento do modo estático em voga na antropologia inglesa até então – e atuação dos indivíduos dentro de determinadas estruturas sociais. Ver Gluckman (2010).

<sup>94</sup> Carlos Roberto de Oliveira, eleito vereador de Campinas pela primeira vez nas eleições de 2012, pelo Partido dos Trabalhadores.

<sup>95</sup> Ocorrida no dia 10 de outubro de 2013. Um morador do condomínio de funcionários da Unicamp, no Bairro DIC 1, foi abordado de forma agressiva por policiais enquanto lavava seu carro. Seu filho intercedeu contra o comportamento arbitrário da polícia, dando início a uma briga entre as duas partes. Foram feitos vários vídeos que mostram os policiais agredindo pai e filho. Ver: Folha de São Paulo, 23 de outubro de 2013.

<sup>96</sup> Joana D’Arc é uma ocupação no bairro Cidade Jardim, em Campinas, iniciada em novembro de 2012. Atualmente, residem cerca de trezentas famílias na área, que pertence à União.

*Resolvi ir até uma lanchonete próxima comprar um suco. Chegando lá, o rapaz que ali trabalhava me diz: 'estão sabendo que eles vão fechar de novo o bairro? Disseram que vão voltar às seis [da tarde] e vão quebrar tudo de novo. Hoje é missa de sétimo dia do policial morto'<sup>97</sup>. Perguntei como ficara sabendo, ao que me respondeu: 'mandaram avisar'.*

*Voltei ao salão às 16h30. Vera já havia chegado<sup>98</sup>. Repassei a informação que havia recebido e combinamos de esperar até as 18h para acompanharmos o que iria acontecer.*

*Enquanto estávamos no salão, Tânia<sup>99</sup> passou e avisou que estava indo embora, pois a casa onde trabalhava havia fechado em decorrência da ameaça de “fechamento” do bairro. Também uma Lola<sup>100</sup> chegou e disse que estava indo se fechar na sua residência para não correr o risco de apanhar novamente dos policiais.*

*Na rua ouvi um rapaz gritar para o outro: 'Tá sabendo que eles vão voltar? O grande lá de cima mandou avisar que às seis horas eles tão de volta'.*

*Eu, Vera, Fábía<sup>101</sup> e Carla saímos ao encontro de pessoas que prestariam depoimento para compor a Denúncia Pública. É impressionante o poder desse tipo de comunicação. A notícia é passada por alguém com informações privilegiadas<sup>102</sup>, e o bairro inteiro é notificado rapidamente, sem que a fonte da informação fique totalmente clara. A notícia se espalhou rapidamente, os comércios estavam*

---

<sup>97</sup> O sargento da Polícia Militar Junior Conejo foi assassinado nas imediações do bairro Itatinga no dia 18 de outubro.

<sup>98</sup> Vera é assessora do vereador Carlão e também uma militante reconhecida da Marcha Mundial das Mulheres em Campinas.

<sup>99</sup> Tânia é uma antiga profissional do sexo de Campinas. Tem entre 50 e 60 anos e trabalhava no Centro da cidade. Há dois anos voltou a trabalhar no Jardim Itatinga.

<sup>100</sup> Lola trabalha como doméstica no Jardim Itatinga e mora em uma casa situada ao fundo do salão de Carla.

<sup>101</sup> Fábía é pedagoga do CEPROMM. Ela se juntou a nós para andar pelo bairro e acompanhar a veracidade da notícia.

<sup>102</sup> Como visto no capítulo anterior, a expressão “os grandes lá de cima” remete principalmente aos empresários das grandes *casas* de prostituição que possuem relações de “conchavos” com alguns membros da polícia. Assim, eles geralmente são informados com antecedência antes de alguma batida policial ou alguma outra intervenção no bairro por parte da corporação.

*fechando e as pessoas se preparavam para deixar o bairro. A creche do CEPROMM também dispensou mais cedo as crianças e adolescentes que lá estudam.*

*Ao virar a rua, vimos várias viaturas policiais circulando bem lentamente. Andavam com as metralhadoras para fora do carro, numa nítida postura de ameaça às pessoas que circulavam por ali.*

*Um carro da força tática<sup>103</sup> parou então em frente à casa de Luzia, que fazia ponto com outra garota prostituta e uma travesti. Nós nos direcionamos para lá e paramos ao lado da viatura. Nossa intenção era mostrar que havia pessoas ali justamente investigando o ocorrido da semana passada. Sabíamos que dificilmente, depois de tanta repercussão do caso, eles agrediriam novamente as trabalhadoras e os trabalhadores no bairro na frente de pessoas ligadas ao legislativo e à Igreja.*

*Estavam sem identificação e abordando uma travesti. Pediram o documento dela e ficaram falando baixo no seu. Quando foram embora, ela veio até nós, bastante nervosa, dizendo que eles a chamavam pelo nome do registro – o nome masculino – e que falaram que se a vissem de novo ali iriam bater até que “seu silicone fosse para o pé”. Perguntaram se ela não tinha medo de morrer.*

*Luzia, que também havia assistido a cena, disse que o policial que havia a abordado – um homem negro, forte e com aproximadamente 2 metros de altura – era conhecido por catraca, e era muito violento.*

*Outra informante também me disse que aquele era o catraca, também conhecido como Branca de Neve. Que estava sumido, mas que agora voltou: ‘Esse é ruim. Quando ele está na rua, malandro nenhum fica de bobeira. Um tapa dele, e o cara voa longe. Ele é ruim de verdade’.*

---

<sup>103</sup> Força Tática é o setor da Polícia Militar especializado na atuação em áreas ditas de maior periculosidade, com casos de crimes violentos, como homicídios e roubos à mão armada.

*Logo os carros da Polícia foram embora e não voltaram mais a aparecer de forma ostensiva desde então.* [Diário de campo, 23 de outubro de 2013, sexta-feira]

Essa visita ao campo foi feita uma semana após o incidente que resultou na morte do Sargento da Polícia Militar Junior Conejo, no dia 18 de outubro. Conejo circulava pelas imediações do Jardim Itatinga, sem farda, em dia de folga, quando foi baleado pelas costas e teve sua moto roubada. Não se sabe ao certo se o crime foi um latrocínio comum ou um “acerto de contas” entre polícia e traficantes, situação corriqueira nas periferias da cidade de Campinas<sup>104</sup>. Tais “acertos” são consequência de alguma transgressão aos limites impostos por redes criminosas, tanto aquelas que participam dos mercados ilícitos quanto as que operam no interior das corporações policiais. Dentre as principais causas dos acertos estão a falta do pagamento de propinas, a delação de participantes das atividades e a vingança pela morte de algum companheiro. Essas últimas são as mais conhecidas publicamente como, por exemplo, o caso recente da chacina em Campinas, quando 12 homens foram assassinados em uma única noite. Entretanto, o que parece ser evidente no caso e é pano de fundo do relato acima é que os autores do crime não eram moradores daquela região ou envolvidos com qualquer atividade legal ou ilegal dentro do Itatinga.

A morte do Sargento Conejo aconteceu às nove horas da noite. Duas horas depois, iniciou-se uma das maiores retaliações à *Zona* na história do Jardim Itatinga, comparada por algumas interlocutoras apenas com o *toque de recolher* decretado em 1985 também por policiais. *Toque de recolher* é o termo utilizado para descrever uma ação corriqueira nas periferias, na qual alguma autoridade (formal ou informal) exige que todos se recolham em suas casas, sob pena de detenção, agressão ou mesmo morte. Em algumas ocasiões, o *toque de recolher* é explícito, com coerção por meio do uso de armas de fogo e agressões físicas. Outras vezes, informantes privilegiados avisam da iminência de um evento perigoso e disseminam com antecedência a necessidade de que todos se “recolham” em local seguro.

---

<sup>104</sup> Cinco policiais foram presos acusados de realizarem a chacina, e o motivo supostamente seria o “justiçamento” de outro policial militar vítima de latrocínio. Mais detalhes podem ser visualizados em <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2014/01/pms-presos-sao-suspeitos-por-chacinas-em-campinas-diz-estado.html>.

A realidade é que a Polícia Militar decretou não apenas o *toque de recolher*, mas também um verdadeiro estado de sítio no bairro: "ninguém entra e ninguém sai". A ação foi acompanhada de espancamentos e torturas contra moradores e trabalhadoras. A lista dos crimes é imensa: cárcere privado, omissão de socorro, fortes agressões físicas e psicológicas e violações dos direitos humanos.

Bárbara e Janaína<sup>105</sup> nos contam do episódio ocorrido em sua *casa* de prostituição. Segundo seus depoimentos, a polícia entrou na área de bar quebrando as cadeiras e garrafas, com armas em punho e batendo em todos que estavam no recito. Jogaram os clientes no chão e perguntavam se eles não tinham vergonha de ir ali “comer aquelas aidéticas”. Colocaram armas nas cabeças das mulheres que trabalhavam e pediram que apagassem as luzes. Como estavam nervosas, elas demoravam a cumprir as ordens, e as ameaças de disparo intensificavam-se.

Depois os policiais levaram todos para fora, com exceção de Bárbara, que se recusou a ir e os enfrentou: “podem me matar, eu não fiz nada”. Janaína, desesperada, tomou sua frente, segundo ela, para impedir que a matassem. Bateram então em Bárbara:

Eles chegaram e jogaram todo mundo para fora. E eu disse: 'eu quero ficar aqui com ela' [com Bárbara] e eles perguntaram: 'você quer morrer?' [...] Eu pensei que a gente ia morrer naquele dia, Juro por Deus. A hora que ele falou: 'apaga essas luzes' e encostou a arma na minha cabeça, eu disse, ai... [Depoimento Janaína. Diário de Campo, 22 de outubro, 2013].

Havia no local uma travesti que, segundo os depoimentos, foi quem mais apanhou. Os policiais deram “cacetadas” e a jogaram em cima de um carro, o que provocou um ferimento em sua cabeça.

Durantes três dias, mulheres prostitutas, comerciantes e moradores do bairro foram impedidos de saírem de suas casas, correndo o risco de serem espancados. Ao longo da ação, diversas mulheres sofreram agressões, incluindo uma colombiana que teve o braço e

---

<sup>105</sup> Bárbara é proprietária de uma *casa* de prostituição. Janaína é sua companheira e também trabalha no Jardim Itatinga como profissional do sexo.

as pernas gravemente quebrados<sup>106</sup>. A situação tornou-se ainda mais dramática quando a Polícia Militar tentou impedir a entrada do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) para prestar socorro às feridas.

É importante destacar a violência sexista contida no tom dessa ação. No momento do conflito, predomina o estigma associado às mulheres prostitutas, e este passa a ser a roupagem das violências infringidas. Ao som dos xingamentos de "vagabundas" e "aidéticas" ou de ordens como "vão dá o cu lá dentro", as trabalhadoras sexuais foram intensamente agredidas, enxotadas, empurradas e trancadas pela polícia dentro de suas casas no escuro, ao som de tiros e sem saber se sairiam dali com vida. Especialmente as travestis, que segundo os relatos, são alvos prioritários de investidas violentas por parte da força policial.

As agressões não foram unicamente direcionadas às trabalhadoras sexuais e donas de *casas* de prostituição. Moradores de uma “casa de família” nos informaram sobre a truculência da polícia com eles próprios, que foram proibidos de saírem de sua residência durante todo o fim de semana: “*meu filho não pôde sair nem para levar o cachorro para passear; ficamos sem água e sem comida na padaria*”<sup>107</sup>. Note-se que o termo *casa de família* é utilizado para designar casas habitadas por “famílias”, onde não há trabalho sexual. Geralmente essas casas colocam em suas portas uma placa com estes dizeres. Entretanto, segundo depoimentos dos moradores de uma destas “casas de família”, todos ali no bairro trabalham de alguma forma com algo que se relaciona com o trabalho sexual. Estes interlocutores, em especial, trabalhavam vendendo “churrasquinho” e cachorro-quente durante a noite nas ruas do Itatinga.

Algumas interlocutoras, diante das constantes ameaças de morte feitas pelos policiais, tentaram acionar entidades oficiais de apoio nas áreas de direitos humanos, desde o disque-denúncia até os centros de referência em assistência social. Entretanto, nenhum desses canais foi eficiente para encaminhar ao menos uma atenuação para a situação.

O estado de sítio ilegal durou até a manhã da segunda-feira, dia 21 de outubro,

---

<sup>106</sup> Essa colombiana era dona de *casa* de prostituição e também trabalhava fazendo programas. Possui condição legal de estrangeiro no Brasil.

<sup>107</sup> Diário de Campo, 22 de outubro de 2013.

quando a polícia “deixou” o bairro. Na fala de meus interlocutores e entrevistados, tal retirada é atribuída a acontecimentos diversos.

A primeira versão é a de que na segunda-feira voltavam a funcionar o Posto de Saúde do bairro e a ONG CEPROMM, com sua já referida ligação à Igreja Católica. Segundo relatos, as arbitrariedades da polícia contra moradores, trabalhadoras e comerciantes no Itatinga ocorrem preferencialmente aos fins de semana, quando essas entidades, que estão inseridas em redes políticas importantes do município, não estão em funcionamento. Um segundo elemento levantado foi a conversa realizada, ao longo do final de semana, entre políticos do legislativo e oficiais superiores da Polícia Militar sobre o ocorrido. Um influente deputado estadual pertencente ao Partido dos Trabalhadores acionou outros políticos de sua legenda para que pudessem interceder pelas trabalhadoras do bairro<sup>108</sup>. A realização do encontro poderia ter resultado em um recuo da força policial. É importante perceber que as explicações variam de acordo com o grau de envolvimento das pessoas com as ações descritas. Assim, aquelas ligadas aos mandatos de vereadores enfatizam a teoria do diálogo entre políticos e chefes de polícia e aquelas que trabalham na creche enfatizam a importância dessa instituição na proteção do bairro.

Por fim, outro elemento importante para entender a retirada da polícia no início da semana foi a passeata organizada por trabalhadoras e comerciantes na Rodovia Santos Dumont no dia 21 de outubro no período da manhã. A passeata teve como objetivo pedir a reabertura dos bares e hotéis que haviam sido fechados pela polícia. A questão da violência foi um tema da manifestação, mas a principal reivindicação era sem dúvida o direito ao trabalho. Comerciantes influentes do bairro se reuniram para pensar uma ação que forçasse a reabertura de comércios e bares. Esses “comerciantes influentes” são homens e mulheres antigos no Jardim Itatinga que possuem *casas* de prostituição e participam na resolução de questões importantes para o conjunto do bairro, como o fechamento do posto de saúde<sup>109</sup> ou

---

<sup>108</sup> Outro interlocutor que ocupa um cargo no legislativo me informou que, durante uma conversa que teve com um representante do alto escalão da Polícia Militar, foi informado de que deslocaram para “apuração” deste caso de latrocínio a ala mais “fascista” da PM regional. (Diário de Campo, 25 de outubro de 2013).

<sup>109</sup> Ver por exemplo <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=13191>.

a instalação de projetos de qualquer natureza<sup>110</sup>. Não confundir com os “novos empresários” de bares e *casas fechadas*. Esses últimos, como veremos adiante, resolvem seus problemas em outros espaços de poder.

A Associação Mulheres Guerreiras (denominada adiante simplesmente como Associação), através da intermediação de Talita<sup>111</sup>, conseguiu participar dessa reunião de planejamento da ação. Segundo seu depoimento, foi necessário pedir permissão para participar, tendo em vista que não era uma reunião aberta. A permissão foi concedida devido à interferência da esposa de um dos participantes que, dizendo conhecer Talita há muitos anos e afirmando se tratar de pessoa “conhecida” no bairro, conseguiu a anuência do marido.

Dessa forma, a participação foi aceita. Nessa reunião, a Associação propôs a organização de uma passeata na Rodovia Santos Dumont, decisão que foi aceita. Assim, Talita começou a convidar as demais trabalhadoras do sexo e cafetinas do bairro.

A luta pelo direito ao trabalho sexual e contra a violência policial é uma bandeira que unifica tanto as trabalhadoras do sexo quanto as cafetinas, sendo então possível mobilizar rapidamente várias trabalhadoras sexuais. Importante destacar que, sempre em momentos de visibilidade, mesmo com todo o peso do estigma contra a trabalhadora sexual, são elas que vão às ruas protestar, uma vez que são as únicas que não podem ser criminalizadas. As cafetinas, segundo depoimentos, “*mandam suas meninas para a rua*” e estas, também convictas de seu direito ao trabalho, vão com toda a energia possível. Quando não há convergência entre os interesses das *donas de casas* e das trabalhadoras sexuais, é muito difícil mobilizar qualquer ação no bairro, pois, como já vimos anteriormente, existe uma tendência das *donas* regularem os horários das trabalhadoras, e estas, como veremos adiante, possuem como estratégia privilegiada de resolução de conflitos o “ir embora” para outro local mais conveniente<sup>112</sup>.

---

<sup>110</sup> Em uma determinada ocasião procurei a direção do posto de saúde do bairro para dialogar sobre a possibilidade de realizar atividades de pesquisa na fila de espera do órgão. Tal procedimento envolvia uma infundável burocracia, sendo que uma das etapas, segundo a atendente do posto, era conversar com o “conselho do bairro” para que autorizassem a pesquisa (Diário de Campo, outubro de 2011)

<sup>111</sup> Talita é uma das principais militantes da Associação Mulheres Guerreiras. É profissional do sexo há 21 anos.

<sup>112</sup> Diário de Campo, 22 de outubro de 2013.

A manifestação reuniu ao menos 50 pessoas, incluindo travestis, mulheres profissionais do sexo, donos de bares e diversos outros comerciantes: donos de padarias, salões de beleza, funcionários das *casas fechadas* (Imagem 2.1). Nesse momento, a grande protagonista foi a Associação Mulheres Guerreiras, que assumiu a organização do ato, dando entrevistas e depoimentos e gerando um fato social com bastante repercussão na mídia regional<sup>113</sup>.

**Imagem 2.1 – Protesto na Rodovia Santos Dumont (outubro/2013)**



Fonte: Correio Popular, 21 de outubro de 2010: Acessado em 10/02/2014.

Essa repercussão foi importante para a Associação Mulheres Guerreiras na medida em que aproximou a entidade de outros grupos políticos e movimentos sociais da região.

<sup>113</sup> Registrei ao menos oito reportagens, sendo duas exibidas no jornal regional da TV Globo, duas na Rede Record e quatro em meios eletrônicos. Ver, por exemplo: <http://www.tvb.com.br/balancogeral/videos-exibe.asp?v=30544>.

Em menos de três semanas, a Associação foi procurada por vários grupos da cidade para discutir a realidade das trabalhadoras sexuais do bairro e a possibilidade de atividades conjuntas<sup>114</sup>. No entanto, internamente ao bairro, o tema perdeu força, uma vez que os estabelecimentos voltaram a funcionar normalmente. Além disso, algumas das principais depoentes que participaram da denúncia feita ao Ministério Público sofreram ameaças de policiais. Após depoimentos em uma sessão realizada na câmara dos vereadores de Campinas<sup>115</sup>, oficiais voltaram aos seus estabelecimentos de trabalho e fizeram revistas ilegais<sup>116</sup>.

Além disso, o Jardim Itatinga, assim como outros bairros da periferia de Campinas, possui fortes conexões com as dinâmicas dos mercados da droga que, por sua vez, estabelecem códigos de conduta e regulação com forte poder de normatizar os territórios onde se estabelecem. De acordo com as entrevistas realizadas, na cidade de Campinas esse comércio, na maioria dos casos, está sob o domínio do Primeiro Comando da Capital (PCC), facção criminosa de maior importância no Estado de São Paulo. Segundo informantes, o PCC está em quase todos os bairros da cidade, e exerce grande controle em praticamente todas as relações estabelecidas naqueles territórios<sup>117</sup>. A importância dessa organização é tão intensa que, mesmo as regiões que não estão diretamente vinculadas ao “Partido”, como o PCC é chamado, ainda assim respondem à sua forma de ordenamento.

Nesse sentido, esses conflitos envolvendo a polícia podem interferir consideravelmente na rotina do comércio de entorpecentes, e por isso é desejável que tais assuntos sejam tratados dentro dos acordos do próprio tráfico.

A polícia militar, que prometera sair do bairro apenas quando descobrisse a identidade dos responsáveis pelo assassinato de seu sargento, não voltou a fazer fortes investidas no local. Uma das hipóteses é que descobriram que os responsáveis não eram

---

<sup>114</sup> Foram realizadas articulações com a ONG Promotoras Legais Populares, Marcha Mundial das Mulheres, coletivo Levanta Povo, Diretório de Direito da PUC-Campinas, mandato do vereador “Carlão do PT”.

<sup>115</sup> Audiência realizada no dia 31 de outubro de 2013 na Câmara Municipal de Campinas convocada pelo Vereador Carlão do PT. Visava apurar casos de violência policial ocorridos no Jardim Itatinga, no bairro DIC I e na ocupação Joana D’Arc.

<sup>116</sup> Tomadas aqui como revistas sem existência de denúncia prévia, ou revista corporal em mulheres feitas por policiais homens.

<sup>117</sup> Diário de Campo, setembro/outubro de 2013. Segundo entrevistados, em alguns bairros da cidade esse controle é ainda mais intenso, sendo que nesses bairros é bastante difícil a realização de qualquer tipo de projetos de intervenção social ou articulação política.

daquela região.

O ataque policial de forma generalizado à moradores e trabalhadores do bairro é uma forma de, conforme me relatou uma entrevistada, pressionar os *homem do bang*<sup>118</sup> do Itatinga a encontrarem os responsáveis pelo latrocínio. Tal prática faz parte de um complexo jogo de relações de poder que, como veremos no próximo tópico, constituem uma parte importante do ordenamento da *Zona*.

## 2.2 O *bang*

O *bang* é um marcador utilizando frequentemente na *Zona* para designar pessoas e certos tipos de atividades situadas no campo da “criminalidade”. O termo possui potência como um marcador de diferença entre as pessoas que vivenciam a *zona* – “ele/ela é do *bang*” – e também como reconhecimento de um sistema de poder que, nas palavras de Mafra (2006), “*embora não se inscreva nitidamente nos espaços e nos bens, está potencialmente presente*” (p. 280).

Feltran (2010a) destaca a força semântica que a oposição trabalhadores/bandidos vem adquirindo tanto nas periferias quanto fora delas, atuando como um plano organizador de práticas e de relações de poderes. Para o autor, entretanto, apesar dos conceitos serem inteligíveis “*das elites às favelas, passando por classes médias e outros territórios de periferias*” (p. 576), essa inteligibilidade não se traduz diretamente em práticas sociais efetivas<sup>119</sup>. Nisso reside, para o autor, a importância dessa partilha: a sua potencialidade de atravessar todo o corpo social, e, sendo uma relação, adquirir contornos variáveis de acordo com o contexto e referencial adotado.

Acrescento também que uma questão que chamou atenção no meu material etnográfico foi a força que tal marcador tem na distinção entre pessoas e na presunção de códigos sociais distintos, muito embora, quando adentramos as análises das práticas, elas

---

<sup>118</sup> “Homem do bang” é usado como sinônimo de “bandido” e possui um significado contextual muito específico dentro da *Zona*. De forma geral pode-se dizer que se refere às pessoas envolvidas com as redes de poder que envolve as atividade de tráfico, roubo e assassinatos.

<sup>119</sup> A existência da noção de “crime” em oposição à de “trabalhador” como categoria nativa também foi objeto de estudo de Zaluar (1985).

sejam totalmente confusas e misturadas, e esses códigos construídos sempre contextualmente.

Em outras palavras, embora se saiba quem é e quem não é do *bang* – e conhecer essa separação seja vitalmente importante naquele território – é difícil explicar o que faz aquela pessoa ser considerada como “bandida” e outra não, tendo em vista o grande embaralhamento de práticas lícitas e ilícitas na *Zona*. Nesse sentido, como pretendo desenvolver nesse tópico, acredito que a divisão entre “trabalhadores” e “bandidos” se relacione mais com distintas relações de poder daquele território do que como categoria explicativa de comportamentos e práticas. Sendo assim, é importante perceber como vão emergindo significados contextuais dessa relação.

Nos contornos da partilha da *Zona* entre “trabalhadores” e “bandidos”, uma *dona de casa* de prostituição, por exemplo, não é reconhecida *a priori* como pertencente à parcela do *bang*, e sim dentro da ideia ampliada de “trabalhos” que, embora ilícitos, não são tidos como “criminosos”. Já conheci *donas de casa* que eram identificadas como pertencentes ao *bang*. No entanto, esse reconhecimento se dava à participação desta em outras atividades econômicas e criminais que não a cafetinagem.

Por outro lado, para a polícia que invadiu o Itatinga, todos ali pertencem a uma parcela da sociedade localizada no campo da “criminalidade”, noção que incorpora tanto elementos legais quanto valores morais estigmatizados sobre a prostituição e os territórios periféricos. Tais conflitos de concepções aumentam a percepção de arbitrariedade da ação policial, pois na concepção da *zona*, a maior parte afetada por essa intervenção foi de “trabalhadores”.

Bárbara, dona de um estabelecimento de prostituição, quando decidiu participar da elaboração da denúncia para o Ministério Público, o fez por entender que não participava das “redes criminais” as quais os policiais desejavam enfrentar. Por isso se sentiu injustificada por tais ações. Ela denunciava as agressões policiais, mas o fazia enquanto uma “trabalhadora” que reivindicava o “direito ao trabalho”, tendo em vista que não se considera parte das redes de relações que envolvem a polícia e o *bang*.

Após o episódio no qual a polícia “fechou a *Zona*”, os discursos e as estratégias das trabalhadoras e comerciantes que se manifestaram contra o acontecido continuam o repúdio

à violência policial, mas, principalmente, uma reivindicação ao direito ao trabalho e uma forte noção de ilegitimidade da ação dos policiais militares contra os seus negócios.

Transcrevo aqui parte de uma entrevista dada por um porteiro de uma *boate* do Jardim Itatinga ao maior jornal da cidade sobre o acontecimento, coincidente com vários outros relatos que ouvi no bairro após o incidente:

Nós somos contra o que aconteceu com o colega dos policiais aqui, mas também somos contra o que está acontecendo em represália a nós aqui que somos trabalhadores. Nós aqui, nós somos trabalhadores. Vieram os policiais da força tática, é claro, enraivecidos com o que aconteceu com o colega deles, mas nós também não gostamos do que aconteceu com o colega deles, mas eles também não podem fazer isso aqui com a gente<sup>120</sup>.

Esse sentido de legalidade não pode ser entendido apenas como uma estratégia para buscar legitimidade perante a opinião pública ou as instituições do estado. Acredito que é antes reflexo de marcadores sociais daquele território – “bandido” e “trabalhador” – que, embora demonstre uma elevada porosidade entre suas fronteiras, possui poder de ordenar práticas e determinar distinções sociais.

É interessante observar as várias formas de buscar “resolver” a situação da invasão do bairro por policiais: passeatas, denúncia ao ministério público, articulações com políticos e militantes e, inclusive, uma iniciativa de donos e donas de *casas* para contratarem um advogado que contribuísse na resolução da situação. Mas parecia haver um problema de adequação entre essas ações e os objetivos de quem as propunha. Elas poderiam interferir na esfera da violência policial, embora o objetivo desses comerciantes e trabalhadoras fosse especialmente o “direito ao trabalho”. Essa incompatibilidade foi especialmente nítida dentro as articulações feitas entre *donos* de casas, *comerciantes*, e trabalhadoras sexuais com políticos e movimentos sociais da região. Embora os parceiros

---

<sup>120</sup> Jornal Correio Popular, 21 de outubro de 2013.

estivessem próximos para lidar com o problema da “violência policial”, se esquivavam do debate sobre a legitimidade – jurídica e social – de suas ocupações.

Simões (2010) fala de como a ilegalidade em torno da atividade da cafetinagem fez com que seus interlocutores introjetassem a noção de “carreira do crime” à sua própria trajetória, mesmo sem nunca ter se “*envolvido com o tráfico de drogas ou ações corruptas*” (p. 107). Argumento aqui, de forma diferente, que a inserção de cafetinagem em uma extensa rede de diversos outros serviços legais – alguns até formais – fazem com que se desenvolva um importante sentimento de legalidade, principalmente em episódios como o citado acima.

Assim, uma *dona de casa* de prostituição pode ao mesmo tempo cafetinar, ter um salão de beleza no mesmo local e também assinar carteira para alguma funcionária que ali trabalhe com faxina. Sua filha é dona de uma lanchonete, também regularizada, que vende lanche para as trabalhadoras sexuais, que por sua vez compram suas roupas na loja da recente galeria aberta no bairro. Essa cadeia imensa de serviços que misturam trabalhos legais, regularizados, com informais e ilegais atuam para que no espaço da *zona* haja um alargamento da noção de “trabalhadores”, mantendo-as ainda distintas da categoria “bandidos”.

Telles (2007, 2010) também fala das fronteiras instáveis e fluidas entre as práticas que envolvem os mercados ilícitos, ilegais e informais e que caracterizam grande parte das tramas nas quais circulam a “figura moderna do trabalhador urbano”. Priorizando a análise de práticas de atores urbanos, a autora propõe desconstruir concepções engessadas sobre o “mundo do crime”, mostrando que aquilo que chamamos de “criminalidade” compõe o cotidiano de atividades laborais de trabalhadores urbanos de grandes metrópoles<sup>121</sup>. Indo além, reconhece o trabalho informal como estruturante das dinâmicas de trabalho nos grandes centros urbanos e que, por sua, vem criando laços cada vez mais integrados com o mercado ilícito, em especial o mercado das drogas. Segundo a autora:

---

<sup>121</sup> Agradeço enormemente à Professora Ângela Araújo por essa indicação, me ajudando a entender a dinâmica das atividades econômicas dentro do trabalho no Jardim Itatinga na relação com um movimento maior que regula o funcionamento da cidade.

É justamente nas fronteiras porosas entre o legal e o ilegal, o formal e informal que transitam, de forma descontínua e intermitente, as figuras modernas do trabalhador urbano, lançando mão das oportunidades legais e ilegais que coexistem e se superpõem nos mercados de trabalho. [...] É isso propriamente que caracteriza o bazar metropolitano: esse embaralhamento do legal e do ilegal, esse permanente deslocamento de suas fronteiras sob a lógica de uma forma de mobilidade urbana [...] de trabalhadores que transitam entre o legal, o informal e o ilícito<sup>122</sup>, sem que, por isso, cheguem a se engajar em 'carreiras delinquentes' (Telles, 2007, p. 174).

Telles (2010) ainda utiliza a história de Doralice para demonstrar esses deslocamentos. Segundo a autora, Doralice é uma mulher que alterna o trabalho doméstico remunerado com inúmeras outras atividades ilegais e ilícitas. Ela também vende CDs piratas, acessa, em caso de urgência, receitas médicas fraudadas para obter o remédio do qual depende a vida do seu marido e pode até transportar para uma amiga em apuros um “punhado de cocaína”, obtendo com isso um acréscimo em seu orçamento pessoal. Doralice vai negociando a cada contexto os critérios de aceitabilidade moral de suas escolhas e comportamentos, sem contudo se identificar – e ser identificada – como pertencente ao “mundo do crime”. Diferentemente, ela convive com o “crime no trabalho”.

Tal expressão propõe um deslocamento de sentido: a pessoa não mais possui um trabalho criminoso – e, portanto, é criminosa. O “crime no trabalho” é mais um elemento de suas atividades laborais, com a qual precisa lidar a todo instante. Isso faz com que a identificação desse trabalhador se dê muito mais no campo do “trabalho” do que naquele do “crime”.

Assim, também podemos enxergar outras personagens do Jardim Itatinga, como, por exemplo, uma trabalhadora sexual que também trabalha como cabeleireira e que, sendo usuária de drogas, muitas vezes não hesita em vender para algum cliente, e, com isso tirar,

---

<sup>122</sup> A atividade informal é aquela que carece de formalização, mas não se constitui em crime por si mesma. Atividades ilegais são aquelas que contrariam a lei, e ilícitas são atividades também ilegais, mas que envolvem necessariamente o dano moral ou físico a outrem.

o suficiente para a sua utilização pessoal. No contexto da zona, essa figura não se encontra identificada como pertencente ao *bang*.

Isso porque, conforme argumento, aqui a definição de uma pessoa com o “crime” não se dá apenas pelo tipo de práticas ilícitas que realiza, e sim ao pertencimento a redes específicas de poder que, embora estejam diretamente vinculadas a alguns mercados ilícitos, não se confundem com eles. Essas “redes de poder” no Jardim Itatinga têm como atividades privilegiadas o roubo de carros, o roubo à mão armada e o tráfico de drogas. Entretanto, nem todo tráfico, nem todo roubo e nem toda abordagem à mão armada caracterizam a pessoa praticante como pertencente ao *bang*.

Telles (2010) nos dá pista sobre um outro tipo de mercadoria fundamental para se entender a distinção e a diferenciação das atividades e das pessoas identificadas com o “crime”, e que constitui uma das bases de seu poder: a mercadoria política e o mercado de proteção, ambos ilegais. Outro caso relatado ao longo da pesquisa permite ilustrar a questão.

Sara possui uma *casa* de prostituição localizada no centro da cidade de Campinas. Próximos ao seu estabelecimento funcionam mais seis *casas* e bares de prostituição, sendo que um dos estabelecimentos tem como dona uma amiga de Sara, e os demais são identificados como do domínio de Tales. Sara e sua amiga se queixavam de não poderem mais funcionar devido às várias investidas da polícia sobre seus estabelecimentos, mesmo depois de, com a ajuda de advogados, tentarem enquadrar o seu negócio como “pensionato”<sup>123</sup>. A amiga de Sara nos conta que a polícia entrou de surpresa em sua casa, tentando conseguir um flagrante que a enquadrasse no crime de lenocínio. Entretanto, não encontraram ninguém utilizando o quarto. Por isso, vasculharam a lixeira de um dos cômodos e, tendo encontrado uma camisinha usada, queriam utilizá-la como prova de que ali funcionava uma *casa* de prostituição. Para Sara, isso demonstra como há um esforço da polícia em persegui-las e que tal ação é fruto da intervenção de Tales.

Os estabelecimentos de Tales, nos quais também ocorria o comércio de drogas, ao contrário, nunca haviam sido alvo de investidas policiais. Tales, segundo essas informantes,

---

<sup>123</sup> Diário de Campo, novembro de 2013.

possui “esquema”, ou seja, algum tipo de acordo envolvendo entidades ou membros do poder público. Com isso, além de conseguir manter seus locais abertos, também intervém para que a polícia priorize a fiscalização das concorrentes. Apesar de não ser possível precisar a forma como se estabelece cada um desses “esquemas”, pode constatar a sua existência e importância na gestão das redes de poder locais.

O “esquema” pode ser descrito como uma mercadoria política, comprada como outro bem, e é destacado por grande parte da bibliografia que trata a temática das redes criminais (Zaluar, 2006, 2009; Feltran 2009, 2010a, 2010b; Mafra, 2006; Biondi, 2010; Telles, 2009, 2010). Tal mercadoria é especialmente destacada pela sua importância na regulação das redes de poder nesses territórios e por concentrar a potencialidade violenta dos mercados ilícitos, que muitas vezes podem assumir “formas extremadas e devastadoras” (Telles, 2007, p. 179).

Essa mercadoria é imprescindível nas dinâmicas dos mercados ilegais e ilícitos, tendo em vista que, apesar da porosidade entre formal e informal, legal e ilegal, não se deve supor que inexista diferenciação entre uns e outros. As leis e codificações formais têm efeitos de poder e são reconhecidas pelos sujeitos que transitam entre essas fronteiras. Nesse sentido, é o mercado de bens políticos (favorecimento, proteção, extorsão, suborno) que faz a mediação entre os mercados ilícitos e os poderes de coerção estatais (sistema judiciário, entidades de fiscalização, polícia). Dessa forma, mercado de bens políticos abre espaço para aquilo que a autora, retomando Foucault (1997), denomina de “gestão de ilegalismos”. Segundo Telles, os ilegalismos não constituem transgressão, mas um conjunto de atividades de diferenciação, categorização, hierarquização. Também não podem ser considerados lacunas ou imperfeições na lei. De acordo com suas palavras:

Antes, contém uma positividade que faz parte do funcionamento do social, compõem os jogos de poder e se distribuem conforme se diferenciam os espaços protegidos e aproveitáveis em que a lei pode ser violada, outros em que ela pode ser ignorada, outros, enfim, em que as infrações são sancionadas. (Telles, 2010, p. 104)

Assim, para a autora, pensar a “gestão dos ilegalismos” é uma maneira de fugir do binarismo “legal-ilegal”, colocando no centro da investigação “os modos como as leis operam, não para coibir ou suprimir os ilegalismos, mas para diferenciá-los internamente, *“riscar os limites de tolerância, dar terrenos para alguns, fazer pressão sobre outros, excluir uma parte, tornar útil outra, neutralizar estes, tirar proveito daqueles”* (Telles, 2010, p. 102). Esse jogo de poder marcado pela “gestão dos ilegalismos” e mediado pela transação de bens políticos atravessa, mesmo que de modo diferenciado, os vários níveis de relações estabelecidas entre os sujeitos participantes de comércios ilícitos, e também todo o corpo social dos territórios nos quais eles se estabelecem.

Vale lembrar que essa “gestão de ilegalismos” também se imbrica com outras forças de poder locais, diferenciando e deslocando constantemente suas fronteiras de acordo com os tipos de atividades criminosas realizadas e também de acordo com os agentes envolvidos nelas. Como exemplo, podemos analisar quatro casos de homicídios no Jardim Itatinga (três ocorridos entre os meses de outubro a dezembro de 2013 e um outro em dezembro de 2012).

No dia 20 de dezembro de 2013, Suely Pinheiro, mulher trabalhadora sexual do Jardim Itatinga, iniciou uma briga com a *dona* da casa onde trabalhava, pois desejava levar o aparelho de televisão que fica na sala para seu quarto<sup>124</sup>. O conflito intensificou-se. Suely então pegou um pedaço de garrafa quebrada e desferiu golpe na artéria localizada embaixo da axila, causando a morte da cafetina<sup>125</sup>. Suely foi presa em flagrante e detida no mesmo dia. A ocorrência foi rapidamente encaminhada dentro das normas protocolares da polícia, tendo em vista que nem a vítima e nem a ré participavam diretamente das redes de poder do “crime” ou de outra instância privilegiada de poder componente dessa trama de ilegalidades. Cabe destacar que essa noção de “crime” à qual me refiro, conforme destacado anteriormente, está baseada nas relações de poder do Jardim Itatinga. Em outro contexto, a cafetina poderia muito bem ser acionada como figura criminosa, contrapondo-se à prostituta vítima, que estaria defendendo-se da “exploração” à qual foi submetida.

---

<sup>124</sup> Ver Reportagem Balanço Geral, 20 de dezembro de 2013.

<sup>125</sup> Importante destacar que, segundo informantes, essa cafetina era, na verdade, uma “puta-cafetina”, que trabalhava fazendo programas ao mesmo tempo que tinha uma *casa* onde outras mulheres também faziam programas.

No dia 09 de novembro 2013 também foram assassinados o dono de um *bar* e uma trabalhadora sexual em frente ao estabelecimento onde trabalhavam. Segundo as informações jornalísticas<sup>126</sup>, os assassinos estavam dentro de um carro Chevrolet Astra preto e atiraram dezesseis vezes no proprietário, acertando um dos disparos no rosto da trabalhadora. De acordo com os relatos colhidos por mim, o crime fazia parte de um “acerto” entre “bandidos” tendo em vista que esse comerciante também fazia parte do *bang*. Já a trabalhadora morreu sem propósito, simplesmente por estar no local. Alguns interlocutores acreditam que ela foi morta acidentalmente. Outros creem que a acertaram intencionalmente, tendo em vista a precisão do tiro deferido, atingindo o centro de seu rosto. Independentemente dos detalhes, todos concordam que o “mando” não era para ela.

O corpo do comerciante foi rapidamente reconhecido e enterrado. Nenhum membro de sua família, amigos, ou qualquer outra pessoa apareceu publicamente na mídia. O corpo da mulher demorou alguns dias para ser reconhecido, tendo em vista que as pessoas não sabiam seu nome verdadeiro e, principalmente, porque não queriam participar da investigação que envolvia “acertos” do “crime”<sup>127</sup>.

Ao reconhecer o corpo da vítima, a família da mulher assassinada aparece em cenas de desespero comuns aos programas televisivos de cunho sensacionalista, que também se beneficiam das dinâmicas violentas expressas nas redes do “crime”. Sua fala expressa alguns dos elementos trazidos até aqui:

A minha menina não era, não era bandida. Não era traficante, não era bandida... e mataram minha filha inocentemente. Inocente, minha filha morreu inocente [choro]<sup>128</sup>.

---

<sup>126</sup> Rádio CBN Campinas, 11 de Novembro de 2013 (<http://www.portalcbn Campinas.com.br/?p=67719>). Acessado em 10/02/2014.

<sup>127</sup> O respaldo de não se envolver nos conflitos entre “bandidos” em que o assassinato é tão poderoso que, depois de ocorrido o incidente, ele não foi comunicado às “autoridades” por nenhuma pessoa do bairro. Os corpos foram encontrados no final da madrugada durante um patrulhamento da Polícia Militar. Correio Popular, 10 de novembro de 2013. Disponível em: [http://correio.rac.com.br/conteudo/2013/11/capa/campinas\\_e\\_rmc/119655-comerciante-e-garota-de-programa-sao-mortos.html](http://correio.rac.com.br/conteudo/2013/11/capa/campinas_e_rmc/119655-comerciante-e-garota-de-programa-sao-mortos.html).

<sup>128</sup> Programa “Balanço Geral”, Rede TVB (<http://www.tvb.com.br/balancogeral/videos-exibe.asp?v=30899>). Acessado em 10/02/2014.

Os assassinos não foram encontrados e não houve nenhuma investida mais “dura” da polícia para identificar os autores do crime. Sendo o dono do *bar* e os réus pertencentes ao mundo “bandido”, o caso pode ficar restrito – e protegido – dentro de seus próprios ordenamentos do “crime”. A figura da mulher prostituta assassinada desaparece dessa correlação de forças e o caso perde-se nos meandros dos “acordos” resultantes de alguma negociação no mercado de bens políticos. Essa “vista grossa” não é repetida quando as vítimas participam de outros meios sociais que lhe conferem algum tipo de poder. Nesses casos, o modo com tal ilegalidade é apurada envolverá outros elementos.

Vejamos o caso do estudante de 21 anos assassinado no dia 02 de dezembro de 2012, em uma tentativa de roubar seu carro<sup>129</sup>. O crime não se associa a um “acerto de contas”. É resultado da ação de uma já conhecida quadrilha de roubo a carros no bairro e suas mediações. O caso foi “resolvido” em 10 meses, sendo presos três responsáveis pelo ocorrido. Nessa situação, apesar do envolvimento de pessoas do “crime” na ação ilícita, pesa o status da vítima, um estudante pertencente a uma família de classe média do município de Mogi-Guaçu. Diferentemente da mulher prostituta morta “inocentemente” no “acerto de contas” do dia 09 de novembro de 2012, esse estudante, enquanto vítima, proporcionava um status diferenciado a esse crime, fazendo necessária uma gestão diferenciada do episódio.

Vale lembrar, entretanto, que os indivíduos presos responsabilizados pelo assassinato, conforme nos informa notícias de jornais, eram participantes de uma cadeia extensa de roubo de carros, mas os únicos detidos foram aqueles envolvidos com a morte do estudante<sup>130</sup>.

Podemos perceber que nesse imbricado jogo de poder dentro da “gestão dos ilegalismos” pesa a relação da vítima e do réu dentro de relações de poderes diversas. A facilidade de se prender a prostituta que assassinou outra prostituta sem maiores manobras e negociações dentro das complexas dinâmicas dos mercados ilícitos (roubos, drogas, mercadoria políticas), em comparação com os demais casos relatados demonstra como a

---

<sup>129</sup> Ver reportagem: “Jovem é morto no Jd. Itatinga”. Correio Popular 02 de dezembro de 2012.

<sup>130</sup> Ver: “Suspeitos de matar jovem são presos em Campinas”. Jornal da TVB, 15 de outubro de 2013.

farsa da legalidade pode ser realizada em sua forma plena sobre os sujeitos que ocupam locais desfavorecidos dentro das relações de poderes locais.

Finalmente, o último caso de assassinato que gostaria de analisar é a morte do Sargento Conejo, ocorrida no dia 18 de outubro de 2013 e que deu origem ao episódio com o qual iniciei esse capítulo.

A morte de um policial é um dos principais elementos da iminência de conflitos devastadores que desestabilizam os já instáveis acordos e fronteiras estabelecidos no sistema de “gestão de ilegalismos”. Quando ocorre um fato dessa natureza, as fronteiras entre os marcadores “bandidos” e “trabalhadores” são bruscamente deslocadas e toda a comunidade relacionada com os possíveis mandantes e executores da ação passam a ser percebidos por segmentos da corporação policial como agentes criminosos e, portanto, sujeitos à intervenção e represálias<sup>131</sup>.

A morte de um policial é um importante fato político dentro da gestão dos mercados ilícitos e, por isso mesmo, muitas vezes é utilizada como uma arma de “guerra” entre “bandidos” e polícia. Feltran (2010a) relata o episódio da “guerra” entre PCC e policiais em maio de 2006, conhecido como “Ataques do PCC”. Nesse evento, essa rede criminosa matou no estado de São Paulo mais de 40 policiais em uma noite, a maioria membros da Polícia Militar. Em retaliação, a Polícia Militar promoveu uma ação de “controle da ordem” responsável por, em uma semana, matar 493 pessoas nas periferias de cidades do Estado, a grande maioria jovens que já tinham antecedentes criminais ou que andavam em grupos em locais “suspeitos” ou simplesmente por “parecerem” com “bandidos”. Segundo o autor, “*no outro mês, com a 'ordem pública' garantida, foram executadas mais 500 pessoas*” (2010, p. 600).

Podemos citar novamente a recente chacina realizada em Campinas na madrugada do dia 13 janeiro de 2014, na qual doze jovens foram mortos em uma mesma noite em diversos bairros periféricos da cidade. Há fortes indícios de que tal chacina tenha sido promovida por policiais militares em retaliação à morte de outro colega policial morto no início da noite do dia 12 de janeiro, durante um assalto de um carro.

---

<sup>131</sup> Represálias por si só são ilegais. Telles (2010) utiliza a expressão nativa para designar atos de corrupção por parte dos poderes públicos, definidos como “o lado errado da coisa certa”. Já o “lado certo da coisa errada” diz respeito a uma boa conduta do crime e de “bandidos” em relação à comunidade.

Assim, a invasão do Itatinga não foi apenas uma ação para se encontrar os responsáveis pela morte do policial morto. Foi uma medida de demonstração de poder dentro da “gestão de ilegalismos”. A represália atingiu praticamente todo o “corpo social” da *Zona*, colocando em suspensão qualquer vestígio de trocas anteriores no “mercado ilícito de bens políticos”. A extensão desta ação surpreendeu algumas interlocutoras, que se impressionaram com o fato de alguns estabelecimentos dos “grandes” também terem sido atingidos. Segundo uma interlocutora, até uma das *casas fechadas* que era conhecida por nunca sofrer com as investidas policiais foi invadida e quebrada<sup>132</sup>.

Mais uma vez, é difícil precisar, pelo menos para mim, as relações de poderes internas ao “crime” dentro do Jardim Itatinga. Tal dificuldade pode ser atribuída, evidentemente, pelo meu não pertencimento àquele território. Mas soma-se a isso a configuração do crime como uma “rede” que “*tem o caráter de negócio contínuo, que flui por meio de relações interpessoais baseadas no segredo, na confiança sempre posta à prova, no conhecimento das pessoas e nos acordos tácitos estabelecidos entre elas*” (Zaluar, 2006, p. 210). A definição do crime como rede traz implícita uma noção aberta, de fluxos constantes e instáveis (Marques, 2010; Biondi, 2010). Segundo Zaluar (2006):

O conceito de rede não se aplica ao fluxo hierárquico e às relações interpessoais que implicam relações não grupais ou institucionais, corporativas e fechadas, e sim a relações abertas no tempo e no espaço, vinculando inúmeras pessoas através de contatos de diversos tipos que vão se multiplicando pelos intermediários. (Zaluar, 2006, p. 210)

Assim, embora a noção de “crime” adquira materialidade, ou seja, possua *agência* nas dinâmicas daquele território, o “crime” enquanto prática é fluido, instável, fragmentado, pouco centralizado e, portanto, difícil de ser apreendido. Zaluar (2006), entretanto, faz a ressalva de que esse modo de organização fluido e descentralizado (e potencialmente mais perigoso) diz respeito especialmente aos níveis mais baixos das atividades ilícitas – em

---

<sup>132</sup> Diário de Campo, outubro de 2013.

especial o tráfico de drogas. Ela destaca que, se há uma intrincada malha descentralizada, sempre pronta para ser desfeita e refeita na ponta do negócio da droga, existem diferenças em relação aos grandes atacadistas e financistas do tráfico que tendem à centralização e à hierarquia em cartéis e máfias (2006, p. 210)

No Jardim Itatinga, parece haver certa clivagem entre as pessoas pertencentes ao *bang*. Em primeiro lugar, é facilmente perceptível a diferença entre *casas fechadas* e *bares* no que tange à ocupação de lugares privilegiados dentro do “mercado ilícito de bens políticos”, o que pode valer imunidade às ações policiais ou investidas de outros setores criminosos. Os bares possuem maior tranquilidade para intercalarem as atividades ilícitas do lenocínio com a venda de entorpecentes e até a participação em possíveis “acertos de conta” sem que respondam judicialmente por tais ações. Via de regra esses “empresários” são todos homens<sup>133</sup>. O número de empresários desta natureza vem aumentando significativamente no bairro. Representam um ponto privilegiado na organização do “crime”; quando são afetados, ampliam-se as possibilidades de desestabilização das tramas dessa instância no território.

Abaixo deles, existe uma ramificação de personagens que participam do *bang* em diferentes níveis de interação e privilégios no contraste com as relações de poder estabelecidas, sendo que essas redes são corriqueiramente desestabilizadas e reformuladas. As redes de poder do “crime” interpenetram as várias relações estabelecidas na *Zona* e, em sua “face miúda”, conectam-se aos demais artefatos e redes sociais que compõem a vida local.

### **2.3 Há dominação, mas também há espaços**

A questão da dominação do “crime” sobre as áreas periféricas é um tema privilegiado no interesse de diversos autores da Antropologia Urbana que estudam

---

<sup>133</sup> Um importante estudo a ser feito diz respeito às relações de gênero presentes nos circuitos do “crime”, tanto para entender o lugar ocupado por homens e mulheres nessas instâncias quanto às específicas representações de gênero que acompanham seus contextos.

contextos periféricos (Marques, 2010; Biondi, 2010; Zaluar, 2006, 2009; Mafra, 2006; Feltran, 2010a, 2010b).

Mafra (2006), analisando o contexto de uma favela carioca e sua relação com o narcotráfico, mostra como as linhas de dominação se conectam de forma difusa no espaço e nos bens, sem, entretanto, perder a sua potência reguladora. De acordo com seu trabalho, existe uma geopolítica interna que penetra, por diferentes caminhos e em diferentes níveis, os mais diversos espaços e bens disponíveis no morro. Essa dominação convive com outras forças de poder, ora associando-se, ora sobrepondo-se. Segundo a autora, assim como são tênues os limites dessa geopolítica, também são confusas as relações de favor e contrafavor de inúmeros moradores do morro com o 'movimento', principalmente os mais jovens.

Assim como existem os sistemas de reciprocidade diretos – pelos quais o narcotráfico financia o casamento ou o enterro, garante o tratamento de saúde, subsidia a compra do cimento, estabelece compromissos face a face –, há inúmeros meios indiretos de reciprocidade que podem ser acionados sem que a pessoa venha a ter intenção ou consciência da relação. As redes de amizade, vizinhança e parentesco, com o sistema recorrente de ajuda mútua que os moradores estabelecem entre si, dificilmente estão incólumes, havendo sempre algum membro com 'passagem' no 'movimento'. (Mafra, 2006, p.)

Essa reciprocidade também pode ser entendida no próprio reconhecimento do poder do “movimento” no território e a “submissão a quem tem força, poder e prestígio”. Por isso a autora conclui que, pensando nesse sentido simbólico e materialmente eficaz, é válida a “correspondência entre morador do morro e submissão ao narcotráfico” (p. 280).

Feltran (2010a) também entende que existe cada vez mais uma “expansão do mundo do crime” nas periferias de São Paulo. No entanto, a sua análise enfatiza muito mais a dominação territorial por uma “aquisição de legitimidade” do que por um processo estritamente “tirânico”<sup>134</sup>. Segundo o autor:

---

<sup>134</sup> Feltran (2010b) nos fala da prática do “debate” na dinâmica do PCC – Primeiro Comando da Capital. Tanto aqueles “batizados” pelo próprio crime, quanto aqueles que vivem sob o território do PCC podem

A posse de armas e a disposição para utilizá-la é, evidentemente, a fonte última da legitimidade e autoridade do 'mundo do crime' e dos 'irmão' nas periferias da cidade. Entretanto, cotidianamente esses grupos manejam componentes muito mais sutis de disputa pelas normas de convivência, como a reivindicação de justiça dos comportamentos, amparados na 'atitude', 'disposição' e 'proceder', e na oferta 'de justiça' a quem dela necessitar; a ajuda para a solução de problemas de moradia; o amparo para pagamento de advogados; subsídio para a visita de parentes presos etc. (Feltran, 2010a, p. 594)

Nesse sentido, o autor diz que a noção de “crime” está muito além do pertencimento em atividades ilícitas e ilegais. Trata-se de uma sociabilidade específica que está ganhando cada vez mais legitimidade nas periferias como forma eficiente de resolução de conflitos (Feltran 2010a, 2010b).

Existem certas diferenças entre as pesquisas produzidas nos contextos carioca e paulista no concernente à “dominação” do crime sobre as comunidades e populações situadas nos seus territórios. Assim, a bibliografia carioca (Zaluar, Mafra, 2006) embora destaque a complexidade das formas de dominação do narcotráfico e sua interação com as redes locais de sociabilidade, coloca ênfase no processo de subordinação pelo risco do conflito armado.

A bibliografia paulista, por seu lado, também possui preocupações analíticas parecidas, como, por exemplo, a existência de marcadores de diferença, a fluidez de suas fronteiras, e a forma como esse poder é consentido e incorporado na sociabilidade local. Entretanto, a ênfase situa-se na noção de compartilhamento entre tais atividades – que não podem ser facilmente separadas (Telles 2007, 2010) – ou pela ideia de que o “crime” adquire legitimidade em oposição à arbitrariedade institucional (Feltran 2010a, 2010b).

---

recorrer a esta instância caso sintam que tenham sido prejudicados por algum motivo. Segundo o autor, esses “debates” podem durar dias, e há um esforço, no geral, para não acionar a execução de morte de suspeitos ou acusados, evitando assim que “pobre mate pobre” e uma possível reação em cadeia de vinganças seja desencadeada (p. 63).

Essa diferença pode ser justificada pela singularidade dos contextos estudados. Através de uma breve etnografia feita no Rio de Janeiro com participantes de um projeto educacional que atuavam em uma favela carioca, percebi algumas diferenças em relação à realidade do Jardim Itatinga. Lá, um interlocutor relatou-me que frequentemente educadores e participantes de projetos sociais nas favelas do Rio de Janeiro são chamados para “conversar” com lideranças do tráfico; o trânsito armado pela comunidade é uma cena corriqueira. Essa conversa inicial é uma passagem necessária para a realização de qualquer tipo de intervenção ou pesquisa nesses locais<sup>135</sup>. O mesmo agente também ressaltou a frequência com que se deparam com tipos de crimes brutais, dizendo que “*é comum chegarmos na segunda-feira e estar acontecendo uma ‘pelada’ no campinho de futebol onde a bola é a cabeça de alguém que foi morto*”<sup>136</sup>.

Tal realidade é distinta daquela que vivenciei no Jardim Itatinga. Apesar de a *Zona* ser palco de assassinatos – nove apenas em 2013 –, eles se distanciam daquilo que Nunes (2009) chama de “execução simbólica”, cujo objetivo é, através de métodos brutais, demonstrar o poder de determinado grupo sobre aquele território.

Ao longo de meu trabalho de campo apareceram, de um lado, relatos que faziam alusão a um potencial perigo envolvendo as situações de conflito com o “crime” e, de outro, uma certa crença na legitimidade dessa organização na *zona*.

Assim, Carla nos conta que quando era dona de uma *casa* buscava evitar conflitos – especialmente envolvendo clientes – que pudessem trazer a polícia até o bairro. Nesse sentido, costumava “conversar com as meninas” para que recebessem antecipadamente o valor do programa, evitando brigas e confusões entre as trabalhadoras e os cliente. O conselho era dado especialmente para as travestis, pois, muitas vezes, os clientes só descobriam sua transexualidade quando chegavam ao quarto e frequentemente recusavam-se a pagar pelo programa. Nessas situações, segundo Carla, era comum as travestis agredirem o cliente e esse acionar a polícia. Carla acrescenta:

---

<sup>135</sup> A “conversa” também é descrita no estudo de Mafra (2006).

<sup>136</sup> Diário de Campo, novembro de 2013.

Quem controla aqui são os ‘irmão’<sup>137</sup>. Então, se acontece um acidente desse e a polícia vem, daí os ‘irmãos’ vêm atrás da gente, entendeu? E daí cai para quem? Para a dona da casa. É a Carla que é culpada, porque a policia foi na casa dela<sup>138</sup>.

Também há a tentativa de se evitar uma relação direta com os negócios do crime. Ângela nos conta que desistiu de um negócio que havia montado com uma sua sócia porque ela era do *bang* e Ângela não queria confusão nem com “bandido” e nem com “polícia”<sup>139</sup>. Por outro lado, a mesma mulher relata como a entrada do “crime” no Itatinga ajudou a amenizar alguns problemas que atingiam as prostitutas que trabalham na região:

No Itatinga a gente tinha que trabalhar somente dentro de casa. Não podíamos sair nem na frente da casa, porque se [a polícia] nos pegassem nos levava, presas. Na rua nem pensar! Se pegasse no bar também, danou-se. Dava cana na hora, podia ser quem fosse. Porque eles fichavam a gente [...]. Quando eu cheguei lá já tinha [bandido], né? Mas depois chegou muito mais. Foi então que a policia abandonou o Itatinga. Ficou abandonado. Nós ficamos lá a Deus dará. Criou até mato. Virou mato. [...] Tinha principalmente justiceiros, o pessoal que matava, mas eles ajudavam para poder não acontecer o pior com as mulheres, [...] frequentavam ali dia e noite. Só que eram amigo das meninas. Só que eram amigo da gente entendeu? Amigo. Então era melhor com eles do que com a polícia porque eles pelo menos ajudavam a gente a defender as meninas. E certas cafetinas também que eram decentes com a gente, ajudava a defender. Entendeu né, porque ali era salve-se quem puder. Polícia não vinha, por isso os bandidos tinha que dar uma força. Me associei a eles.

De acordo com este depoimento, no período descrito existiam no território do Itatinga vários grupos criminosos desorganizados que, embora representassem uma proteção para as trabalhadoras, provocavam um esvaziamento de clientes do bairro por conta do clima de insegurança e dos constantes roubos ali ocorridos. Segundo ela, “as

---

<sup>137</sup> “Irmão” é o termo que designa pertencentes ao PCC.

<sup>138</sup> Entrevista Carla, Agosto de 2012.

<sup>139</sup> Entrevista Ângela

*meninas não tinham movimento e as cafetinas não davam comida. [...] O movimento voltou quando parou de ter assalto ali, depois que o PCC entrou. Foi por causa do PCC”<sup>140</sup>.*

A presença do PCC no bairro surgiu como questão complexa e controversa ao longo da pesquisa. Algumas interlocutoras afirmaram que a *Zona* era “comandada pelos ‘irmãos’”; outras afirmaram que ali o domínio pertencia a “outro tipo de bandido”. Acredito que essas informações desencontradas guardem relação com a forma de organização específica ao PCC, que, segundo Biondi (2010), “*tem a capacidade de estar presente mesmo quando está ausente*” (p. 52).

Para esta autora, a organização da facção, embora perpassada por valores que a orienta, está distante de configurar uma entidade capaz de ser explicada pela noção corrente de “crime organizado”, com hierarquias, chefes e um planejamento coeso e eficiente. É antes um modelo aberto que, baseado em “projetos” de sentido amplo – a “paz interna” e “a guerra contra o fora” – abre espaços para inúmeras estratégias, possibilidades e formas de ação (Biondi, 2010, p. 196). Essas orientações, associadas ao apelo a elementos que remetem à “justiça” e à “liberdade” entre aqueles que estão no “crime”, faz com que o PCC, enquanto ideia de organização e código de conduta, estenda-se a territórios que não são considerados “dominados” diretamente pelos “irmãos”.

Analisando a existência do PCC dentro das prisões, Biondi busca entender a possibilidade de existir uma estrutura PCC, que se estende para além de suas redes de sociabilidade, sem recorrer a uma noção estática, com pretensa capacidade de moldar comportamentos. Segundo a autora, ela busca entender a “transcendência na imanência”:

Meu objetivo passou a ser procurar entender o modo pelo qual as transcendências são construídas, bem como sua eficácia. Trata-se de permitir pensar o transcendente sem considerá-lo anterior, preeminente; pensar essa força exterior valorizando a imanência, as potências de si como produtos e produtoras de um PCC transcendente. [...] Em suma, o que proponho é uma antropologia imanentista sobre uma construção nativa de transcendência. Se afirmo que o PCC

---

<sup>140</sup> Idem.

exerce alguma influência sobre a prisão, não é porque o considero uma força anterior que exerce um poder sobre os presos, ditando o que devem ou não fazer, mas sim o nome de uma instância mais ampla que está sendo construída e operada localmente: uma produção local de uma transcendência que, por sua vez, também tem agência, também é produtora das relações travadas entre os prisioneiros. (Biondi, 2010, p. 58)

Essa “transcendência-imanência” do PCC também se estende mesmo para aqueles membros não “batizados”, que na linguagem local são os que “correm lado a lado com o comando”<sup>141</sup> e que também contribuem para se produzir os significados do PCC.

Isso possibilita, no meu entendimento, que o PCC esteja presente no Itatinga – enquanto estrutura e enquanto prática – mesmo que esse território não seja dominado diretamente por ele. O PCC é também um valor, uma forma de se orientar o “crime”, que tem a ver com uma identificação com valores do mundo do “crime”.

Por isso, Ângela pode se considerar como “associada” aos “bandidos”, situando-se dentro do “proceder”<sup>142</sup> do “crime”<sup>143</sup>. Ela considera os “bandidos” como força importante na resolução de conflitos e, principalmente, na capacidade de fazer oposição à polícia, um dos principais problemas apontados por ela na *zona*:

Foi nessa época aí que eu guerreiei bastante, que também levei da polícia. A surra que eu levei bastou. Por isso que não sou contra bandido nenhum, porque os bandidos nunca colocaram a mão em mim. Nunca. Sempre me ajudou e os diabos dos policiais era o cão. E eu sempre gostei desse tipo.

---

<sup>141</sup> “Batizado” é o nome dado ao ritual de iniciação de um novo membro do PCC (Nunes Dias, 2009). Já em relação a “correr lado a lado com o comando”, segundo Biondi, é a forma pela qual presos designam aqueles que convivem nas cadeias “dominadas” pelo PCC, e que, mesmo sem serem do comando, atuam sob seus princípios e pela sua manutenção. Quem “não corre junto ao comando” “corre contra”: é identificado como oposição e deve ir para outra cadeia, ou para uma cela isolada dos demais encarcerados (2010, p. 141).

<sup>142</sup> “Proceder” é o comportamento esperado para aqueles que são do crime, através do qual serão avaliados. (Biondi, 2010)

<sup>143</sup> Ângela começou a frequentar a escola após os 45 anos de idade. Segundo ela, seus amigos de escola a chamam carinhosamente de “vovó do crime” (Diário de Campo).

A potência do PCC como instância normatizadora é reconhecida tanto por moradores quanto pela polícia. Bárbara nos conta que, durante a invasão ao Itatinga no dia 18 de outubro, policiais saíram pela rua gritando e atirando para o alto: “*se aqui não tem comando, então a gente vai comandar*”<sup>144</sup>.

No entanto, para além das formas como o “crime” “domina” os territórios ocupados, é importante nos atentarmos às maneiras como os sujeitos transitam nessas tramas de poder, pois, como nos mostra Ortner (2006), a própria dominação está dividida por ambiguidades, contradições e lacunas. Esses espaços vão sendo agenciados através de uma percepção sutil do emaranhado de redes e tramas que constituem esse cenário, transitando e criando a difícil “arte do contornamento”<sup>145</sup>. Segundo Vera da Silva Telles:

O fato é que indivíduos e suas famílias transitam nessas tênues fronteiras do legal e ilegal, sabem muito bem lidar com os códigos de ambos os lados e sabem também, ou sobretudo, lidar com as regras que vão sendo construídas para 'sobreviver na adversidade'. Essa expressão 'sobreviver na adversidade' não tem nada a ver com as estratégias de sobrevivência de que tratam os estudos sobre pobreza. É termo utilizado no 'mundo bandido'. Mas os moradores das periferias das cidades sabem muito bem: saber transitar entre fronteiras diversas, se deter quando é preciso, avançar quando possível, fazer o bom uso das palavras certas no momento certo, se calar quando é o caso. (Telles, 2007, p. 187)

Minhas interlocutoras vão transitando entre as fronteiras do informal-ilegal: entendem os sutis movimentos da “gestão dos ilegalismos” e sabem jogar com diversas identidades presentes nesse embaralhamento de códigos sobrepostos no tecido social. Embora participem de relações de poder perigosas e complexas, não são simplesmente plasmadas a essas redes, situando-se como sujeitos de *agência* nesses territórios<sup>146</sup>.

---

<sup>144</sup> Diário de Campo, 22 de outubro de 2013. Não ficou claro se o sentido da seguinte cena era se porque ali não havia de fato o comando ou porque este estava desestabilizado e, por isso, permitiu que tal acontecimento – a morte de um policial – acontecesse ali no seu território.

<sup>145</sup> Diz respeito aos modos como os indivíduos transitam, apropriam-se, interagem ou escapam de determinadas redes de poder (Telles, 2007)

<sup>146</sup> Agência é um termo em disputa, sendo utilizado de formas diferentes em contextos distintos. Ahearn (2001)

Elas também acionam diversos repertórios possíveis nessa rede de poder. Bárbara, por exemplo, ao mesmo tempo que participava de uma ação proposta por políticos e militantes endereçadas ao Ministério Público de São Paulo, também buscava outras formas de pressionar o “crime” sobre o ocorrido:

Eles [os grandes] dizem que [nós] tem que fazer isso e aquilo e aquilo. Então todo mundo tem que fazer uma reunião e ir conversar com eles também [e dizer]: já que vocês querem que a gente fique na lei de vocês, então vocês vão ter que cooperar com a gente também.

Assim, vão tecendo negociações possíveis e encontrando soluções práticas para as dificuldades encontradas. No caso citado acima, é bem provável que a segunda abordagem tenha mais resultados práticos do que o caminho institucional. A justiça é frequentemente tida como morosa, burocrática e incapaz de contemplar a totalidade da reivindicação de suas queixosas, especialmente o direito ao trabalho. Além disso, pode ser um caminho igualmente perigoso, tendo em vista as novas visitas feitas por policiais ao estabelecimento de Bárbara após sua participação na Denúncia Pública.

Outra atitude possível dentro desse cenário de forças (trivial, mas potencialmente poderosa) é “pegar as malas e ir embora”<sup>147</sup>, ato praticado por várias prostitutas em momentos de tensão e perigo. Pode ser tido como sinal de falta de compromisso dessas trabalhadoras com o espaço da *Zona*, mas consiste, ao meu ver, na principal estratégia de intervenção dessas agentes nessas redes de poder.

Se as trabalhadoras sexuais possuem pouco acesso ou pouca interferência nas constituições das estruturas citadas acima, no âmbito financeiro elas se situam na base do

---

esforça-se em definir uma noção mínima sobre o conceito que abrigue a pluralidade de interpretações. Para ela, agência seria a “*capacidade socioculturalmente mediada de agir*”. A autora faz, então, uma distinção entre as noções de *ator* e *agente*. A concepção de ator nos diz respeito a alguém que tem suas ações governadas ou orientadas por regras rígidas, enquanto agentes nos propõem a ideia de pessoas engajadas nos jogos de poder e que têm possibilidades de acionar elementos no mundo, constituindo-o e modificando-o. O *agente* e o *ator* devem ser considerados como dois aspectos diferentes de um mesmo indivíduo.

<sup>147</sup> Uma informante trabalhadora sexual que também possui uma *casa* de prostituição critica suas outras colegas prostitutas que não estiveram no ato: “*aquelas profissionais que pegaram a mala e foram embora não merecem o nosso respeito*”. Diário de Campo, 22 de outubro de 2013.

funcionamento “produtivo” do Jardim Itatinga. Uma semana após o fechamento da zona, presenciei uma cena que nos mostra os danos causados pela ausência das trabalhadoras sexuais.

*Um rapaz alto chegou perto do jovem cabeleireiro, que havia aberto seu salão na recente galeria do bairro, para cobrar alguma conta que havia sido feita no “fiado”. O rapaz credor insistia que o jovem cabeleireiro honrasse sua dívida e pagasse naquele momento. A discussão foi se desenrolando e o jovem cabeleireiro, se negando a pagar, tendo em vista que não tinha dinheiro em caixa, falou para o credor em um determinado momento: ‘olha, deixa eu te explicar uma coisa. Aqui na Zona funciona assim: Se as putas trabalham, eu ganho, se eu ganho, você também ganha! Como nessa semana as putas não trabalharam, elas não ganharam, logo, eu não ganhei, e assim você também não irá ganhar’. Após essa explicação, o rapaz credor, vendo que não conseguiria ser ressarcido naquele dia, dá as costas e vai embora. [Diário de campo, 25 de outubro de 2005]*

Embora possa parecer trivial, a circulação das trabalhadoras sexuais, nesse contexto, representa uma forma efetiva de ação dentro das estruturas de poder existente na Zona onde elas ocupam a ponta menos privilegiada.

A possibilidade de fugir está diretamente relacionada à fraca vinculação/comprometimento com as estruturas (econômicas e políticas), o que, por um lado, pode colocá-la em desvantagem nessa relação, mas, por outro, permite a ela a facilidade de circulação. Assim pode ser pensada a ação da prostituta que “pega as malas e vai embora”, ou como disse uma *dona de casa* de prostituição do centro da cidade: “*as meninas não estão nem aí. Se fecha aqui, elas pegam e vão [trabalhar] no outro*”.

A maioria das trabalhadoras sexuais com quem conversei valoriza a possibilidade de circulação por outros espaços de prostituição da região, embora tal prática seja comumente criticada pelas donas e donos de *casa* com quem manteve contato. A abertura para circular, de forma paradoxal, é resultado da pouca interação dessa categoria nas tramas de poder dos

comércios ilegais da *zona*, entretanto, é também a sua maior fonte de intervenção nas estruturas estabelecidas. Como me disse uma “mãe de família” de uma das “casas de família” situada no bairro: “*meu marido vende espetinho aqui e eu vendo cachorro quente. Aqui [na zona] um depende do outro. Se o bairro para, todo mundo perde*”.

A possibilidade de circulação, entretanto, não é uma opção legítima diante de outras trabalhadoras sexuais do bairro, em especial aquela que estão há mais tempo no Jardim Itatinga e têm a zona como um espaço permanente em suas vidas. A maioria das interlocutoras dessa pesquisa faz parte desse grupo, e identificando a prostituição com suas atividades “profissionais”, estabelecem vínculos mais consolidados com o bairro. São essas mulheres, para quem a opção de partir não é desejada ou possível, que participam de algumas iniciativas de organização de mulheres trabalhadoras no bairro, como a passeata descrita acima. Trata-se de outra forma de resistência possível, que enxerga na organização coletiva de mulheres prostitutas uma possibilidade de enfrentar alguns problemas decorrentes da “gestão de ilegalismos” no bairro que lhe atingem diretamente, em especial à violência em decorrência das arbitrariedades policiais.

Trata-se de um caminho lento e com pouca adesão no bairro. No entanto, sua importância consiste fundamentalmente na visibilidade dada às especificidades da Zona para além das fronteiras do bairro Jardim Itatinga. Tal iniciativa vem gerando uma interessante experiência de parcerias entre outros setores sociais e o bairro, que historicamente sempre esteve confinado espacialmente e também politicamente. Analisaremos com mais atenção esse tema no próximo capítulo.



## Capítulo 3

### A Zona no Movimento de Prostitutas

#### 3.1 Ativismo feminista e prostituição

A elaboração de um discurso político a partir da realidade da *Zona* vem contribuindo para agregar novas parcerias e problematizações à militância de mulheres prostitutas na cidade de Campinas.

Entendendo o Itatinga como um bairro com predominância de trabalho feminino e pertencente a uma parcela da cidade identificada como *periferia*, alguns movimentos sociais da cidade têm se aproximado da Associação Mulheres Guerreiras para firmarem ações conjuntas que, a meu ver, caminham no sentido de desestabilizar o engessado debate sobre a prostituição “ser ou não um trabalho”<sup>148</sup>.

Este é um ponto controverso dentro do ativismo feminista brasileiro. Segundo Olivar e Skackauskas (2010) trata-se de um tema polêmico, o que explica a tendência em evitá-lo, a fim de impedir desavenças e/ou fraturas na composição dos movimentos sociais e organizações políticas. Quando, entretanto, aparece, manifesta-se de formas diversas, sem coesão de posicionamento entre militantes feministas e entidades representativas de prostitutas. Com raras exceções, não existe dentro das próprias organizações feministas um consenso sobre o assunto.

No entanto, acredito que têm se processado mudanças importantes neste cenário, especialmente nos últimos três anos. Principalmente no circuito paulista, é perceptível a busca por novos fôlegos e a preocupação das organizações de esquerda em realizar debates internos sobre o tema da prostituição para construir posicionamentos públicos coesos.

Historicamente, embora o tema da prostituição não tenha sido prioritário dentro da agenda do movimento feminista nacional, sempre gerou elevado grau de interesse e de

---

<sup>148</sup> Ver, por exemplo, a cartilha “Prostituição: uma abordagem feminista”. Disponível em <http://www.sof.org.br/artigos/prostituicao-uma-abordagem-feminista> (acessado em 22/02/2014).

ambivalência nos círculos de prática política feminista. Através de entrevistas com antigas militantes feministas de São Paulo, Piscitelli (2013b) observa que nas décadas anteriores aos anos 1990 existia uma expressiva positividade em relação ao tema da prostituição dentro do feminismo nacional, que podia ser percebida através da maior abertura de jornais e revistas feministas às falas de militantes do recém-criado movimento de prostitutas e também pela produção de obras nas quais a figura da mulher prostituta fugia da imagem da mulher “desgraçada” (2013b, p. 121).

Entretanto, a partir da década de 1990 há a percepção de um aumento da negatividade sobre a prostituição no interior dos circuitos feministas. Piscitelli associa essa transformação a uma crescente institucionalização do movimento feminista, bem como à vinculação a organismos internacionais, em especial na virada do século XX, quando se ampliam as articulações feministas transnacionais. Essas articulações enfatizaram o campo institucional como arena privilegiada de disputa e possibilitaram a criação de grandes redes e fóruns sob a agenda feminista internacional. Também trouxeram com força o debate sobre tráfico de mulheres e turismo sexual para a pauta do movimento feminista.

Ainda de acordo com Piscitelli (2013a), embora as primeiras formulações teóricas dos feminismos transnacionais oferecessem olhares diversos para o fenômeno da migração de brasileiras através das fronteiras, na esfera do ativismo, essa pluralidade foi reduzida ao âmbito da violência e à eleição do “tráfico de mulheres” como forma máxima da violação dos direitos das mulheres<sup>149</sup>.

As discussões acerca do tráfico de mulheres promovidas dentro de grandes organizações nacionais, como a Marcha Mundial das Mulheres<sup>150</sup> e a Articulação de

---

<sup>149</sup> Apesar da atenção dada pelo feminismo brasileiro ao tráfico internacional de mulheres para fins de exploração sexual, o crime constitui uma parcela pequena do número de denúncias de violações sofridas por mulheres migrantes brasileiras em países europeus. De acordo com dados da Central de Atendimento à Mulher brasileira no exterior, a maioria dos atendimentos realizado em Portugal, Espanha e Itália referiam-se a casos de violência doméstica (71,25%). O tráfico internacional de pessoas corresponde a apenas 5% das ocorrências listadas (Piscitelli, 2013a).

<sup>150</sup> A Marcha Mundial de Mulheres é um movimento social criado em 2000 que tem como foco de atuação a luta mundial das mulheres contra a “pobreza e a violência” feminina. Atualmente está organizada em vários países do Mundo. O secretariado da MMM está no Brasil desde 2006, mais especificamente sob responsabilidade da Ong Sempre Viva Organização Feminista (SOF), sediada em São Paulo.

Mulheres Brasileiras (AMB)<sup>151</sup>, embora apareçam de alguma forma associadas às questões delicadas que relacionam a migração e a fragilidade da proteção social do trabalho feminino, colocam ênfase no tráfico de mulheres, analisando a sua vinculação com a prostituição e com a mercantilização do corpo da mulher nos contextos da globalização (Piscitelli, 2013a).

Especificamente a partir da Marcha Mundial de Mulheres (MMM) são crescentes as campanhas e publicações que interpretam o tráfico de mulheres como *continuum* de um processo de globalização da prostituição e, por isso, progressivamente tratam o tráfico de mulheres e a prostituição de forma indiscriminada. Para essa organização, a prostituição seria uma forma da consolidação das relações de dominação masculina sobre o corpo feminino (subjugando-o à condição de mercadoria); e o tráfico de mulheres, a forma extremada como essa dominação atravessa as fronteiras nacionais, acompanhada do cárcere e de intensas violações de direitos humanos. No debate da MMM, a distinção entre prostituição livre e prostituição forçada não faz sentido: se a “comercialização do corpo” é um processo marcado pela estrutura violenta de gênero, ela não pode ser lida como prática dotada de “liberdade”<sup>152</sup>. Segundo um trecho do manifesto construído no último encontro internacional da Marcha Mundial de Mulheres:

A uma economia de mercado corresponde uma sociedade de mercado, com destaque para a expansão da mercantilização em todas as dimensões da vida humana. Isso se dá especialmente com a exploração do corpo das mulheres, desde a indústria da beleza, até o tráfico e a prostituição. Nosso corpo é constantemente controlado e regulado a partir de padrões morais de sexualidade – heteronormativa, fállica, lesbofóbica e focada no prazer masculino – e na maternidade.

---

<sup>151</sup> A Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) surgiu em 1994, no contexto da pré-conferência mundial sobre a Mulher, em Pequim, em 1995. Ela articula organizações de mulheres de todos os estados brasileiros. (Piscitelli 2013a)

<sup>152</sup> Ver a publicação “Apagar a luz vermelha, acender a chama do feminismo”. Disponível em <http://marchamulheres.wordpress.com/2013/02/20/apagar-a-luz-vermelha-acender-a-chama-do-feminismo/> (acessado em 23 de fevereiro de 2014).

Reafirmamos que a prostituição é estruturante do sistema capitalista e patriarcal. Nossa visão não é nem liberal, nem moralista, mas reconhece o direito das mulheres viverem sua sexualidade livremente. Repudiamos a cooptação do discurso feminista “meu corpo me pertence” para “meu corpo é meu negócio”. Por isso, somos contra o projeto do Deputado Jean Wylis, que, ao invés de contribuir para a melhoria de condições de vida das prostitutas, legaliza a sexualidade como um serviço mercantil, reforça a cafetinagem e aprofunda a exploração das mulheres”<sup>153</sup>.

Dessa forma, é reforçada uma leitura particular da noção de “exploração”, tida como sinônimo de prostituição. Segundo Piscitelli (2012), a noção de “exploração sexual” é um termo controverso dentro dos códigos legais e do ativismo brasileiro e está em constante disputa.

Entre o período de 2000 a 2009, o Código Penal brasileiro referia-se ao termo “exploração sexual” especificamente para definir “exploração sexual de crianças e adolescentes”. Embora o lenocínio (atividade de “tirar proveito da prostituição alheia”<sup>154</sup>) fosse criminalizado, a prostituição de adultos não era entendida no código penal, pelo menos explicitamente, como “exploração sexual”. No entanto, desde a reforma do Código Penal Brasileiro em 2009, o termo “exploração sexual” passou a ter lugar de destaque nos códigos que versam sobre a prática da prostituição. Assim, a partir de uma escrita ambígua, tal ordenamento parece adotar a prostituição como forma de exploração sexual. Nas palavras de Piscitelli (2012):

Nessas modificações, os artigos voltados para a prostituição que no passado estavam agrupados sob o título “Dos crimes Contra os Costumes” passaram a ser incluídos no título ‘Dos crimes contra a Dignidade Sexual’. E os artigos, que na versão de 1940 trataram do ‘Lenocínio e do tráfico de mulheres’, a partir das

---

<sup>153</sup> Documento final do 9º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres: “Feminismo em Marcha para mudar o mundo” (São Paulo, 25 a 31 de Agosto de 2013). Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/25715> (acessado em 23/02/2014).

<sup>154</sup> Artigo 230 do Código Penal Brasileiro: “Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte por quem a exerça”. Esse artigo não foi alterado pela Reforma do Código Penal de 2009.

alterações de 2005 passaram a tratar ‘Do Lenocínio e do Tráfico de Pessoas’ e, em 2009, ‘Do Lenocínio e do Tráfico de Pessoas para fim de Prostituição ou Outra Forma de Exploração Sexual’. A partir das modificações de 2009, vários desses artigos (228, 229, 231 e 231 a) passaram a referir-se a exploração sexual. E o fazem em termos que, sem definir a exploração sexual, parecem tornar essa expressão sinônimo de prostituição (Piscitelli, 2012, p. 2).

Existem algumas iniciativas que, inspiradas pela perspectiva trabalhista da prostituição, vêm propondo mudanças nessas leis, buscando separar a prostituição forçada da prostituição livre, gerando novas definições para o termo “exploração sexual”.

É o caso do anteprojeto proposto em 2012 para a Reforma do Código Penal<sup>155</sup>. Este projeto de lei contempla um artigo específico para definir “exploração sexual” (Artigo 183) considerando-a como ato de “*obrigar alguém a exercer a prostituição ou impedir ou dificultar que alguém a abandone*”. O texto também suprime os artigos que criminalizam a casa de prostituição e distingue como “tráfico de pessoas” apenas os casos de deslocamentos em que haja

Grave ameaça, violência, coação, fraude, exercida sobre uma pessoa para submetê-la a qualquer forma de exploração sexual (entendida como prostituição forçada), ao exercício de trabalho forçado, ou a qualquer trabalho em condições análogas à de escravo, ou para a renovação de órgãos ou parte do corpo da pessoa<sup>156</sup>. (Piscitelli, 2012, p.3)

Outro exemplo de tentativa de transformação do Código Penal é o Projeto de Lei 4211/2012, de autoria do deputado federal Jean Wyllys<sup>157</sup>, que propõe uma definição

---

<sup>155</sup> Projeto de Lei do Senado n. 236 de 2012.

<sup>156</sup> Atualmente, o Código Penal possui dois artigos que legislam sobre o tráfico de pessoas para fins de “exploração sexual”: 231 e 231-A. O primeiro define o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual a partir do ato de “*promover ou facilitar a entrada de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro*”); o segundo diz respeito ao tráfico interno, definido como “*promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual*”. Note-se que nos dois artigos as concepções de tráfico não fazem distinção entre migração forçada ou consensual.

<sup>157</sup> Gabriela Leite é o nome da principal liderança do movimento de Prostitutas do Brasil, figura de grande representatividade em âmbito nacional e internacional. Era coordenadora da Ong Davida e também da Rede Brasileira de Prostitutas. Faleceu recentemente, no dia 10 de outubro de 2013.

diferenciada de “exploração sexual”: além de distinguir entre prostituição forçada e prostituição consentida, também acrescenta noções de abusos advindos da relação patrão/trabalhador(a) ou cliente/trabalhador(a). Assim, de acordo com a chamada “Lei Gabriela Leite”:

Art. 2º - É vedada a prática de exploração sexual.

Parágrafo único: São espécies de exploração sexual, além de outras estipuladas em legislação específica:

I- apropriação total ou maior que 50% do rendimento de prestação de serviço sexual por terceiro;

II- o não pagamento pelo serviço sexual contratado;

III- forçar alguém a praticar prostituição mediante grave ameaça ou violência<sup>158</sup>.

Esta definição de exploração sexual incorpora a perspectiva da prostituição como trabalho, além de incluir elementos referentes às noções de exploração econômica, presentes tanto em relatos de trabalhadoras sexuais (Piscitelli, 2012) quanto em algumas leituras de orientação marxistas que analisam as desigualdades na relação empregador/empregado dentro do trabalho assalariado (Araujo, 2008).

Essas propostas de redefinição do termo “exploração sexual” são totalmente descartadas por entidades vinculadas à Marcha Mundial de Mulheres. A Sempreviva Organização Feminista (SOF), Ong responsável pelo secretariado da Marcha Mundial das Mulheres, lançou uma cartilha e um vídeo cujo objetivo é, na busca de “*construir um feminismo que apresente uma visão integral sobre a opressão das mulheres*”, oferecer elementos para a “*compreensão da prostituição e do seu papel estruturante no patriarcado*”. Neste material realizam críticas diretas ao projeto de Jean Wyllys:

Na prática, essa categorização legaliza o “cafetão” como essa terceira pessoa que apreende até 50% do valor do programa, deturpando a ideia de exploração sexual. Ao separar a prostituição da exploração sexual, o serviço sexual livre do serviço sexual forçado, há uma intenção de legitimar a prostituição como um serviço que

---

<sup>158</sup> PL 4211/2012 (“Lei Gabriela Leite”). Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=551899>.

pode ser comercializado, e o discurso da profissão do sexo passa a ser um disfarce para despenalização da cafetinagem. Assim, o projeto de lei prevê o livre funcionamento das casas de prostituição (Faria; Coelho; Moreno, 2013, p. 15).

Essas formulações ressoaram na militância feminista nacional, especialmente dentre as correntes identificadas com o campo da esquerda, que também problematizam os prejuízos de uma economia de mercado na vida das mulheres<sup>159</sup>. Entretanto, não se pode afirmar que tal pensamento seja hegemônico dentro dos debates feministas.

Piscitelli (2013a, 2013b) e Sckackauskas (2011) nos mostram a heterogeneidade de posicionamentos de militantes feministas sobre esse tema: algumas reiteram o discurso abolicionista formulado pela Marcha Mundial das Mulheres; outras, intermediárias, argumentam que, apesar de considerarem a prostituição uma objetificação da mulher, não podem se opuser à regulamentação, uma vez que se trata de uma reivindicação da própria categoria organizada. Também assinalam a existência de posicionamentos mais “abertos”, entendedores da prostituição como um direito de escolha das mulheres ou que, analisando a realidade de outros trabalhos femininos mal remunerados, destacam a prostituição como uma possibilidade mais vantajosa de ocupação (Piscitelli, 2013b, p.136). Finalmente, é importante ressaltar que esses posicionamentos frequentemente refletem posturas individuais das militantes, e não um discurso unívoco de suas organizações.

De maneira geral, pode-se dizer que até o ano de 2012 a MMM era a única organização feminista que oferecia oficialmente uma posição concisa sobre o tema da prostituição no Brasil. No entanto, como já dito anteriormente, outros movimentos vêm colocando de forma organizada nas suas agendas o tema da prostituição, tanto reforçando argumentos abolicionistas quanto defendendo uma maior abertura para se pensar a prostituição ou apoiar grupos organizados de profissionais do sexo que buscam a regulamentação dessa ocupação.

Tal mudança pode ser entendida por uma confluência de fatores. O primeiro, e talvez mais relevante, seja o reflexo de vinte e sete anos de luta de organizações de

---

<sup>159</sup> Ver publicação do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU): “A regulamentação não é saída para a prostituição”. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/node/19610>. O coletivo de mulheres do PSTU realizou entre 2012 e 2013, em Campinas, dois encontros específicos para se discutir a questão, dos quais resultou tal posicionamento.

trabalhadoras sexuais no cenário nacional e a permanência de ações por parte dessas organizações, aliadas a pesquisadores e ativistas, para fortalecer a perspectiva trabalhista<sup>160</sup> da prostituição como campo de atuação política.

O movimento organizado de prostitutas pode ser considerado um fenômeno recente, sendo datado dos anos 1980 e 1990 o surgimento dos principais grupos organizados representantes da categoria. Esses coletivos possuíam como bandeiras a luta contra a violência policial e a busca por direitos humanos, civis e sociais e têm como marcos na América Latina as manifestações realizadas no Equador em 1982, no Brasil em 1987 e no Uruguai em 1988 (Piscitelli, 2005)<sup>161</sup>.

O discurso trabalhista no Brasil teve uma repercussão significativa, situando de forma inovadora e polêmica o debate acerca da prostituição no cenário público. Utilizando uma linguagem renovada, traçou paralelos entre o exercício da prostituição e outras profissões de forma tão elaborada que atualmente é incomum encontrar trabalhos sobre o tema que desconsiderem essa polêmica. A importância desta corrente é tamanha que refletiu, em um período de apenas doze anos, na criação de aproximadamente 40 associações de prostitutas que utilizam materiais de divulgação com as terminologias “trabalhadoras do sexo” ou “profissionais do sexo” e discutem a bandeira da regularização da profissão (César, 2011, Olivar, 2012).

A repercussão também foi significativa no interior das correntes feministas, que atualizaram seus debates sobre o tema. Algumas militantes e organizações se abriram para os argumentos trabalhistas, incorporando-os em suas reflexões sobre o tema. Outras organizações, como a Marcha Mundial das Mulheres, precisaram renovar seus argumentos

---

<sup>160</sup> Tal perspectiva também é chamada de “despenalizadora” ou “laboral”.

<sup>161</sup> Dado o fato de ser um movimento recente, descentralizado e com grandes dificuldades de financiamento, ainda é difícil sintetizar unidades políticas no seu interior. Entretanto, podemos dizer, grosso modo, que há disputa em torno de qual modelo jurídico defender. A linha hegemônica é a da perspectiva trabalhista, ou seja, a luta para que a prostituição seja considerada uma profissão, podendo a mulher prostituta ser registrada como autônoma ou como empregada, devendo seu empregador arcar com os encargos sociais daí derivados. Nesse caso, um primeiro passo seria descriminalizar os chamados empregadores – que, segundos o termo jurídico atual, são os cafetões – legalizando os aparelhos econômicos que circundam a troca comercial do sexo (bordéis, hotéis, agentes publicitários etc). Mas há correntes que não acreditam na regulamentação como um caminho possível, tendo em vista que não representaria ganhos reais para as trabalhadoras sexuais (Entrevista, maio de 2005).

contrários ao reconhecimento da prostituição como prática legítima diante dos desafios colocados pela perspectiva trabalhista. Para outros segmentos feministas, o desafio foi de conciliar as morais abolicionistas com alguns valores centrais na prática feminista brasileira: as noções de *experiência* e da bandeira da *auto-organização das mulheres* na construção das pautas feministas.

Esses são conceitos bastante discutidos no cenário acadêmico (Costa, 2002; Piscitelli 2002; Scott, 1992), mas que parecem possuir um sentido homogêneo nas falas de ativistas e são utilizados para eleger como conhecimento privilegiado as situações *experienciadas* por mulheres nos seus diferentes contextos. Tal conhecimento deve ser formulado/descoberto/enunciado nos espaços onde as mulheres se apresentam como principais sujeitos políticos e deve transpor a fronteira de um problema individual caminhando em direção a uma luta coletiva “das mulheres”.

Tal postura foi percebida em alguns encontros realizados ao longo de 2012 e 2013 na cidade de Campinas<sup>162</sup>, como, por exemplo, no evento organizado pela Marcha das Vadias de Campinas com o tema “Autonomia no Combate à Violência Contra a Mulher”<sup>163</sup>, onde estiveram na mesma mesa representantes da Ong Promotoras Legais Populares (PLPs)<sup>164</sup>, representantes da Associação Mulheres Guerreiras e representantes do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas.

Tanto no debate citado, quanto nas reuniões preparatórias do evento, houve uma grande identificação das bandeiras de luta por direitos trabalhistas entre as trabalhadoras sexuais e domésticas, ambas apoiadas pelo projeto das Promotoras Legais Populares. A fala de uma representante das PLPs nos mostra a predominância da noção de *experiência* e da

---

<sup>162</sup> Ao longo de 2012 e 2013 foram construídas diversas ações que integravam coletivos feministas e representantes da Associação Mulheres Guerreira: “Profissionais do Sexo: Unidas pelo Respeito” (29/02/2011); “Autonomia no Combate à Violência Contra as mulheres (10 /11/2012), “Curso Economia Solidária e Economia Feminista: Autogestão no Trabalho e na Vida” (maio-junho de 2013); Reuniões preparatórias para o ato do Dia Internacional de Combate à Violência contra as mulheres (agosto-novembro de 2013). Alguns desses encontros tiveram como foco específico a discussão do trabalho sexual. Em outros, embora esse não fosse o tema principal, foi reservado espaços para sua discussão.

<sup>163</sup> Campinas, 10 de novembro de 2012. Estação Guanabara. Diário de Campo.

<sup>164</sup> Associação vinculada a União de Mulheres de São Paulo que tem como ação principal o oferecimento de um curso de “capacitação legal” para mulheres, que conta com o apoio da Promotoria Pública Regional. As aulas são dadas por ativistas, professores universitário, promotores e juizes da região.

legitimidade da *auto-organização* da luta das mulheres em relação à polêmica que envolve o tema:

Quando eu estou aqui, ouvindo o que você [trabalhadora sexual representante da Associação Mulheres Guerreiras] fala, não importa mais o que eu, Suely, penso sobre prostituição. Me interessa o que você, como categoria organizada, está me informando. E como mulher organizada, eu devo lutar ao seu lado<sup>165</sup>.

Este posicionamento poderia ser lido como tentativa de postar-se “em cima do muro” (Olivar e Sckackauskas, 2010), ou, em outras palavras, como forma de manter o silêncio no que se refere aos debates sobre a prostituição. Mas também pode ser entendido como tática de algumas ativistas feministas no sentido de burlarem a paralisia e as desavenças geradas pelas polêmicas em torno do tema e se somarem no apoio à luta das trabalhadoras sexuais. Nesse sentido, enquanto o debate sobre a atividade prostitucional pouco avança, algumas feministas resgatam os princípios de experiência e auto-organização das mulheres para justificarem perante suas organizações o apoio a esse movimento.

Um segundo motivo que considero relevante para se entender iniciativas de algumas entidades feministas em realizar debates e definir posicionamentos mais coesos em relação ao tema da prostituição na cidade de Campinas tem relação com o descontentamento derivado da tentativa, por parte da Marcha Mundial das Mulheres, de constituir-se como pretensa interlocutora “do” feminismo no Brasil.

Acompanhei ao longo de 2013 a tentativa de se criar a “Frente de Luta Feminista de Campinas”<sup>166</sup>, cujo objetivo era a consolidação de um espaço com funcionalidade de fórum para discutir questões e ações conjuntas entre entidades de mulheres do município. Durante as reuniões, foram latentes as críticas à Marcha Mundial das Mulheres<sup>167</sup>, em especial à forma como suas pautas são construídas de “cima para baixo”, sem levar em consideração a

---

<sup>165</sup> Diário de campo, 10 de novembro de 2012.

<sup>166</sup> A “Frente de Luta Feminista de Campinas” foi constituída no início de 2013 com a participação dos seguintes coletivos: Coletivo das Vadias de Campinas, Promotoras Legais Populares, Sindicato das Domésticas, Associação Mulheres Guerreiras, Grupo Identidade, Coletivo Juntas e feministas autônomas.

<sup>167</sup> Essas críticas apareciam recorrentemente ao longo das reuniões. No entanto, houve um debate interno para que a Frente não se constituísse como espaço de “oposição” à Marcha Mundial das Mulheres na cidade.

articulação de outras entidades feministas<sup>168</sup>. Por isso depositavam expectativas de que a “Frente Feminista” poderia ser um espaço construído de forma horizontal com as demais organizações feministas<sup>169</sup>.

Um dos temas destacados ali como necessários para o debate coletivo foi o posicionamento a respeito do Projeto da “Lei Gabriela Leite”, que buscava regulamentar a prostituição, tendo em vista que a Marcha Mundial construiu um posicionamento e o levou para o debate público como “o” posicionamento do movimento feminista, sem levar em consideração o processo de discussão interna de outras organizações sobre o tema.

Nesse sentido, ao longo de 2013, alguns coletivos de mulheres de Campinas e São Paulo iniciaram ciclos de debates sobre o tema. A União de Mulheres de São Paulo realizou em agosto uma oficina chamada “História das Mulheres e a Prostituição”<sup>170</sup>. Também coletivos jovens de Campinas – Coletivo das Vadias<sup>171</sup>, Coletivo “Juntas”<sup>172</sup> e o recém-criado coletivo “Levanta Povo”<sup>173</sup> – iniciaram reuniões conjuntas com representantes da Associação Mulheres Guerreiras para debaterem e “entenderem” a “realidade” do trabalho sexual na cidade, podendo formular suas opiniões “sem mitos e sem preconceitos”<sup>174</sup>. O coletivo “Levanta Povo”, em especial, além de indicar posicionamentos sobre a prática da prostituição, está preocupado em incluir o Jardim Itatinga em suas articulações, tendo em

---

<sup>168</sup> Diário de campo, maio de 2013. Parece existir, no município de Campinas, uma cortina de fumaça entre a Marcha Mundial das Mulheres e esses coletivos feministas participantes da Frente. Embora exista claramente uma oposição à MMM, ela não é declarada formalmente. Representantes da MMM, apesar de constantemente convidadas, não participavam dessas reuniões, assim como alguns coletivos da frente também não participavam das atividades propostas pela MMM.

<sup>169</sup> Diário de Campo, maio de 2013.

<sup>170</sup> Oficina “História das Mulheres e Prostituição”, 16 e 30 de agosto de 2013, São Paulo. Oficineira: Margareth Rago. Embora não tenha participado dessa oficina, ao questionar uma integrante da União de Mulheres de São Paulo sobre o enfoque dado ao tema, ela me informou que o debate levou em consideração a forma como foram construídas as ideias de mãe e prostituta em nossa sociedade e a história do movimento organizado de prostitutas no Brasil. Diário de campo, outubro de 2013.

<sup>171</sup> Coletivo das Vadias de Campinas foi um grupo criado em 2011 a partir da realização da Marcha das Vadias nesse mesmo ano no município. É composto por mulheres com idades entre 20 a 34 anos, todas com passagem por Universidades Públicas do Estado de São Paulo. Esse coletivo realizou diversas atividades no município de Campinas desde sua criação, incluindo atividades culturais, manifestações, oficinas em escolas públicas e a articulação de redes de grupo de mulheres e feministas em Campinas.

<sup>172</sup> Coletivo de mulheres do Grupo “Juntos”. Tal grupo surgiu também em 2011 em São Paulo e se define com um grupo da juventude “dos indignados”. Ver: <http://juntos.org.br/quem-somos/>.

<sup>173</sup> O Coletivo Levanta Povo é formado por jovens artistas moradores dos bairros de Periferia localizadas no “Eixo Santos Dumont”. Suas principais atividades são sarais culturais nessas regiões, através dos quais buscam realizar atividades de integração entre outros coletivos situados na periferia.

<sup>174</sup> Diário de Campo, dezembro de 2013.

vista que a *zona* também constitui o “Eixo Santos Dumont” e que, segundo uma interlocutora, “*sempre estivemos perto e longe das mulheres que estão aqui. Por isso queremos entender e nos aproximar, pois antes de tudo, somos todos periferia*”<sup>175</sup>.

Nesse sentido, o grupo de mulheres desse coletivo de jovens está se esforçando para inserir a *zona* no circuito cultural de seus saraus e em outras ações que busquem discutir a realidade da violência institucional nas periferias da cidade. O debate da prostituição passa a não ser mais o central. Uma atualização do tradicional silêncio do movimento feminista sobre prostituição? Talvez. Mas também uma forma de reconhecer a existência de outras relações na *zona* que não apenas a da prostituição.

Por fim, outro elemento importante de entendimento da renovação que o debate sobre prostituição percebe nesses últimos três anos é a repercussão gerada pela prática de grupos que recolocam com clareza, no centro do debate sobre violência sexual, a reflexão acerca do corpo e da sexualidade. As manifestações da Marcha das Vadias no Brasil são exemplo desta descrição.

A Marcha das Vadias surgiu em 2011 no Canadá e tem como pauta de maior destaque a crítica à culpabilização das mulheres vítimas de agressão sexual. A força desse movimento e sua rápida difusão internacional refletem a importância que a temática da violência sexual possui na sociedade – seja evocada por feministas seja por não feministas – e também a inovação simbólica que o corpo feminino assume em suas manifestações públicas.

Utilizando o nu como elemento contestatório de destaque, a Marcha das Vadias aposta em mobilizações performáticas, chamando atenção principalmente de segmentos jovens da população. Mulheres jovens, principalmente vinculadas ao público universitário, identificam-se com o slogan “meu corpo, minhas regras”, percebendo nele a possibilidade de questionar a realidade da violência sexual contra as mulheres a partir de uma discussão sobre a própria sexualidade feminina.

No Brasil, esse movimento teve grande repercussão. Em menos de seis meses se espalhou por inúmeras regiões, alcançando, até o final de 2011, ao menos 30 municípios. Embora inicialmente as primeiras organizadoras brasileiras afirmassem que Marcha não era

---

<sup>175</sup> Diário de Campo, dezembro de 2013.

feminista e sim feminina<sup>176</sup>, ela foi rapidamente apropriada por grupos feministas, especialmente de jovens, que viram coincidência de suas bandeiras históricas contra a violência sexual e o fascínio por outras formas de manifestações (irreverentes, fugindo do tradicionalismo das manifestações do campo da esquerda<sup>177</sup>).

Inicialmente, o movimento feminista vinculado à Marcha Mundial das Mulheres mantinha uma postura desconfiada em relação à Marcha das Vadias, fazendo críticas moderadas, mas procurando antes entender o forte poder de agregar jovens mulheres. Na medida em que se radicalizam algumas bandeiras sobre o corpo, a distinção entre a Marcha das Vadias e esses coletivos feministas vão ficando mais marcadas.

Durante o “Seminário Internacional Feminismos, Economia e Política”<sup>178</sup>, organizado pela Marcha Mundial das Mulheres em agosto de 2012, foi reservado um período para se discutir os “novos olhares do feminismo”. Esse momento foi preenchido quase que exclusivamente para a discussão do “fenômeno da Marcha das Vadias” e seus significados para o ativismo feminista brasileiro. Havia um reducionismo automático das manifestações da Marcha das Vadias a uma defesa da “legalização da prostituição” – termo abolicionista utilizado para se referir aos projetos de despenalização das atividades relacionadas à exploração. A palestrante discorria sobre o perigo das palavras de ordens desses movimentos – “somos todas vadias”, “meu corpo minhas regras” – que, segundo ela, era uma forma de banalizar o tema: “é limpar a cara da exploração sexual colocando em igualdade a mulher que quer ser livre e a mulher e a criança que são exploradas”<sup>179</sup>.

De fato, alguns coletivos da Marcha das Vadias no Brasil caminharam para uma discussão que, ao invés de negar o termo *Vadia*, buscava ressignificá-lo. Propunham então a vivência *Vadia*, mesmo que de forma performática, para questionar a existência de

---

<sup>176</sup> Diário de campo, setembro de 2011. Este debate foi travado no interior da Marcha das Vadias da cidade de São Paulo, mas rapidamente o espaço da organização desse coletivo foi assumido por militantes que o vincularam ao movimento feminista.

<sup>177</sup> É importante destacar que, no Brasil, a Marcha das Vadias se organiza através de coletivos independentes e que não há uma articulação nacional entre eles. De forma geral, existe certa homogeneização em torno do público participante – jovens universitárias – e também nas ações propostas. Mas esse formato de organização possibilita que haja posicionamentos diversos entre um ou outro coletivo.

<sup>178</sup> Seminário Internacional Feminismo, Economia e Política. Organização – Desafios e propostas para a igualdade e autonomia das mulheres. Organização: Sempreviva Organização Feminista. 28 a 30 de agosto de 2012. São Paulo- SP

<sup>179</sup> Diário de campo, 29 de agosto de 2012.

normas que qualificam e hierarquizam os comportamentos das mulheres. Ganham força bandeiras como “somos todas vadias” ou “somos putas, somos santas, somos livres” em detrimento de outros dizeres, como “nem santas, nem putas”. O corpo também adquire papel central nessas manifestações, saindo do lugar de objeto passivo do discurso, sobre o qual se fala, para um agente de ação, através do qual se comunica, protesta-se e disputam-se significados. Há um esforço em traduzir no corpo e em outras linguagens as discussões importantes ao feminismo.

São nítidas as semelhanças com elementos da política *queer*, que pretende colocar em xeque a “normalidade do normal” através de intensa performatividade de elementos considerados como marginais. Assim, poderíamos pensar que, para além de se rebelar contra a situação marginal, a marcha das vadias caminha para uma política que pretende desfrutar da situação de Vadia, buscando assim atacar as fronteiras instituídas sobre o comportamento feminino<sup>180</sup>.

O “desfrutar da Vadiagem” colocou para alguns coletivos da Marcha das Vadias um debate fundamental dentro da proposta de questionar as barreiras e normas impostas à sexualidade feminina: o lugar social da prostituição e a aproximação das “vadias profissionais”<sup>181</sup>. Especificamente os coletivos da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro e Campinas propuseram-se a essa reflexão, realizando atividades conjuntas com organizações

---

<sup>180</sup> Da proposta de “desfrutar do ser vadia” nasce uma importante crítica à Marcha das Vadias, realizada por grupos feministas negros, que a acusam de excluir a luta das mulheres negras. Através de uma carta lançadas em setembro de 2011, a Black Women Blueprint, apoiada por dezenas de organizações feministas e do movimento negro americano, argumenta que as mulheres negras não podem assumir o termo vadia e andar com a mesma segurança que as canadenses por suas comunidades; que o peso do patriarcado e do racismo incide de outra forma sobre o corpo das mulheres negras; e que sua luta por anos é justamente para se livrarem do estigma da palavra *whore*, que sexualiza e transforma em alvo de violência seus corpos. No Brasil, entretanto, o debate incorpora posições favoráveis e contrárias neste sentido. Diversos grupos de mulheres negras que participam da Marcha das Vadias escrevem textos explicando porque acreditam que se apropriar do nome Vadia é uma ferramenta de luta eficaz no combate à violência racista e sexista. Ver “Manifesto Mulheres Negras de Curitiba” (Disponível em: <http://marchadasvadiascwb.wordpress.com/manifestos/manifesto-mulheres-negras-de-curitiba/>); “A Carne Negra: “Nota Pública sobre expulsões na Marcha das Vadias – DF 2013”, Disponível em: <http://marchadasvadiasdf.wordpress.com/2013/07/02/nota-publica-sobre-expulsoes-na-marcha-das-vadias-df-2013/>. Essa polêmica também abriu caminhos para se problematizar outro elemento polêmico dentro do movimento: quais são os corpos que estão se comunicando nas ruas? Tais críticas destacam que os corpos expostos nus nas ruas são justamente aqueles que condizem com um determinado padrão de beleza, socialmente aceito: não negras, não gordas e jovens. Além disso, dentro do debate internacional, algumas profissionais do sexo denunciam o movimento por criarem uma imagem caricaturada e extravagante do que seria ser puta, que pouco foge do estereótipo traçado pelo senso comum.

<sup>181</sup> Diário de Campo, junho de 2012.

de trabalhadoras sexuais e inserindo como uma frente de suas ações o apoio à regulamentação da prostituição e a luta pelas desestigmatização do trabalho sexual<sup>182</sup>.

Essa postura se diferencia daquelas citadas anteriormente, em que o apoio à luta das profissionais do sexo se justifica por sua existência enquanto “categoria de mulheres organizadas”. Esses coletivos da Marcha das Vadias passaram a considerar que o repensar das fronteiras que estabelecem distinções entre o comportamento sexual feminino, incluindo o trabalho sexual, é fundamental para se combater a violência sexual que atinge a vida das mulheres. Eles argumentam que o estigma que envolve a “puta” na nossa sociedade provém de uma mesma matriz moral que aquele que classifica os comportamentos feminismo entre adequados e não adequados, vadios e não vadios. Se ser “vadia” não é justificativa para ser violentada, ser “puta” também não é justificativa para ser marginalizada.

Assim, esses coletivos chamam para dentro do feminismo a responsabilidade de se discutir o trabalho sexual, e se posicionam de forma favorável à regulamentação e aos demais projetos que busquem garantias legais para que as prostitutas exerçam seu trabalho com dignidade e segurança. Defendem ainda que acabar com o estigma que envolve o trabalho sexual é uma continuidade necessária para se combater a violência sexual contra as mulheres de forma geral.

Esta postura é uma novidade no contexto do feminismo brasileiro, tendo em vista que o posicionamento explícito sobre trabalho sexual era assumido apenas dentro de organizações feministas próximas à perspectiva abolicionista. Embora existam diversos outros grupos de mulheres e feministas que discutem e apoiam a luta pela conquista de direitos das profissionais do sexo, os posicionamentos são feitos muitas vezes de forma

---

<sup>182</sup> Ver: “Vadias e Profissionais do Sexo: Unidas pelo Respeito” (disponível em: <https://marchavadiascampinas.milharal.org/2013/09/29/vadias-e-profissionais-do-sexo-unidas-por-respeito/>) e “Manifesto: Vadias Porquê?” (disponível em: <http://marchadasvadiasrio.blogspot.com.br/2013/07/manifesto-vadia-por-que.html>). Embora apenas os Coletivos do Rio de Janeiro e de Campinas tenham divulgado textos sistematizando seus debates, outros coletivos se mostram abertos ao tema, como, por exemplo, em Belém do Pará, onde há a participação ativa de militantes prostitutas que inserem na marcha suas bandeiras políticas. Ver: “Marcha das Vadias de Belém do Pará: lugar de mulher é onde ela quiser”. 15 de junho de 2012 In. Blogueiras Feministas <http://blogueirasfeministas.com/2012/06/marcha-das-vadias-lugar-de-mulher-e-onde-ela-quiser/>. Acessado em 08 de março de 2014

individual ou admitindo uma relação distante: assumem-se enquanto apoiadoras de organizações de prostitutas, mas não debatem a fundo a prostituição.

Nesse sentido, está sendo construído um posicionamento teórico dentro do ativismo brasileiro antagônico à perspectiva abolicionista. Se para as abolicionistas a prostituição é a forma máxima da violência de gênero e reflete o lugar atribuído à mulher na nossa sociedade, para esses coletivos a marginalização da prostituição é sintomática de como a relação mulher-corpo-sexo é sacralizada e determinante para se definir o mesmo lugar social da mulher, abrindo espaço para as violências sexuais às quais todas as mulheres estão sujeitas<sup>183</sup>. Em síntese, há uma apropriação do tema com o objetivo de combater a violência contra as mulheres. A bandeira do trabalho sexual não se resume, assim, à defesa das trabalhadoras, abrindo espaço para dialogar com outras violências sofridas por outras mulheres que não apenas a mulher trabalhadora sexual.

Embora a Marcha das Vadias esteja distante de construir uma hegemonia política dentro do movimento feminista, acredito que esses tensionamentos reverberaram dentro do feminismo regional. Um dos principais indícios é o número de organizações que se posicionaram publicamente sobre o tema (Mulheres da CUT, Coletivo do PSTU, SOF, Marcha das Vadias Campinas, Marcha das Vadias Rio de Janeiro) e outras que inseriram de forma explícita esse tema nas suas agendas de reflexão. (Coletivo Juntas, União de Mulheres de São Paulo, Projeto Promotoras Legais Populares Campinas e Coletivo Levanta Povo)<sup>184</sup>.

Para finalizar esta seção, gostaria de destacar também como nas “novas” manifestações o tema da sexualidade voltou à cena pública de forma irreverente, inovando

---

<sup>183</sup> O coletivo das Vadias de Campinas define-se como anticapitalista. Nesse sentido, também demonstra preocupações com o *status* da mercantilização da sexualidade feminina. Acredita que o sistema mercantil define padrões de sexualidades desejadas e as transforma em mercadoria. Mas reconhece que, embora evidentemente o trabalho sexual esteja dentro dessa lógica, ele não pode ser reduzido a isso. Ver: “Vadias e Profissionais do Sexo: Unidas pelo Respeito”. Disponível em: <https://marchavadiascampinas.milharal.org/2013/09/29/vadias-e-profissionais-do-sexo-unidas-por-respeito/>.

nos posicionamentos, mas também abrindo possibilidades de experimentação do fazer política. Uma política na qual o corpo também é protagonista, e o deboche, a paródia e a performance daquilo que não está na linha do aceitável interferem e subvertem os lugares comuns das ideias e dos discursos.

Essas formas criaram grande afinidade entre o Coletivo das Vadias e a Associação Mulheres Guerreiras no município de Campinas. Acredito que tal parceria ampliou os horizontes de atuação política de ambos coletivos. Para o Coletivo das Vadias, possibilitou uma reflexão séria sobre a importância do tema da prostituição no que diz respeito ao combate à violência sexual contra as mulheres; para as militantes prostitutas, acredito que a forma arrojada das Vadias de colocar o corpo sexualizado na política – possibilitada evidentemente por um certo privilégio social desfrutado por militantes brancas de classe média – facilitou a “saída do armário” de um tipo de “discurso militante da Zona”, onde o corpo não pode ficar mais ficar apagado, levando para a política alguns traços da zona.

### 3.2 A Puta Militância

*Utilizamos a aula de hoje para tratar de dois temas que foram recorrentes ao longo do curso<sup>185</sup> e que, por isso, as alunas solicitaram um espaço especial para discutir: a “PEC das domésticas” e a regulamentação das profissionais do sexo.*

*As representantes do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campinas presentes nesse encontro fizeram uma clássica fala política apresentando a organização, a história de sua entidade e suas principais reivindicações. Enfatizaram a importância da “PEC das Domésticas” para garantir direitos trabalhistas à categoria, entendendo a desigualdade legal do trabalho doméstico*

---

<sup>185</sup> Curso de Extensão “Economia Feminista e Economia Solidária: Autogestão no Trabalho e na Vida”, oferecido pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNICAMP (ITCP/Unicamp) e realizado entre os meses de maio e julho de 2013. Sua concepção e organização foram de responsabilidade do Grupo de Estudo e Pesquisa em Economia Solidária e Relações de Gênero (GEPES de Gênero) da ITCP/Unicamp e a coordenação geral coube à autora desta dissertação.

*em relação aos demais trabalhos como reflexo de valores racistas e sexistas herdados da escravidão.*

*Tais discriminações, além de significar praticamente a perda de direitos trabalhistas, também são entendidas como causadoras de diversas violências às quais frequentemente estão submetidas, como, por exemplo, abusos sexuais, racismos, violências físicas e psicológicas.*

*Após a fala do Sindicato das domésticas, passei a palavra para Talita, representando a Associação Mulheres Guerreiras, que falaria sobre as propostas de regulamentação da prostituição e sobre a falta de reconhecimento social do seu trabalho.*

*Talita levantou-se em silêncio. Foi até o centro da roda e esticou uma toalha de cetim vermelho no chão da sala. Abriu uma caixa e tirou de lá um vibrador com formato de pênis, gel lubrificante, várias camisinhas e uma calcinha fio dental. Colocou todos esses itens sobre o cetim vermelho.*

*Estava lindamente vestida com um 'tailleur' cinza e com sapatos de salto número quinze. Ainda em silêncio, olhou para todas as participantes que estavam ali – aproximadamente 50 mulheres de idades, profissões e perfis distintos – e começou a tirar sua blusa, ficando apenas de sutiã rendado vermelho.*

*Parou novamente, olhou para todas e começou a tirar sua calça. Quando estava apenas de sutiã e calcinha, olhei aflita para todas as participantes. Naquele espaço havia muitas mulheres ligadas à igreja e a setores do movimento feminista vinculados a correntes abolicionistas.*

*Como coordenadora do encontro, fiquei um tanto receosa com a recepção daquele ato não previsto nos scripts. Tratava-se de um ato de **transgressão** às formas tradicionais desses espaços de formação, onde, embora muito se fale sobre a normatização dos corpos e sexualidades – especialmente a feminina – não há formas criativas de **corporificar** esses debates. O corpo deve continuar ali, intacto, protegido, coberto, dentro das normas que tão enfaticamente criticamos.*

*Enquanto me prendia a essa preocupação momentânea, percebi que o ‘striptease’ continuava, cada vez mais sensualizado. Talita reproduzia um dos serviços que prestava nos seus programas, retirando o sutiã e a calcinha enquanto rebojava e passava as mãos pelo corpo.*

*Quando já se encontrava totalmente despida, usando apenas o sapato de salto, disse: “Ah, me esqueci de algo”. Agachou e introduziu dois dedos na vagina, puxando para fora o fio de um absorvente interno que estava ali dentro. E disse: “às vezes também estamos menstruadas”.*

*Mais apreensiva, olhei novamente para todas as participantes. Uma fotografia de suas expressões possibilitaria uma ótima fonte de análise sobre o contexto do movimento feminista e sua relação com o debate sobre corpo, sexualidade e prostituição. Alguns rostos desconcertados, desviando o olhar, outros literalmente de “boca aberta”, outros com um sorriso dentro de uma feição de espanto, algumas nervosamente se deliciando com aquela cena, e outros me olhando com uma expressão de “o que é isso?”. Até Dona Maria<sup>186</sup>, conhecida por dormir em grande parte dos eventos que participa, olhava com seus olhinhos espertos por cima dos óculos enquanto expressava um lindo sorriso nos lábios.*

*Ao final, Talita se levantou, olhou para todos com as mãos na cintura e disse: “Tem algo de errado nisso? Eu faço isso todos os dias – cinco, seis, até dez vezes por dia – durante vinte anos da minha vida. E eu nunca fiquei tão nervosa quanto aqui, fazendo para vocês”.*

*Feito isso, voltou a vestir sua roupa e, já dentro do seu tailleur de palestrante, começou a falar da associação, do projeto “Gabriela Leite” e, a partir da sua trajetória, desenhar a prostituição como uma escolha de vida<sup>187</sup>.*

---

<sup>186</sup> Dona Maria é uma mulher de aproximadamente sessenta anos, trabalhadora de uma cooperativa de separação de resíduos sólidos. É presidente da cooperativa e sempre está presente em cursos e formações organizados por grupos feministas ou por grupos vinculados à Economia Solidária na cidade de Campinas. Silenciosa, simpática e sempre nos surpreendendo com sua capacidade de adaptação ao diferentes espaços onde participa.

<sup>187</sup> Diário de Campo, 15 de junho de 2013.

**Imagem 3.1 – Apresentação Mulheres Guerreiras no  
Curso “Economia Solidária e Economia Feminista”**



Fonte: Acervo interno ITCP-UNICAMP. Junho de 2013

Esse relato diz respeito a um debate realizado ao longo do curso de extensão universitária “Economia Feminista e Economia Solidária: autogestão no trabalho e na vida”. O curso era destinado exclusivamente às mulheres e tinha como proposta discutir noções e práticas de Economia Feminista e Economia Solidária, bem como promover o intercâmbio de experiência entre grupos de mulheres trabalhadoras, movimentos sociais e educadores sociais. A proposta era fortalecer uma rede regional de movimentos que tenham o feminismo como pauta e também a criação de possibilidade de trabalhos conjuntos.

Nesse sentido, o público era bastante heterogêneo: jovens participantes da Marcha das Vadias de Campinas; estudantes universitárias de São Paulo e de outros estados;

trabalhadoras de cooperativas de triagem e manuseio de material reciclável; integrantes do coletivo de mulheres do MST; ONGs; membros da rede de assistência social da região; trabalhadoras domésticas, profissionais do sexo<sup>188</sup>; membros do movimento negro; mulheres vinculadas ao projeto Promotoras Legais Populares. Também havia uma diversidade geracional: mulheres com idade entre 20 e 30 anos, várias outras entre 30 e 50, e algumas acima desta faixa.

As discussões sobre trabalho sexual e trabalho doméstico, apesar de não terem sido concebidas como foco central, ganharam força ao longo do curso devido à presença de pessoas participantes de entidades representativas desses segmentos nas aulas. As questões levantadas sobre esses dois temas tinham sempre bastante repercussão e era preciso limitá-los para não sobrepor à exposição dos demais assuntos. Sendo assim, as participantes do curso solicitaram que fosse reservado um espaço na programação para discuti-los.

No que se refere às trabalhadoras domésticas, o ponto de destaque era a recente polêmica envolvendo a “PEC das Domésticas”, que estava em tramitação no Congresso Nacional. A “PEC das Domésticas” é o nome popular dado à Proposta de Emenda Constitucional 72/2013. Tal emenda foi sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff em abril de 2013 com objetivo de equiparar os direitos de trabalhadores domésticos às disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Até aquele momento, o trabalho doméstico estava excluído de alguns direitos reservados aos demais trabalhadores formalizados, como, por exemplo, o FGTS<sup>189</sup>, a jornada de trabalho fixa, a base salarial, o direito à hora extra etc. Naquele momento, apesar de a PEC ter sido sancionada, alguns dos direitos adquiridos ainda seriam regulamentados pelo Congresso, o que estava motivando uma grande mobilização dos sindicatos e das entidades representativas para que não houvesse uma distorção de suas reivindicações nessa fase do processo legislativo<sup>190</sup>.

---

<sup>188</sup> Havia, de forma declarada, apenas uma profissional do sexo realizando o curso: Talita.

<sup>189</sup> O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) tem como objetivo gerar um fundo de apoio ao trabalhador(a) em caso de demissão sem justa causa. O empregador é responsável por depositar o equivalente a 8% do salário do trabalhador mensalmente para constituição do fundo.

<sup>190</sup> Em julho de 2013 foi proposto um Projeto de Lei do Senado para regulamentar a PEC 72/2013, incluindo significativas distorções em relação às reivindicações da categoria, como o recolhimento compartilhado entre

As discussões sobre o trabalho sexual apareceram sob várias formas. Primeiramente porque, com o tema da regulamentação das trabalhadoras domésticas bastante presente nos debates, abriu-se espaço para que Talita e outras militantes feministas pautassem o projeto “Gabriela Leite”, estabelecendo analogias com a luta das trabalhadoras domésticas.

Em segundo lugar porque, desde o início do curso, especialmente na dinâmica de apresentação das participantes<sup>191</sup>, Talita se apresentou como profissional do sexo e trouxe para a roda de apresentação aquilo que considerava representativo do seu trabalho: um vibrador, camisinhas e o estatuto da Associação Mulheres Guerreira. Ao final da apresentação disse: “*sou profissional do sexo e quero ser respeitada aqui assim, como uma profissional, e esse é o meu trabalho*”.

Havia na turma pessoas vinculadas a correntes contrárias ao entendimento da prostituição como um trabalho. Entretanto, com essa apresentação, Talita blindou a possibilidade de que argumentos abolicionistas fossem colocados de forma impositiva. Ficou claro que havia um “tema não conversado” ali, passível de conflitos e possíveis rupturas, e as participantes não queriam deixar a questão silenciosa.

Na figura de coordenadora do espaço, organizei uma discussão tradicional, buscando evitar ao máximo o embate e priorizando um “debate formativo”. Dessa forma, realizei uma dinâmica em que pequenos grupos discutiram textos previamente selecionados (bem como documentos oficiais relevantes) e levantaram questões para o debate amplo. O material selecionado sobre o trabalho sexual estava em consonância com a abordagem que destaca a “identidade” da profissional do sexo a partir do trabalho, presente nas linhas discursivas da Rede Brasileira de Prostitutas<sup>192</sup>.

---

empregador e empregado do FGTS e do INSS e a criação de banco de horas para o não pagamento das horas extras. Além disso, criou uma modalidade de contrato temporário longo – de dois anos – que exime o empregador do aviso-prévio e o prevê à trabalhadora que pedir demissão. O projeto ainda não foi votado.

<sup>191</sup> Na primeira aula do curso, com o objetivo de fazer uma dinâmica de apresentação, pedimos para que cada participante levasse objetos que representassem o lugar de onde vinham. Esse lugar podia ser sua cidade, o grupo ao qual pertencia, seu trabalho etc. Diário de Campo, 04 de maio de 2013.

<sup>192</sup> Atualmente, no Brasil, existem três agrupamentos de organizações de trabalhadoras Sexuais: a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP), cuja principal liderança foi Gabriela Leite; a Federação Nacional de Trabalhadoras do Sexo e o Grupo Mulher, Ética e Libertação (GMEL). A primeira entidade é a de maior repercussão nacional e defende projetos de garantia de direitos laborais e sociais para as prostitutas, bem como atividades voltadas para a desestigmatização da prostituição. A segunda é constituída principalmente

Segundo Olivar (2012), assim como outros movimentos sociais que “adotaram a política de identidade”, os discursos da Rede Brasileira de Prostituta tinham como elementos centrais a importância do ‘ser prostituta’ e de ‘assumir a identidade’ (Olivar, 2012, p. 96). Tal identidade, por sua vez foi sendo construída tendo como principal eixo o trabalho de “profissional do sexo”, o que possibilitou a formação de alianças importantes com outros setores sociais e ajudou a desestabilizar o estigma da “vadiagem” que cercava a imagem da mulher prostituta. De acordo com o autor:

O foco no trabalho funcionalista implica, e é possibilitado por a fabricação de uma prostituição relativamente dessexualizada, assim como de uma perspectiva econômica/familiarista que, me parece, é vertebral na experiência de gênero e de prostituição de muitas mulheres que fundaram o movimento. Nesta perspectiva a prostituição, enquanto âmbito possível de trabalho para a mulher, depende, entre outras coisas, da distância que ela consiga manter ‘pré-reflexivamente’ com o seu próprio erotismo, o corpo da ‘esposa e mãe’ [Olivar, 2014]. Uma forte ética do trabalho e da família sustenta e é reproduzida por essa postura, que se traduzirá numa política de ‘tolerância’ em face do trabalho sexual. É o lugar do profissionalismo, como muitas nos lembram. [...] Essa ‘tolerância’, então, tem na sua base a justificativa não só da pobreza e da ‘falta de opção’, mas uma enorme positividade cultural da mulher (sexuada só em casa) como produtora de renda, bens e serviços” (Olivar, 2012, p. 97).

É nessa perspectiva dessexualizada que foi pensado o encontro descrito acima. A abordagem, além de estratégica, compatibilizava com os valores trabalhados ao longo do curso e com certa moralidade que aprova a valorização econômica da mulher como forma de garantir sua autonomia. Entretanto, Talita, ao transformar sua fala em um belo *striptease*, desestabilizou profundamente o controle da atividade, colocando no centro do debate seu corpo e as práticas corporais sexualizadas que realiza constantemente no seu dia a dia.

---

por entidades nordestinas, e não foi possível apurar informação suficiente sobre as condições atuais de seu funcionamento, fato igualmente associado à falta de articulação e consistência política dessa entidade (Olivar, 2012). No entanto, em 2008, quando participaram de um encontro convocado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, se posicionaram contrárias a projetos de lei que reconheçam a prostituição como profissão (Piscitelli, 2013b). Finalmente, o GMEL é vinculado à Pastoral da Mulher Marginalizada e associa-se ao discurso abolicionista, defendendo leis, programas e medidas que auxiliem mulheres a abandonar ou “não entrar” na prostituição.

Embora destacasse que aquilo fazia parte do seu trabalho, ao oferecer para a plateia esse “presente”, rompeu com a dicotomia trabalho *versus* intimidade. Trouxe para o nosso “debate” aquilo que é simultaneamente a “intimidade” do seu trabalho e a sua própria intimidade, tornando-a pública. Essa intimidade envolve sexualidade, profissionalismo, sedução, prazer, e, naquele espaço, política.

Depois, retomou rapidamente a sua experiência na prostituição, destacando os benefícios que tal ocupação lhe rendeu e a forma como sua “família” se envolvia com o seu trabalho. No entanto, as palavras não tinham mais importância, o discurso corporal havia silenciado todas as participantes.

Ao final das “apresentações” não houve debate. Não foi possível – ou não se quis – formular nada que dialogasse com o exposto. Os comentários foram de agradecimentos: agradecimento às trabalhadoras domésticas, agradecimento ao “presente” dado por Talita, agradecimento pela experiência de conhecer uma trabalhadora sexual e parte de seu trabalho. Durante a última etapa do curso, mais propriamente na dinâmica de avaliação, esse foi considerado um dos momentos mais poderosos dentre os encontros. Poderoso porque, a meu ver, contribuiu para romper as fronteiras das “zonas de tolerância simbólicas” (Olivar, 2010) contidas em algumas perspectivas trabalhistas. Foge-se da pretensão de combater o estigma da prostituição a partir de sua “normalização”, ou seja, aproximar essa atividade e essas trabalhadoras de uma ideia de “normalidade feminina” para assim se aceitar a prostituição. De forma diferente, a ação da Talita trouxe para o “debate” a própria ideia de “normalidade”: trouxe a devassidão, a sexualidade regulada, os atos proibidos como objetos de reflexão.

Olivar (2010) nos atenta para o contínuo de uma prática de “tolerância” presentes em algumas manifestações da perspectiva trabalhista, que pode ser entendida como um contínuo do estigma que envolve a prostituição.

O autor retoma a importância da noção sobre o *whore stigma* (Pheterson, 1996) para se entender o altíssimo valor negativo da *puta* “*enquanto categoria moral de gênero que mobiliza e justifica todas as formas de discriminação e violência sobre as prostitutas*” (p. 290). Para o autor, o sujeito prostituta estigmatizado no Brasil possui ambiguidades que

geram a prática da Tolerância que perpassa toda a política de estado e subjetividade coletiva:

O sujeito prostituta, culturalmente estigmatizado, é um sujeito cuja legitimidade, via de regra, é suspensa, colocada entre parênteses, pelos silêncios e ambiguidades jurídicas. Não se regula, não se legisla, não se nomeia nem se criminaliza abertamente. Só lhe resta a ‘tolerância’. A moral ocupa o lugar do direito que foi suspenso (Olivar, 2010, p. 292).

Os espaços de tolerância podem materializar-se tanto em zonas espaciais, onde se isola geograficamente a prostituição e tudo aquilo mais que a parcela hegemônica da sociedade não quer ter por perto (mas precisa tolerar). Mas também pode se configurar na manutenção de espaços simbólicos nos quais as imagens, performances e práticas estigmatizadas da prostituição continuam ocupando a esfera da ilegitimidade, mesmo dentro dos discursos de organizações de prostitutas.

Assim, para Olivar (2010), a manutenção de um discurso focado na noção produtivista/familiarista, bem como a crítica por parte de algumas militantes profissionais do sexo a comportamentos tidos como “indecentes” por parte de outras trabalhadoras, contribui para a criação de “zonas de tolerância simbólica”, nas quais o estigma da prostituição continua protegido, lacrado e afastado do perigo de contaminar a esfera daquilo que é considerado legítimo.

De forma diferente, Talita, ao retirar a roupa nesse curso, traz para a sociabilidade política as marcas do espaço de confinamento que, embora fruto de um processo violento de exclusão, não teve seus aspectos criativos apagados. Aquilo que é considerado ilegítimo por setores sociais hegemônicos torna-se central nos contornos da *zona* e, por isso, não é apagado quando irrompe no espaço político. É o empoderamento corporal propiciado pela vivência intensa das práticas hegemonicamente tidas como ilegítimas.

Essas práticas que desafiam o discurso militante dessexualizado e comportado, como nos lembra Olivar (2012), também não são inéditas dentro do movimento de prostitutas. Bem antes da proposta de ressignificação do termo “vadias” levantado pela Marcha das Vadias, Gabriela Leite já defendia a importância – política, estratégica, sexual e

revolucionária – de se retirar da marginalidade a palavra “puta” e assumi-la na sua potência simbólica. Ela renega os termos “politicamente corretos” criados para fugir do estigma que cerca a “puta”. Refletindo sobre a repercussão do Desfile da Grife Daspu ocorrido em São Paulo em 16 de dezembro de 2005, Gabriela nos fala desse sentimento:

Sempre acreditei que o movimento de putas não poderia nunca ser babaca, tipo politicamente correto. Queria e quero um movimento revolucionário, recuperando inclusive o sentido revolucionário do ser revolucionário. Uma organização revolucionária sempre tem que se lembrar de que seu alvo não é fazer com que seus partidários escutem as convincentes palestras de líderes especialistas, mas conseguir fazê-los falar por si mesmos, para que alcancem, ou pelo menos se esforcem por alcançar, o lugar da participação política. Quando minhas amigas putas estavam lá desfilando lindas e altivas, sem vergonha de serem puta, elas estavam falando por si mesmas e sendo políticas, extremamente políticas revolucionárias.

Não mais frases babacas do tipo: “Gosto de ser profissional do sexo porque assim posso criar meus filhos”. Ou então: “Não gosto do nome prostituta, prefiro profissional do sexo porque é mais digno”. Minha angústia é a mesmice dessas frases, minha angústia é perceber o clima de chá das cinco entre putas discutindo filhos, palavras politicamente corretas, enfim, mulheres normais e santas, lutando por um lugar no céu. Renego a santidade. Sonho com a puta inteira, grandiosa e fundamental.

Sempre sonhei com a palavra puta sendo falada por todos com a sonoridade e a força que a palavra tem. Sonhos sonhados existem para se tornarem realidade. A Daspu é uma realidade. A Daspu é a moda da puta. Esse é o nosso conceito de moda. Por isso a minha felicidade, por isso meu êxtase. O caminho está aberto para a puta perder o medo da sociedade e ser, com orgulho e prazer, a puta cidadã (Nov. a dez 2005).

A entrada da “puta” no discurso da Associação Mulheres Guerreiras é coincidente com sua ida para o espaço da *Zona*. A entidade começou com um grupo de mulheres prostitutas que trabalhavam no centro da cidade e, diante das constantes investidas do poder público para expulsá-las dos locais de ponto, procuraram o Centro de Referência

DST/AIDS em Campinas com intuito de obterem apoio para o encaminhamento destes conflitos (Costa, Oliveira e Tavares, 2011).

Essa tática remonta à política de parceria entre órgãos da saúde pública e associações de profissionais do sexo no Brasil que, desde 1988, dialogam para a construção de políticas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. A partir de um conceito de saúde, entende-se que a “prevenção” envolve diversos outros aspectos que não apenas o uso da camisinha, e sim melhorias de condições sociais e políticas dos sujeitos vulneráveis (Brasil, 2002).

Na cidade de Campinas, a política de prevenção baseada nos “multiplicadores entre pares”<sup>193</sup> criou uma relação de confiança entre mulheres trabalhadoras do sexo e o Centro de Referência DST/AIDS, sendo esta a principal instituição de referência procurada pelas trabalhadoras quando diante de algum abuso por parte do poder público (Costa, Oliveira e Tavares, 2011). A equipe do Núcleo de Educação e Comunicação Social do Programa Municipal de DST/AIDS de Campinas (NECS), seguindo a proposta de incentivar a auto-organização de setores sociais, orientou essas mulheres a se constituírem como associação e iniciou a organização de reuniões para auxiliar nesse sentido. Nesse momento (2005), a Associação Vitória Régia, de Ribeirão Preto-SP, foi convidada para ministrar uma oficina sobre associativismo e história do movimento de prostitutas no Brasil<sup>194</sup>.

Em 2006, O NECS, através da Secretaria Municipal de Saúde de Campinas, firmou uma parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp – ITCP/Unicamp – para que continuassem a organização de oficinas com esse grupo de mulheres que objetivavam a formalização como associação<sup>195</sup>. Esse grupo inicial, bastante rotativo, era constituído majoritariamente por mulheres que trabalhavam no centro da cidade. Os debates giravam em torno da violência policial, dos problemas de fechamento dos hotéis e das desavenças entre prostitutas e destas com comerciantes.

---

<sup>193</sup> O termo “multiplicador entre pares” é utilizado para designar os profissionais do sexo que fazem o papel de orientar sobre DSTs para outras prostitutas. Esta função era reservada antes aos agentes da saúde (Brasil, 2002).

<sup>194</sup> Diário de Campo, 2006. Participavam dessas reuniões iniciais aproximadamente 15 mulheres prostitutas do centro da cidade.

<sup>195</sup> O projeto se iniciou em janeiro de 2006 com término em janeiro de 2008 e ofereceu formações para trabalhadoras sexuais sobre os seguintes temas: Regimento Interno, Estatuto, Sexualidade, Relações de Gênero, Mundo do Trabalho, Autogestão, entre outros. Diário de Campo, 2006, 2007 e 2008.

O termo “profissional do sexo” foi muito importante na consolidação desse grupo, o que se depreende das ações propostas pelo coletivo nesse período, bem como da elaboração de seu estatuto, oficializado em 2008. O termo “puta” não era bem aceito ali, e práticas consideradas “sem vergonha” eram criticada por associadas:

Durante o intervalo da reunião, saí para acompanhar Ângela em um cigarro. Ela então me contou como brigou com outra ‘menina’ que estava de ‘sem vergonhice’ na praça, usando uma saia bem curta ‘em pleno dia mostrando a bunda’. Naquele mesmo dia, por coincidência, eu também estava usando uma saia curta, incomum no meu vestuário. Perguntei então o que havia de diferente entre mim e a outra ‘menina’ que me permitia andar de saia curta sem ser ‘sem vergonha’, ao que ela me responde: ‘Você não é puta bem! É moça direita! Pode andar de saia curta, é diferente’<sup>196</sup>.

Já em 2008 havia duas militantes da Associação que pertenciam ao Jardim Itatinga. Entretanto, as ações do grupo pouco se referiam ao bairro ou o inseriam em suas preocupações. A *Zona* continuava segregada, mesmo pelo grupo que constituía a Associação de Profissionais do Sexo de Campinas<sup>197</sup>.

Foi apenas em 2010 (após um período de dois anos de desestruturação) que a Associação volta a realizar atividades, e todas essas em diálogo direto com a *zona*. Liderada por três militantes (duas delas residentes no Jardim Itatinga), essa nova fase da Associação se diferencia por colocar a *Zona* como local de fala, buscando inserir as trabalhadoras dali em suas ações.

De fato, a participação das mulheres trabalhadoras sexuais do Jardim Itatinga nas atividades promovidas pela Associação é menos intensa em relação à época em que as reuniões eram no centro da cidade e as discussões eram voltadas para os problemas das mulheres prostitutas do centro. A participação das “meninas do Itatinga” se dá de forma contingencial, ou seja, se a Associação promove alguma atividade que naquele momento

---

<sup>196</sup> Diário de campo 2007

<sup>197</sup> Em 2006, perguntando para algumas trabalhadoras sexuais por que a Associação não realizava ações no Jardim Itatinga – algumas que já haviam trabalhado na Zona – ela nos respondiam que era mais difícil organizar as mulheres dali uma vez que os “donos das casas” não deixavam “as meninas” irem às reuniões. Diário de campo, 2006.

vai de encontro com seus interesses, elas participam em massa, como, por exemplo, no caso da passeata na Rodovia Santos Dumont após a intervenção policial relatada no capítulo 2. Mas a diferença da entrada da *Zona* na prática dessa organização não é numérica, e sim de conteúdo: “puta” passou a ser um lugar de agência positiva, e a *Zona* começou a aparecer como território que, embora marcado por inúmeras tensões, “perigos” e permeado por uma imbricada “gestão de ilegalismos”, é passível de ser ocupado politicamente pelo sujeito “puta”.

Nos discursos da Associação, o termo “puta” ainda convive com o termo “profissional do sexo”. Busca-se a mediação entre discursos inteligíveis na arena política, mas sem apagar ou isolar aquilo que continua no campo do não dito, do ilegítimo:

“Profissional do sexo é só um meio mais fino, mais refinado de falar *puta*. A gente fala profissional do sexo porque ‘profissional do sexo’ já está englobado na CBO; Nós já temos na CBO [Classificação Brasileira de Ocupações] como garantia de que nosso trabalho é uma profissão. Então fica mais fácil para o entendimento falar ‘profissional do sexo’, mas para nós, lá é ‘puta’ mesmo. Eu sou profissional do sexo há vinte anos, sou ‘puta’ lá do Jardim Itatinga<sup>198</sup>”.

Podemos pensar, a partir dessa fala, que o termo “profissional do sexo” é uma forma de conferir inteligibilidade social para as diversas práticas possíveis circunscritas no termo *puta*. Em outras palavras, uma forma de disputar legitimidade perante o Estado e a sociedade, reconhecendo – e reforçando – a importância da esfera institucional como geradora de significados (Butler, 2003). No entanto, busca reconhecimento a partir de um caminho diferente do discurso trabalhista dessexualizado, ampliando as fronteiras cinza do terreno conhecido como “mundo do trabalho” de modo que caibam as práticas devassas e erotizadas da prostituição e da *zona*.

Mas vale lembrar que, ao recolocar a existência da *zona* e da *puta* nos debates políticos, aparecem práticas, comportamentos, performances que não cabem mais nos contornos definidos pelo “trabalho” (mesmo na sua extensão mais erotizada, menos

---

<sup>198</sup> Fala de Talita. Encontro “Autonomia no Combate à Violência Contra a Mulher”, 10 de novembro de 2012. Disponível em: <https://marchavadiascampinas.milharal.org/midias/videos/>

normatizada, menos familiarista, mais “marginal”). Principalmente porque na transição do ilegítimo para o legítimo (nesse caso, da puta ilegítima para a puta trabalhadora legítima) criam-se novas “zonas de ilegitimidade” (Butler, 2003).

Nas formulações da Associação, a ilegitimidade se desloca para a mulher que não se “assume” como puta; que, quando há um problema, “pega as malas e vai embora” e que, por isso, “não merece o respeito como profissionais”<sup>199</sup>. Segundo Talita: *“As profissionais que dão a cara a tapa são bem poucas. Que falam que é uma profissional, que gosta do trabalho, que gosta do que faz. São poucas que fazem isso, que dão a cara a tapa”*<sup>200</sup>.

Mais além, como nos lembra Butler (2003), entre o legítimo e o ilegítimo existe uma infinidade de outras práticas que não pretendem ser legitimadas, que não reconhecem como “legítimo” essa forma de inteligibilidade social. Nas palavras da autora:

Compreendemos mal o campo sexual se considerarmos que o legítimo e o ilegítimo esgotam todas suas possibilidades imanentes. Fora da luta entre o legítimo e o ilegítimo – a qual tem como objetivo a conversão do ilegítimo em legítimo – existe um campo menos imaginável, que não se delinea à luz de sua derradeira convertibilidade em legitimidade. Este é um campo externo à disjunção do ilegítimo e do legítimo; não é ainda pensado como um domínio, uma esfera, um campo, não é ainda nem legítimo nem ilegítimo, ainda não pensado através de discurso explícito de legitimidade. (Butler, 2003, p. 206)

Sendo assim, é possível pensar que algumas mulheres simplesmente não se identificam como trabalhadoras e que a prática da prostituição possui outros significados em suas trajetórias: espaço de divertimento, espaço de passagem, espaço de subversão, espaço de vivência sexual, ou outras motivações cujo reconhecimento escapa de nossa capacidade analítica.

As falas em um evento organizado pela Associação Mulheres Guerreiras e o Coletivo Marcha das Vadias Campinas para comemorar o Dia Internacional da Prostituta<sup>201</sup>

---

<sup>199</sup> Diário de campo 25 de outubro de 2013.

<sup>200</sup> Encontro “Autonomia no Combate à Violência contra a Mulher”.

<sup>201</sup> Profissionais do Sexo Unidas pelo Respeito. 29 de junho de 2012. O Dia Internacional da Prostituta é comemorado no dia 2 de junho e representa a luta contra a violência e discriminação sofridas pelas mulheres

nos mostram essa diversidade. O evento contava com três momentos: um debate no período da tarde na Universidade Estadual de Campinas, um debate no período da noite no Jardim Itatinga e uma festa de encerramento também no bairro.

Ao debate dentro da Unicamp compareceram aproximadamente 10 trabalhadoras sexuais, entre mulheres e travestis que trabalham e moram no Jardim Itatinga. Talita estava na mesa e reforçou a violência do não reconhecimento do seu trabalho; ela se identificou ali como “puta”. Nas suas palavras: “*eu nasci com os três piores ‘pês’ da sociedade: sou Pobre, Preta e Puta*”. Enfatizava que a violência de seu trabalho se localizava no preconceito da sociedade contra seus “pês”. Sua fala, como sempre muito bem articulada e contagiante, buscava essa mediação entre a esfera da inteligibilidade política – incluindo noções de trabalho, exclusão social, estigma social – e as práticas de *puta* (gozar, dar a buceta, pegar o dinheiro antes de trepar, cobrar ao invés de dar de graça).

Outras trabalhadoras, menos preocupadas com essa mediação “política”, se colocaram ali de forma mais espontânea, num discurso que dificilmente se encaixaria dentro das poucas portas que o ativismo de esquerda abre para o debate da prostituição. Uma mulher jovem, prostituta, negra, de corpo esbelto, foi até o microfone e se sentiu motivada a contar histórias que considerava inusitadas e divertidas no seu dia a dia na prostituição:

No verão eu trabalho bem à vontade. Bem à vontade mesmo [risos]. Eu estava lá, de botinha, de calcinha e sutiã e com uma meia de dois dias. Um homem passava e me olhava, me olhava, me olhava. E eu: ‘vem cá gatinho, vem cá seu cretino’ – ele gostam de ser xingados [risos] – ‘vem cá seu cretino’. E ele parou [e disse]: ‘oi gatinha, tudo bem?’, [Patrícia]: ‘tudo bem meu amor’. [Cliente]: ‘vem cá, deixa eu te perguntar, você lavou o seu pé hoje?’, e eu disse: ‘lavei’. [Cliente]: ‘A meia é de hoje?’. E eu disse: ‘ah, é... a meia é de hoje’. Então ele disse: ‘Ah, então está bom, obrigado’. E eu pensei: ‘Meu deus. Lavei meu pé hoje, a meia é de hoje, o que ele quer?’. Aí ele passou de novo e eu [o chamei]: ‘vem cá gatinho, ó...’ – eu tirei a meia – ‘você está vendo que a meia não é de hoje né, é de dois dias atrás’. E ele disse: ‘Está bom! Vamos gatinha’. Gente, o nosso programa

---

prostitutas. Essa data faz referência ao dia em que 150 mulheres prostitutas ocuparam uma igreja na França, em 1975, para denunciarem as multas, detenções e outras violências policiais.

dura [durou] meia hora. A meia hora ele ficou cheirando o meu pé, e me chamando: ‘vai meu chulé, vai meu chulé’

Sâmia, uma antiga mulher prostituta do bairro, com calça justa, barriga de fora e blusa com decote bastante avantajado, pegou o microfone e contou longamente sobre a forma como lida com mulheres “direitas” que a discriminam. Relatando o dia em que uma mãe de um colega de escola de seu filho, sem saber que ela era prostituta, lhe perguntou o que ela achava do absurdo do projeto que queria legalizar a prostituição, Sâmia narra:

Eu falei: ‘Vou fazer três perguntinhas para você: quantos banheiros tem na sua casa?’ [A mãe do colega]: ‘um’. E eu disse: ‘na minha tem quatro banheiros. Quantos filhos você tem?’. Ela disse: ‘um’. [Sâmia] ‘Eu tenho quatro. E eu levo todo mundo na escola, eu lavo os quatro banheiros e ainda sento no portão e me enfeito para atender o seu marido. E ela: ‘Como assim?’. E eu disse: ‘eu sou profissional do sexo, bem, eu sou puta [...] Sabe por que, querida? Porque assim, além d’eu ser mãe de família, lavar quatro banheiros, cuidar de quatro filhos e ser essa profissional do sexo gostosa, cheirosa e gozar com o seu marido, eu tenho que atender ele porque você tem dor de cabeça e eu não tenho; você fica menstruada e não dá para ele, e a puta dá; você está cansada porque cuidou de um filho, e eu cuidei de quatro e não estou cansada para ele; eu não tenho problema com a minha mãe e fico de mal dele e ponho ele para dormir no sofá... eu ponho ele é na minha cama, entendeu? E é por isso que a gente é mal vista, porque a gente faz aquilo que vocês não conseguem fazer. Não tem tempo ruim com a gente. A gente está lá 24 horas, porque homem tem tesão 24 horas.’

O provável incômodo provocado por tais falas pode ser lido como reflexo do *status* de ilegitimidade da prostituição, que não concerne necessariamente à condição de ser considerada ou não um trabalho, mas sim ao fato de estar relacionada com as formas de regulação da sexualidade na nossa sociedade, em especial a feminina (cujas discussões os espaços formais de debate raramente conseguem aprofundar).

Por isso alguns pesquisadores e ativistas (Olivar, 2012; Olivar e Sckausckaus, 2010; Entrevista Gabriela Leite<sup>202</sup>) defendem que o tema da prostituição seja tratado no âmbito do “direito sexual”. Direito sexual pensado na sua forma ampla: “*a vivência e a expressão de relações, atos e performances corporais tidos como eróticos, afetivos e sexuais, sem discriminação, coerção ou violência*” (Olivar, 2012, p. 111).

Além disso, a análise da prostituição a partir de uma leitura da sexualidade já vem sendo feita por setores abolicionistas de nossa sociedade. Entretanto, estrutura-se unicamente a partir da noção de que há dominação masculina em relação à sexualidade feminina. Nesse sentido, a zona tem contribuído, ao lançar mão do discurso da puta trabalhadora e expor publicamente aquilo só permitido “entre quatro paredes”, para preencher de erotismo e sexualidade os limites da noção de trabalho. Mas também, a partir das práticas ilegítimas, e da maior vivência da *zona* nos espaços políticos, vão também formulando novas questões, por vezes inteligíveis, dentro desse jogo de construção do sujeito político prostituta: das prostitutas que “vão embora”, das prostitutas que não são trabalhadoras, das prostitutas que se “vingam das esposas mal cuidadas”.

Pensando nos termos de Olivar (2013), vão se desenhando novos problemas que desafiam o exercício de pensar direitos para uma “zona de ilegitimidade”, sem que necessariamente tais sujeitos sejam impelidos a novas normatizações (p. 115)

A *Zona*, nesse sentido, permanece como um lugar de confinamento, consequência última do estigma da puta e de redes poderosas e perigosas de “gestão de ilegalismos”. Mas também, como consequência, é fonte rica de fuga das normatizações, de formas criativas de escapar de relações de poder violentas, que empodera mulheres: um lugar privilegiado de criação de sujeitas putas.

---

<sup>202</sup> Vídeo de 2 de junho de 2013: <http://www.youtube.com/watch?v=VTaJ4rD6QYk>



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho procurou trazer análises iniciais sobre algumas relações de poder que constituem o complexo universo da maior *Zona* de prostituição da América Latina. Direcionei meu olhar para focos de poder que permeiam diversas relações: a apropriação do espaço da *Zona* por mulheres trabalhadoras sexuais que reivindicam aquele território como lugar legítimo da vivência de performances sexualizadas e marginalizadas; os deslocamentos dos sentidos de legitimidade e ilegitimidade nas relações entre trabalhadora sexual e cafetina; a forma com que estas se relacionam com outras estruturas de poder contidas em alguns mercados ilícitos, como o das drogas e das mercadorias políticas; e, por fim, a forma com que a Associação Mulheres Guerreiras vem ocupando o cenário regional do debate político sobre a prostituição, tendo a *Zona* como local de fala. É a *Zona* saindo de suas fronteiras e se constituindo como identidade política.

Tratam-se de abordagens iniciais, algumas dentre as infinitas possibilidades analíticas que esse universo de relações que compõem a *Zona* pode nos oferecer.

Vale a pena ressaltar que no início dessa pesquisa o meu olhar para a *Zona* era permeado por intensa negatividade, tendo em vista minha inserção prévia junto a um grupo de mulheres prostitutas de área central que evitavam realizar atividades no bairro. Nas suas palavras, no Jardim Itatinga “*os donos das casas não deixam as meninas saírem*”<sup>203</sup>.

Assim, a minha entrada no Jardim Itatinga foi repleta de imagens prévias, com a hipótese norteadora era de que o trabalho sexual no centro de Campinas seria um modelo mais livre, com maior autonomia das mulheres em arbitrar sobre seu próprio trabalho e uma maior vinculação com a família e outros espaços de sociabilidade. Enquanto que a realidade no bairro Jardim Itatinga seria uma realidade mais próxima do aprisionamento, da exploração e da violência.

A primeira percepção que o trabalho de campo me trouxe é que, embora o Jardim Itatinga seja um local excepcional devido à importância do comércio sexual existente ali,

---

<sup>203</sup> Diário de Campo, 2006 e 2007.

ele também está inserido em outras relações de poder que extrapolam os limites da *Zona*. Dessa forma, grande parte dos tensionamentos, “perigos” e aproximações com o “crime” são condições vividas também em outros bairros periféricos da cidade de Campinas. Realidade esta que as minhas interlocutoras aprendem cotidianamente a “contornarem” tanto no espaço da *Zona* quanto nos seus bairros de residência.

Evidente que nos contornos da *Zona* esta conjuntura geral assume singularidades à medida que se relaciona com o comércio sexual, prática cujas atividades são majoritariamente criminalizadas. Procurei então entender as formas como o comércio sexual encontra-se imbricado a outros mercados ilícitos, em especial o mercado das drogas, de roubo e de bens políticos. São redes de poder instáveis, porém potencialmente perigosas e com forte poder de normatização sobre o território. O deslocamento dos sujeitos dentre essas redes de poder forja a todo instante novos sentidos para alguns marcadores sociais, como aqueles que distinguem o “trabalhador(a)” do “bandido”. Essas noções são recriadas contextualmente no espaço da *Zona* e eventualmente transbordam os seus limites para disputarem sentido de legitimidade junto à parcela hegemônica da sociedade.

No imbricado contexto destes mercados ilícitos e da “gestão de ilegalismos” que os acompanha, as mulheres, tanto cafetinas quanto trabalhadoras sexuais, são as personagens que ocupam a ponta menos privilegiada das tramas de poder. Por isso, desenvolvem táticas próprias de resistência. Para algumas, em especial aquelas com menor vínculo à *Zona*, a circulação é uma ferramenta poderosa para se protegerem e, ao mesmo tempo, desestabilizarem as atividades do bairro, afinal, como nos diz o jovem cabeleireiro: “*se as putas não ganham, ninguém aqui ganha*”<sup>204</sup>. Já para aquelas mulheres que fizeram do bairro um lugar permanente em suas vivências – seja porque possuem estabelecimentos ou porque dependem dele para trabalharem – há sempre a possibilidade de praticar a “arte do contornamento”, pela qual acionam redes de apoio dentro do próprio “crime” ou ocupam o espaço público para disputar suas noções de legitimidade junto àqueles setores hegemônicos que as segregam.

---

<sup>204</sup> Diário de Campo, 25 de outubro de 2013.

Quando ocupam esse espaço, recusam-se a apagar as marcas de elementos considerados ilegítimos pelos demais setores. Pois se a *Zona* é um lugar de confinamento daquilo que a parcela hegemônica quis segregar, ela também é um intenso espaço *criativo* de novas práticas, performances e vivências desses elementos. O confinamento paradoxalmente cria exclusão, mas também cria empoderamento, que explode com força quando sai dos contornos da *Zona*, e os elementos próprios de sua condição de marginalidade são levados para o espaço institucional de disputa de legitimidade.

Assim, nos momentos em que a *Zona* aparece como uma identidade política, ela traz para o espaço de discussão pública elementos de uma legitimidade construída nos contornos daquele território: suas noções de “trabalho” e “crime” e os elementos de sexualidades e corporalidades femininas considerados marginais. Ainda são poucos os momentos em que a *Zona* aparece como local de reivindicação de direitos. No entanto, quando isso acontece, oferece subsídios importantes para desestabilizar noções de legitimidade e ilegitimidade dentro do espaço público.

Acredito que uma importância desse trabalho seja entender as noções de legitimidade e ilegitimidade que permeiam as práticas na *Zona*, que são distintas das noções de legal ou ilegal.

Essa reflexão se faz importante principalmente no debate atual do dentro da militância de prostitutas e feministas sobre o projeto de lei que busca regulamentar o trabalho sexual. Trata-se de um debate acirrado e passional, cujo foco central não é o projeto de lei em questão, e sim demarcar distintas concepções sobre a prostituição. Nessa polarização tanto as linhas que defendem a prostituição como um trabalho quanto àquelas que argumentam contra a legitimidade da prostituição como ocupação, ofuscam detalhes e relações presentes nos contextos prostitucionais.

Nesse sentido, como procurei mostrar, nas dinâmicas da “gestão de ilegalismos” existe uma grande distância entre a existência de leis e sua aplicação. Afirmando isso não pretendo desconsiderar as iniciativas de luta por marcos legais. Evidentemente que leis possuem significados sociais, especialmente no sentido de conquistar legitimidade perante o Estado e com isso acessar benefícios concretos. Entretanto, o que procuro salientar é que qualquer lei que busque interferir nesse complexo universo terá que dialogar com diversas

outras relações de poder que constituem os locais prostitucionais, e que dificilmente aparecem no cenário público de discussão. São relações que estão presentes nos mercados do sexo, mas principalmente na sua junção com outros mercados, como o de mercadorias políticas e de bens ilícitos.

Além disso, nos ajuda a situar o local das profissionais do sexo nessa organização, que embora possa assumir posições relativamente vulneráveis dentro da gestão desses mercados, também possui importante poder de interferência e de desestabilização dessas redes. Ressaltar seu poder de agência nos ajuda a desconstruir a tão prejudicial - e equivocada - visão vitimizadora da mulher prostituta, complexificando o entendimento sobre os contextos prostitucionais e valorizando suas táticas, estratégias e noções como legítimas dentro do debate político.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHEARN, Laura M. Langague and Agency. In **Annual Review. Anthropology**. vol. 30, 2001. p. 109-147.

ARAUJO, Angela C. Comentários. **Cadernos Pagu**. (31), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. p. 89-101.

ARAUJO, Angela. Gênero nos estudos sobre Trabalho. In MORAES, Maria Lygia Quartim de. (Org.). **Gênero nas fronteiras do Sul**. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU, 2005.

ARIENTE, Marisa A. **O cotidiano da Prostituta em São Paulo: estigma e contradição. Dissertação** de mestrado (em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado: uma etnografia do PCC**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids. Profissionais do Sexo: documento referencial para ações de prevenção das DST e da Aids/Secretaria de Políticas de Saúde, Coordenação de DST e Aids. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? In **Cadernos Pagu** (21), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. p. 219-260.

CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos. **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente**. vols. 1 e 2. Campinas: Unicamp, 2002.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In FARIA, Nalu; NOBRE, Mirian (Orgs.). **A Produção do Viver: ensaios de economia feminista**. São Paulo: SempreViva Organização Feminista, 2003.

CASTRO, Carlos; MAIA, Laís. Escarafuchando mundos e construindo mundos: uma etnografia do olhar. In **Ponto Urbe**. Revista Eletrônica do Núcleo de Antropologia Urbana da USP. Ano 3, n. 5, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.pontourbe.net/edicao5-graduacaoemcampo/11-escarafuchando-mundos-e-construindo-espacos-uma-etnografia-do-olhar>>. Acessado em 04 de jan. de 2014.

CESAR, Flávio C. L. O Estado da saúde e a “doença” das prostitutas: uma análise das representações da prostituição nos discursos do SUS e o terceiro setor. In **Anais XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 07 a 10 de ago. de 2011. Disponível em

<[http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307750412\\_ARQUIVO\\_TrabalhoCompletoFlavioLenzCALBCS2011.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307750412_ARQUIVO_TrabalhoCompletoFlavioLenzCALBCS2011.pdf)> Acessado em 11 de fev. 2014.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

COELHO, Camilo Silva de O. Análise da acessibilidade por Transporte Público Coletivo no Município de Campinas. **Monografia** de conclusão de curso (Geografia). Instituto de Geociências/UNICAMP, Campinas, 2012.

COLETIVO DAS VADIAS. Manifesto – mulheres negras de Curitiba. 13 de jul. de 2013. Disponível em <<http://marchadasvadiascwb.wordpress.com/manifestos/manifesto-mulheres-negras-de-curitiba/>> Acessado em 11 de fev. de 2014.

COSTA, Cláudia de L. O Sujeito no Feminismo: revisitando debates. In **Cadernos Pagu**. n. 19, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

DIAS, Camila C. Nunes. Ocupando as brechas do direito formal: o PCC como instância alternativa de resolução de conflitos. In **Revista Dilemas**, 2009. Disponível em <<http://www.esedh.pr.gov.br/arquivos/File/ArtigoDilemas4.pdf>> Acessado em 11 de fev. de 2014.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.

FARIA, Nalu; COELHO, Sonia; MORENO, Tica. **Prostituição**: uma abordagem feminista. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista / Fundação Heinrich Böll. 2013. Disponível em <<http://www.sof.org.br/artigos/prostitui%C3%A7%C3%A3o-uma-abordagem-feminista>> Acessado em 11 de fev. de 2014.

FELTRAN, Gabriel de Santis. O legítimo em disputa: as fronteiras do mundo do crime nas periferias de São Paulo. In **Dilemas** – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. Rio de Janeiro (UFRJ), vol. 1, n. 1, 2009.

\_\_\_\_\_. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. In **Revista de Antropologia**. v. 53, n. 2, Universidade de São Paulo, 2010a. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/37711/40440>>. Acessado em 11 de fev. de 2014.

\_\_\_\_\_. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. In **Cadernos CRH**. Salvador, v. 23, n. 58, p. 59-73, jan./abr. 2010b. Disponível em <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=740>> Acessado em 11 de fev. de 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 20 ed. Petrópolis, Vozes, [1987] 1999.

FURCHI, Camila. Por que escolhemos o lado mais fácil no debate da prostituição? In **Blog Marcha Mundial das Mulheres**. 06 de mai. De 2013. Disponível em

<<http://marchamulheres.wordpress.com/2013/05/06/1759/>> Acessado em 11 de fev. de 2014.

GASPAR, Maria Dulce. **Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In FELDMAN-BIANCO, Bela. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Editora Unesp, 2010 [1958].

HAILEY, O que é Cissexismo?. In: Blog Transfeminismo, 17 de novembro de 2011. <<http://transfeminismo.com/2011/11/17/o-que-cissexismo/>>. Acessado em: 09 de março de 2014.

HELENE, Diana. A cidade das meninas: o Jardim Itatinga e o confinamento urbano da prostituição, 2012. Disponível em <[https://www.academia.edu/4186431/A\\_cidade\\_das\\_meninas\\_o\\_Jardim\\_Itatinga\\_e\\_o\\_confinamento\\_urbano\\_da\\_prostituicao](https://www.academia.edu/4186431/A_cidade_das_meninas_o_Jardim_Itatinga_e_o_confinamento_urbano_da_prostituicao)> Acessado em 11 de fev. de 2014.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In **Cadernos de Pesquisa**, vol. 32, set/dez. 2007. (p. 595-609).

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In **Caderno da Coordenadoria Especial da mulher: Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres**. São Paulo: 2003.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

MAFRA, Clara. Drogas e símbolos: redes de solidariedade em contextos de violência. In ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). **Um século de favela**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 277-298.

MARCA DAS VADIAS DISTRITO FEDERAL. Nota Pública sobre expulsões na Marcha das Vadias – DF 2013. 02 de jul. de 2013. Disponível em <<http://marchadasvadiasdf.wordpress.com/2013/07/02/nota-publica-sobre-expulsoes-na-marcha-das-vadias-df-2013/>> Acessado em 11 de fev. de 2014.

MARICATO, Ermínia. **Metrópoles na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARQUES, Eduardo. **Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MAZZARIOL, Regina Maria. Mal necessário: ensaio sobre o confinamento da prostituição na cidade de Campinas. **Dissertação** de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1977.

MORAES, Aparecida Fonseca. **Mulheres da vila**: prostituição, identidade social e movimento associativo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

OLIVAR, José Miguel. Guerras, trânsitos e apropriações: políticas da prostituição de rua a partir das experiências de quatro mulheres militantes em Porto Alegre, Brasil. **Tese** de doutorado (Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010a.

OLIVAR, José M.; SKACKAUSKAS, Andreia. Prostitutas, feministas e direitos sexuais – diálogos possíveis ou impossíveis? In **Anais IX Seminário Internacional Fazendo Gênero: diásporas, diversidades, deslocamentos**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 32 a 26 de ago. de 2010

OLIVAR, José Miguel. **Devir puta**: políticas da prostituição nas experiências de quatro mulheres militantes. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

\_\_\_\_\_. Banquete de homens: sexualidade, parentesco e predação na prática da prostituição feminina. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 26, n. 75. 2011. p. 89-189. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n75/05.pdf>> Acessado em 08 de mar. de 2014.

\_\_\_\_\_. Prostituição feminina e direitos sexuais... diálogos possíveis? In **Sexualidad, Salud y Sociedad** – Revista Latinoamericana. n. 11, ago. 2012, p. 88-121. Disponível em < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-64872012000500005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-64872012000500005&script=sci_arttext)> Acessado em 11 de fev. de 2014

OLIVEIRA, Alessandro; TAVARES, Aline; COSTA, Ana C. Economia solidária e prostituição: a experiência de uma associação política de Profissionais do Sexo em Campinas. In **Coletiva** – reflexões sobre incubação e autogestão. Instituto de Economia / Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

ORNAT, Márcio J.; SILVA, Joseli M. Sobre sexualidade e espaço: prostituição e território travesti. In RIBEIRO, Miguel. A.; OLIVEIRA, Rafael. S. (Orgs.). **Território, sexo e prazer: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira**. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

ORTNER, Shery. Uma atualização da Teoria da Prática. In **Anais 25ª Reunião Brasileira de Antropologia (Conferências e Diálogos: Saberes e Práticas Antropológicas)**, Goiânia, 2006. p. 17-80. Disponível em < <http://www.abant.org.br/conteudo/livros/ConferenciaseDialogos.pdf>> Acessado em 11 de fev. de 2014

PASINI, Elisiane. **Corpos em evidência, pontos em ruas, mundos em pontos: a prostituição da Rua Augusta em São Paulo**. **Dissertação** de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

\_\_\_\_\_. Sexo para quase todos: a prostituição feminina na Vila Mimosa. In **Cadernos Pagu**, (25), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

PELÚCIO, Larissa. “Toda Quebrada na Plástica” – Corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas. In **Campos** – Revista de Antropologia Social. Vol. 6, 2005. p. 97-112.

PHETERSON, Gail. **The prostitution prism**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 1996.

PIERANGELLI, José H. **Códigos Penais do Brasil: evolução histórica**. São Paulo: Jolavi, 1980. 316p.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a categoria mulher? In ALGRANTI, Leila M. (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. v. 48, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002. p. 7-42.

\_\_\_\_\_. Apresentação: gênero no mercado do sexo. In **Cadernos Pagu**. (25). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

\_\_\_\_\_. Prostituição e Trabalho. In LIMA, Maria E. B. de; et al. (Orgs.). **Transformando as relações trabalho e cidadania, produção, reprodução e sexualidade**. vol. 1, Salvador: UFBA/FFCH/CUT, 2007. p. 183-195.

\_\_\_\_\_. Exploração sexual, trabalho sexual, noções, limites. **Texto** apresentado no Seminário Corpos, sexualidade e feminilidades. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Set. de 2012.

\_\_\_\_\_. Feminismos transnacionais e deslocamentos de brasileiras através das fronteiras. **Mesa redonda** Feminismo transnacionais e trânsitos contemporâneos – fazendo gênero. Florianópolis, 16 a 20 de set. de 2013. 2013a.

\_\_\_\_\_. Tensões: tráfico de pessoas, prostituição e feminismos no Brasil. In FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Desafios da Antropologia Brasileira**. Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Brasília: ABA Publicações, 2013b.

SARTRE, Jean P. **Entre quatro paredes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SCOTT, Joan. Experience. In BUTLER, Judith; SCOTT, Joan (Orgs.). **Feminists Theorize the Political**. New York: Routledge, 1992.

SIMÕES, Soraya Silveira. **Vila Mimosa: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca**. Niterói: EdUFF, 2010. 178p.

SKACKAUSKAS, Andreia. Relatório individual. In PISCITELLI, Adriana. **Relatório Final** do projeto Tensões no feminismo brasileiro contemporâneo. Campinas: Unicamp, 2011. (Mimeografado).

\_\_\_\_\_. Prostituição, Gênero e Direitos: noções e tensões nas relações entre prostitutas e Pastoral da Mulher Marginalizada. **Tese** de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SOUZA, Francisca. **O Cliente**: o outro lado da prostituição. Fortaleza: AnnaBlume, Secretaria de Cultura e Desporto, 1998.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

TELLES, Vera da Silva. Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. In **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. vol. 2, n. 5-6, jul-dez, 2010. p. 97-126. Disponível em <<http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/Dilemas5-6Art4.pdf>> Acessado em 11 de fev. de 2014

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. In **Estudos Avançados**. 21 (61), 2007. p. 173-191. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/a12v2161.pdf>>. Acessado em 11 de fev. de 2014

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

ZALUAR, Alba M. **A máquina e a revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. Crime, medo e política. ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). **Um século de favela**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 209-232.

\_\_\_\_\_. Juventude e violência: a complexidade em questão. In OLIVEIRA, Kris B.; OLIVEIRA, Gleber Gomes de. Belo Horizonte: Instituto Elo, 2009. p. 63-79.

## REPORTAGENS

G1 CAMPINAS E REGIÃO. “PMs presos são suspeitos de atuar em chacinas de Campinas, diz estado. 29 de jan. de 2014. Disponível em <<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2014/01/pms-presos-sao-suspeitos-por-chacinas-em-campinas-diz-estado.html>> Acessado em: 16 de fev. de 2014

CORREIO POPULAR. “Jovem é morto no Jd. Itatinga com dois tiros: bairro campineiro é conhecido pelas casas de prostituição”. 02 de dez. de 2012. Disponível em <[http://correio.rac.com.br/\\_conteudo/2012/12/capa/campinas\\_e\\_rmc/leia\\_mais/14415-jovem-e-morto-no-jd-itatinga-com-dois-tiros.html](http://correio.rac.com.br/_conteudo/2012/12/capa/campinas_e_rmc/leia_mais/14415-jovem-e-morto-no-jd-itatinga-com-dois-tiros.html)> Acessado em 16 de fev. de 2014

FOLHA DE SÃO PAULO. “Vídeos mostram agressão de PMs contra porteiro na periferia de Campinas”. 23 de out. de 2013. Disponível em

<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/10/1360892-videos-mostram-agressao-de-pms-contra-porteiro-na-periferia-de-campinas.shtml>> Acessado em: 17 de fev. de 2014

CORREIO POPULAR. “Prostitutas fecham rodovia em protesto contra ação da PM”. 21 de out. de 2013. Disponível em <[http://correio.rac.com.br/\\_conteudo/2013/10/capa/campinas\\_e\\_rmc/110583-prostitutas-fecham-rodovia-em-protesto-contra-acao-da-pm.html](http://correio.rac.com.br/_conteudo/2013/10/capa/campinas_e_rmc/110583-prostitutas-fecham-rodovia-em-protesto-contra-acao-da-pm.html)> Acessado em 17 de fev. de 2014

RÁDIO CBN CAMPINAS. Casal é assassinado no Jardim Itatinga, em Campinas. 11 de nov. de 2013. Disponível em <<http://www.portalcbncampinas.com.br/?p=67719>> Acessado em 10 de fev. de 2014.

## VÍDEOS

JORNAL DA TVB. Suspeitos de matar jovens são presos em Campinas. 15 de out. de 2013. Disponível em <<http://www.vtv.com.br/jornalismo/noticias/ler/suspeitos-de-matar-jovem-sao-presos-em-campinas>> Acessado em 17 de fev. 2014

REDE TVB . Record Campinas. Briga entre prostituta e cafetina acaba em morte. 20 de dez. de 2013. Disponível em <<http://www.tvb.com.br/balancogeral/videos-exibe.asp?v=31534>> Acessado em: 17 de fev. 2014

REDE TVB – Programa Balanço Geral. Jovem de 26 anos e chefe são assassinados no bairro Itatinga. 11 de nov. de 2013. Disponível em <<http://www.tvb.com.br/balancogeral/videos-exibe.asp?v=30899>> Acessado em 10 de fev. de 2014.

COLETIVO DAS VADIAS. Fala da assessora da Associação Mulheres Guerreiras. Encontro Autonomia no combate à violência contra a mulher. 10 de nov. de 2012. Disponível em <<https://marchavadiascampinas.milharal.org/midias/videos/>> Acessado em 17 de fev. 2014

Entrevista com Gabriela Leite. Política e Prostituição no Brasil. 02 de jun. de 2013. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=VTaJ4rD6QYk>> Acessado em 17 de fev. 2014



## ANEXO I

### Denúncia de casos de violência policial ocorridos no final de 2013 no município de Campinas ante o Ministério Público do Estado de São Paulo

CÓPIA

EXMO.SR. DR. MARCIO FERNANDO ELIAS ROSA  
DD. PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PAULO TAVARES MARIANTE, Presidente do Conselho Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de Campinas, e CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA, Vereador na Câmara Municipal de Campinas e membro da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania daquela casa, qualificados em anexo, com base no art. 129, VII, da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como no art. 97, III, da Constituição do Estado de São Paulo, vêm respeitosamente perante V.Exa. encaminhar

REPRESENTAÇÃO em face da

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, nos termos expostos a seguir, e para a tomada das devidas providências, nos termos da lei.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROTOCOLADO: 0175905/13  
Data: 18/11/2013 Hora: 16:12:09  
Sendo de: Expediente: 14330300  
LUGAR DE ATRIBUIÇÃO: PROCURADOR GERAL  
Assunto:  
PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS  
Interessado:  
PAULO TAVARES MARIANTE

## I. DOS FATOS

I.I. Os requerentes são, respectivamente, Presidente do Conselho Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de Campinas, e Vereador na Câmara Municipal de Campinas e membro da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania daquela casa, além de militantes na defesa dos direitos humanos no Município de Campinas e no Estado de São Paulo.

I.II. Os fatos que trazemos ao conhecimento de V.Exa. são gravíssimos, no tocante às denúncias de violência por parte de integrantes da Polícia Militar do Estado de SP, e ocorreram no Município de Campinas num período de menos de duas semanas:

I.III. No dia 10 de Outubro deste ano, no Condomínio da Unicamp, no bairro DIC I, na Região do Ouro Verde, Policiais Militares da ROCAM protagonizaram cenas dignas dos tempos do regime militar. Veja o que relata uma das vítimas:

"Estava lavando meu carro, fui abordado por policiais; numa atitude autoritária; meu pai, vendo o que estava acontecendo, desceu para conversar e empurraram meu pai; fiquei indignado e fui para cima deles; 'plantaram' uma bala de fuzil no meu bolso; me trataram como se eu fosse um marginal, um bandido".

I.IV. O pai desta mesma vítima acrescenta:



---

"Eles são uns cavalos; ameaçaram-me de morte, intimidaram e fizeram comando nas duas entradas do condomínio; no 9º Distrito, quando foi feito o BO, ouvi o Delegado dizer que no condomínio da UNICAMP só moram puta e bandido". "Eles tacaram o carro em mim; jogaram bomba; eu disse ao policial que a munição encontrada com meu filho foi plantada; então onde está a arma?"

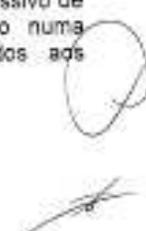
I.V. A vítima anterior conclui seu relato:

"Meu pai está preocupado e me proibiu de sair de casa, porque eles podem amarrar alguma coisa contra mim."

I.VI. Seguem em anexo imagens gravadas em vídeo por uma moradora do Condomínio da Unicamp no DIC I, a qual, apenas por estar filmando as cenas, foi detida pela PM.

I.VII. A segunda situação que gostaríamos de relatar ocorreu no Bairro Itatinga, em Campinas, no dia 19/10/2013.

I.VIII. Um soldado da Polícia Militar foi assassinado em bairro próximo ao Itatinga, e um número expressivo de integrantes da corporação dirigiu-se ao bairro mencionado numa verdadeira operação de guerra. Os depoimentos relatados aos representantes falam por si.



\*XXXXXXXXXXXXX – profissional do sexo militante da Associação Mulheres Guerreiras, que defende as Profissionais do sexo de Campinas e Região: Declara que o Jardim Itatinga foi construído para as profissionais do sexo; devido ao latrocínio no Jardim Telesp a retaliação foi no Jardim Itatinga; os Policiais Militares furaram pneus das donas das Casas, quebraram lâmpada e deixaram as pessoas em situação de cárcere privado; PM da Força Tática mandavam que todas permanecessem dentro de casa senão levavam bala na testa; arrebentaram os espaços de comércio; agrediram profissionais do sexo e travestis, sendo que um deles foi hospitalizado. O Capitão da PM disse que foi abordagem de rotina – pisaram no pescoço de cliente, quebraram móveis; isso é abuso de poder; somos profissionais reconhecidas pela CBO- o Itatinga foi construído para nós trabalharmos e não sermos maltratadas.

\*YYYYYYYYYYYYY – Proprietária de um Bar. os policiais foram violentos, colocaram arma na minha cara; um policial tentou me agredir com a arma, dizendo que enquanto não encontrassem quem matou o amigo deles ninguém iria trabalhar; temos receio que algo mais nos aconteça, porque somos tratados como bicho; filmamos quando não queriam deixar o SAMU socorrer as pessoas machucadas.

\*ZZZZZZZZZZZZZZZ - sou profissional do sexo, fui muito maltratada e agredida por um PM que não fez nada a ele; precisamos ganhar o pão de cada dia; somos pessoas que temos pés e mãos iguais a eles, trabalhei seis a sete anos. A Puta vai ganhar o pão de cada dia, porque quando chegar

ao Brasil ninguém ofereceu uma bolacha para meu filho; estou vendendo meu corpo que é meu; não estou traficando; se houvesse trabalho ninguém estaria lá; quando cheguei ao Brasil meu salário era entre R\$ 200,00 a R\$ 300,00 e não se faz nada com esta quantia; sempre vou ser agradecida ao Jardim Itatinga que me ajuda a criar meu filho, dar o que comer e a maioria da Mulher que está lá é para dar de comer aos filhos; bateram na porta da casa entre nove e dez horas, perguntaram quem era o gerente e pediu para abrir a porta; por eu não ter a chave ameaçou estourar a porta; me bateu tanto, mais de 30 cacetadas; não tenho forças para me vestir pelos problemas que estou nas mãos; estavam querendo a moto desaparecida e ameaçaram dar um tiro na minha testa e quando viram que estava muito machucada foram embora.

"XXXXXXXXXXXXX – profissional do sexo militante da Associação Mulheres Guerreiras; O Itatinga é um bairro comum como os outros bairros; se fosse no Cambul seria outro tratamento; querem nos atribuir como criminosos – no caso da ZZZZZZZZZZZZ teriam que levar uma PM para revistá-la; no local tem portas quebradas, marcas de balas; isso não pode acontecer com as profissionais do sexo; precisamos de apoio, somos seres humanos, temos braços, pernas, seios; somos profissionais do sexo por opção; sustento minha filha, pago faculdade; nossa situação ficou tão precária que não tínhamos pão para comer pois, não deixavam a padaria entregar o pão; quem vai se responsabilizar pela Brenda? Fizeram o que quiseram conosco; peço que esta comissão ouça por nós; o Jardim Itatinga é tratado como lixo; nós não vamos na porta das pessoas, elas vão até nós; sou prostituta,

estou cobrando pelo meu serviço e não vou na porta de ninguém. XXXXXXXXXXXX: Tem uma travesti que saiu de lá toda machucada porque apanharam muito. Sempre digo que nascemos com 3 P : Preta, pobre e puta; isso aconteceu para o J. Itatinga acordar; YYYYYYY foi tirada da mira do laser por uma companheira para não morrer; isso poderia acontecer com uma pessoa de nossa família, porque os policiais atacam os menos favorecidos. Temos que reeducar os PMs e GM da cidade; devemos começar a pensar na idêla; eu nunca e jamais enfrentei ou xinguei um PM.

ZZZZZZZZZZZZ: "sábado, dia 19 quando o policial estava me batendo – 1 (um) batia e os outros olhavam; fui ameaçada por este policial de me matar; estou com muito medo, muito medo mesmo."

I.IX. A terceira situação que trazemos a este MP ocorreu na Ocupação Joana D'Arc, e transcrevemos aqui o depoimento de uma das moradoras:

"A Polícia entrou de forma brutal, abordou um companheiro em seu barraco, ele passou mal (infarto) e faleceu. Entraram e não respeitaram as crianças, se nos vêem na rua somos abordados; assustaram as crianças que sempre falam que a polícia vai matá-los; ao ver a polícia de longe começam chorar, não querem mais ir á escola; nos tratam como vagabundo; os idosos estão amedrontados; 2 pessoas tentaram o suicídio; a ocupação é em uma área federal; já estamos em processo de negociação; a Prefeitura entrou com uma liminar e quando

---

o oficial de justiça foi notificar as pessoas foi com um contingente policial pois foi informado que ali moram pessoas violentas e a força da PM foi excessiva; queriam tirar o tablet da pessoa que estava filmando."

I.X. Estes relatos, que foram feitos em Audiência na Câmara Municipal de Campinas perante os dois representantes, evidenciam uma situação de violência e arbítrio por parte de integrantes da Polícia Militar do Estado de SP que exige das autoridades competentes a tomada das providências cabíveis.

## II. DO DIREITO

II.I. A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 1º, II, proclama entre seus fundamentos:

"A cidadania".

II.II. O mesmo art. 5º da Constituição Federal, ao definir os direitos e deveres individuais e coletivos, estabelece respectivamente nos incisos II e III:

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

(...).



III.III. O artigo 129 da Carta Magna, ao determinar as atribuições do Ministério Público, dispõe no inciso VII:

VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;

III.IV. A Constituição do Estado de São Paulo, em seu artigo 97, afirma que "Incumbe ao Ministério Público, além de outras funções":

III - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa ou entidade representativa de classe, por desrespeito aos direitos assegurados na Constituição Federal e nesta Constituição, as quais serão encaminhadas a quem de direito, e respondidas no prazo improrrogável de trinta dias.

III.V. A Lei Orgânica do Ministério dispõe em seu artigo 27:

Art. 27. Cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhe o respeito;

(...)

II - pelos órgãos da Administração Pública Estadual ou Municipal, direta ou indireta;

(...)

Parágrafo único. No exercício das atribuições a que se refere este artigo, cabe ao Ministério Público, entre outras providências,

I - receber notícias de irregularidades, petições ou reclamações de qualquer natureza, promover as apurações cabíveis

que lhes sejam próprias e dar-lhes as soluções adequadas;

II - zelar pela celeridade e racionalização dos procedimentos administrativos;  
III - dar andamento, no prazo de trinta dias, às notícias de irregularidades, petições ou reclamações referidas no inciso I;  
IV - promover audiências públicas e emitir relatórios, anual ou especiais, e recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no caput deste artigo, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito.

III.VI. É indiscutível o relevante papel que o Ministério Público pode cumprir no sentido de garantir que as Polícias – Civil e Militar – atuem dentro dos ditames da Lei, evitando-se as práticas que ainda estão presentes como resquícios do período do regime militar.

### III. CONCLUSÃO

III.I. Os signatários, diante do exposto;

REQUEREM:

III.I. A instauração de investigação, no âmbito do Ministério Público do Estado de São Paulo, para que sejam apuradas as denúncias de violências e arbitrariedades ora relatadas, e que as vítimas aqui mencionadas sejam ouvidas por Promotor de Justiça especialmente designado para este fim;

III.II. Da mesma forma, a urgente e imediata tomada de providências no sentido de se determinar, através das medidas judiciais cabíveis, que os integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo abstenham-se de agir de maneira violenta e arbitrária conforme aqui relatado.

III.III. Acreditamos que o Ministério Público do Estado de São Paulo não hesitará em agir dentro de suas competências e prerrogativas, para evitar que uma situação que evidencia a prática de atos de violência e arbitrariedade por parte de integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo caia na impunidade.

Atenciosamente,



Paulo Tavares Mariante

Presidente do Conselho Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de  
Campinas



Carlos Roberto de Oliveira

Vereador do Município de Campinas  
Membro de sua Comissão de Direitos Humanos e Cidadania